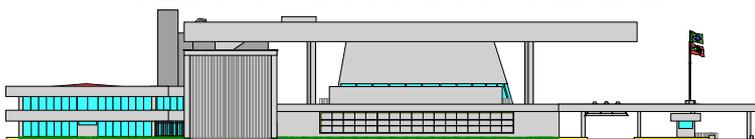


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 9 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.294

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2294 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 049ª Sessão Ordinária realizada em 07/06/2011 2</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas 15 Ata de Comissão Permanente.. 27 Mensagens Governamentais.... 28 Ofícios..... 31 Portarias..... 33 Projetos de Lei 37</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a presença na Casa do vereador José Maria Ferreira, de Correia Pinto.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se às aposentadorias por invalidez permanente.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Explana análise dos principais indicadores socioeconômicos da região sul.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta preocupação com relação aos encaminhamentos referentes à greve do magistério em Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a greve do Magistério e às aposentadorias por invalidez; anuncia visita da presidente da República a Blumenau.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda a negociação do Magistério com o governo.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Critica posição da bancada do PT; reporta-se à greve dos professores; questiona ministério da Pesca.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Faz convite para o lançamento da Expo Concórdia; registra a presença de várias lideranças de Concórdia.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Parabeniza o deputado Neodi Saretta pela Expo Concórdia.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Parabeniza o deputado Neodi Saretta pela administração de Concórdia; cumprimenta o prefeito de Concórdia, João Girardi; responde às indagações apresentadas pelo deputado Marcos Vieira sobre o ministério da Pesca.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (aparte) - Cumprimenta o deputado Neodi Saretta pela Expo Concórdia 2011; registra a presença na Casa do prefeito de Campo Erê, Nego Lima.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a favor de entendimento entre o governo e o Magistério.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra que São Bento do Sul é o primeiro município catarinense a fazer o pagamento por serviços ambientais.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Manifesta preocupação com a crise da suinocultura.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Parabeniza o deputado Moacir Sopelsa pelo pronunciamento sobre a crise da suinocultura.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Saúda o vereador Narciso Manoel Vieira Júnior, de Barra Velha, e o ex-vereador Ênio Renato dos Santos; manifesta-se a favor dos professores; refere-se às parcerias público-privadas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Elogia empenho do governo na negociação com o Sinte.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Esclarece ao deputado Kennedy Nunes a respeito do impasse em Joinville.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Informa que o prefeito Carlito Merss esteve com a bancada e fez uma ampla exposição sobre o movimento paredista em Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute a Moção n. 0050/2011.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Discute a Moção n. 0050/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute a Moção n. 0050/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cumprimenta a pastora Mariane Beyer Ehrat, pela posse como membro titular do Conselho Estadual de Educação; cumprimenta o presidente do Deinfra, Paulo Meller; fala sobre a importância da BR-470; reporta-se ao repasse de recursos para o Instituto Gene; manifesta-se a respeito da importância do projeto do Distrito da Inovação.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann e destaca a importância do planejamento.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Lourival João, de Araranguá.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à Feagro, em Braço do Norte; tece elogios ao esforço do governador para atender ao Magistério; defende que os recursos do Fundeb sejam apenas para a Educação.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se ao lançamento do livro do promotor de Justiça Afonso Ghizzo Neto; defende a necessidade da reforma agrária; aborda o problema das famílias atingidas por barragens.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Destaca a importância do atendimento aos atingidos pelas barragens; aborda a duplicação do trecho sul da BR-101.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cumprimenta o governo e o Sinte pela condução da negociação; registra a presença do prefeito Odilson Vicente Lima e de lideranças de Campo Erê; tece considerações a respeito da duplicação da BR-470; posiciona-se contra a liberalização das drogas; registra a presença do delegado Renato Hendges.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com muita satisfação, quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador José Maria Ferreira, de Correia Pinto, a Capital Catarinense do Papel, acompanhado da família, que prestigiam a sessão nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente.

Estou usando a tribuna nesta tarde para dizer que hoje, às 15h, tenho uma reunião com o presidente do Iprev, dr. Adriano Zanotto, ex-presidente da OAB, para discutir a matéria estampada no *Diário Catarinense* de hoje: "Iprev vai fazer perícia em 3,3 mil aposentados de SC". Isso para os casos de invalidez permanente.

Primeiramente, quero deixar claro que, constitucionalmente, essas avaliações devem ser feitas, no mínimo, a cada dois anos, para ver se há alguém com possibilidade de retornar ao trabalho. Em 2003 já houve uma denúncia a esse respeito, feita pelo deputado Edison Andrino, mas não se deu a devida atenção.

Em segundo lugar, fazendo um cálculo rápido sobre o que foi pago de aposentadorias indevidas desde 2003, deputada Luciane Carminatti, somente nesta Casa o valor passa de R\$ 100 milhões. É muito dinheiro, não é pouco!

Quando Adriano Zanotto comenta que no serviço público estadual há 952 aposentadorias por invalidez permanente, isso mostra claramente que a situação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina é um caso à parte, porque o estado tem 30 mil funcionários e 2.800 aposentados, sendo que um terço por invalidez, o que está acima da média, deputado. Se imaginarmos que o Tribunal de Justiça tem 82 aposentados por invalidez, o Tribunal de Contas, 42, veremos que realmente isso foi uma aberração, deputado Edison Andrino.

A visita que vamos fazer ao presidente do Iprev é no sentido de ajudar, porque temos que começar a avaliação por onde existe aberração, e a aberração começa aqui; porque dos 210 aposentados por invalidez existem 24 que foram aposentados por invalidez depois de cumprirem o tempo de serviço. Esses casos nem é preciso olhar, deputado.

Outra questão é que o Regimento Interno é muito claro quando avalia aposentadoria por invalidez permanente. É só entrar no *Google* e pegar a lista dos aposentados por invalidez, deputado, que veremos 30 nomes que continuaram trabalhando. Esses, por sua vez, não precisam nem de perícia médica. Trata-se do corte direto da aposentadoria por invalidez, porque continuaram exercendo atividades.

A imprensa noticiou - e foi colocado aqui pela Presidência - que um cidadão começou a trabalhar em 1983, ficou uma semana na Casa e aos 24 anos aposentou-se na classe 41, em que o salário deve ultrapassar R\$ 10 mil. Depois de uma semana de trabalho! Esse caso não precisa nem de perícia, porque a pessoa continuou trabalhando.

Então, o meu objetivo na conversa com o presidente do Iprev, Adriano Zanotto, que foi presidente da OAB, é no sentido da racionalidade. Tudo bem que tenha que fazer perícia nos 3.300 casos de aposentadorias. Acho que precisa ser feito, mas que se comece por aqui, que é onde há a maior aberração. Basta compararmos: o Tribunal de Contas do Estado tem 42 casos de aposentadoria por invalidez, o Tribunal de Justiça, 82, o Ministério Público, seis e o Executivo, que possui 30 mil funcionários, 952!

Ao mesmo tempo, se houver problema de falta de perito, não se preocupem, porque me disponho a fazer as perícias gratuitamente. Em 2003 disseram que não havia como contratar uma junta de perícia médica, porque custaria R\$ 150 mil. O estado não podia contratar, diziam que não havia dinheiro. A Assembleia Legislativa também dizia que não tinha dinheiro. No entanto, repito, somente após 2003, por causa de R\$ 150 mil, gastou-se mais de R\$ 100 milhões, computando a média de aposentadorias por

invalidez permanente. Isso sem considerar o que se deixou de arrecadar de recursos para a Receita Federal e a contribuição da previdência desses aposentados.

Então, foi importante que esta Casa, através do seu presidente, tenha-se posicionado rapidamente, honradamente. Em alguns sites diziam que viraria pizza. Queremos dizer ao povo de Santa Catarina que essa pizza comeremos por pedaços. E quem me conhece sabe que vou até lá para me colocar à disposição, porque uma boa junta de perícia médica faz 20 perícias por dia sem muito esforço. Se há 210 aposentados por invalidez a serem periciados, em dez dias dá para fazer todas as perícias médicas desta Casa. Se existem 3.300 aposentados no estado, com um bom grupo de perícia médica, tranquilamente em 90 dias dá para resolver tudo. Basta querer resolver!

Por isso, farei essa visita ao presidente do Iprev, porque ele diz que vai chamar os aposentados e aqueles que não aparecerem automaticamente serão cortados. Vai pedir que se observem os endereços, porque não há o endereço de todo o pessoal. Isso está na matéria, mas aqueles que têm mais de 70 anos não há como chamar.

Com relação ao chamado direito adquirido, a nossa bancada preventivamente vai entrar com todas as ações necessárias, porque queremos discutir sobre a constitucionalidade dos fatos, deputado Dirceu Dresch, nosso grande líder.

O presidente do Iprev, Adriano Zanotto, pegou essa bucha e pela entrevista parece-me que quer resolver o assunto, porque não dá para ficar por mais 30 anos dizendo que não é possível construir uma junta de perícia médica, como ocorreu em 2003. Esse debate, deputado Edison Andrino, começou em 2003, conforme a documentação que v.exa. mandou para o meu gabinete. Mas dessa vez vamos dar um fim nisso.

Todos os deputados concordam que isso é uma imoralidade. E imoralidade corrige-se com ações morais, dando exemplo, mostrando que esta Casa não vai mais aceitar esse tipo de comportamento. Precisamos regulamentar todos esses atos daqui para frente, deixar escrito na lei, porque daqui a pouco não estaremos mais nesta Casa.

Hoje pela manhã ligou-me um colega médico que, diga-se de passagem, é um dos poucos da Assembleia Legislativa por quem tenho, como médico, respeito técnico e político. Ele fazia parte de uma junta pericial e não dessa bandalheira de 1983 que ocorreu aqui. Ele disse que vêm três laudos de especialistas de fora. Nem todos têm a especialidade do laudo que se faz aqui, mas dado estatístico não mente e ao comparar aqueles dados fornecidos pelo estado referentes às aposentadorias por invalidez no Ministério Público, no Tribunal de Contas, no Executivo e no Tribunal de Justiça, já dá para ver que esses órgãos tratam isso de forma diferente, porque estatisticamente esses dados não fecham.

Então, quero tranquilizar o povo de Santa Catarina e dizer que isso não vai terminar em mais uma pizza, como ocorreu em 1983.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Altair Guidi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente e srs. deputados, como um

apaixonado pelos problemas da nossa terra e do nosso estado, e mais apaixonado ainda pelo sul do estado, assomo a esta tribuna para fazer uma queixa, porque vários indicadores socioeconômicos da região sul deixam claro que o seu crescimento não vem acompanhando o ritmo de outras regiões do estado.

(Passa a ler.)

“A análise dos principais indicadores socioeconômicos da região sul deixa claro que o crescimento regional não vem acompanhando o ritmo de outras regiões do estado. A nossa região, que já despontou como uma das mais expressivas do estado do ponto de vista econômico, gradualmente vem perdendo posições. Informações originárias da Secretaria do Planejamento do Estado evidenciam com muita clareza essa nova realidade.

A perda de representatividade pode ser observada quando se analisa a capacidade de atração de novos investimentos privados. No período 2007 a 2010, do total dos investimentos privados feitos no estado, incentivados pelo programa Pró-Emprego, 10,2% concentraram-se na região de Joinville; a região Sul, absorveu apenas 1,3%. Situação praticamente idêntica ocorreu com os novos investimentos incentivados pelo Prodec: no período 2003-2010, a região de Joinville absorveu 12,6% dos investimentos feitos no Estado; a região Sul, apenas 3,2%.

Menor investimento significa menor geração de riquezas. E essa realidade fica muito clara quando se observa o comportamento do PIB - Produto Interno Bruto. Em 2007, o PIB per capita de Santa Catarina alcançou (R\$ 17.800,00) dezessete mil e oitocentos reais; o da região de Joinville, (R\$ 25.600,00) vinte e cinco mil e seiscentos reais; e da região sul, apenas (R\$ 12.900,00) doze mil e novecentos reais, portanto, inferior à média do estado.

Outro indicador, ainda mais preocupante pelas suas consequências futuras, refere-se à qualidade da educação básica. Na avaliação realizada em 2009, pelo ministério da Educação, para a quarta série do ensino fundamental, 23,6% das escolas da região norte do estado alcançaram nota final inferior à média estadual. Na região sul, esse mesmo percentual alcançou expressivos 56,1%. E na avaliação relativa à oitava série, também do ensino fundamental, 18,6% das escolas da região norte estavam abaixo da média do estado; na região sul, o percentual alcançou 51,8%.

Exemplos como os que acabo de citar podem ser observados em uma série de outros indicadores, todos demonstrando a mesma evidência. Enquanto a região sul está empobrecendo, comprometendo a qualidade de vida da sua população, outras regiões do estado avançam a passos largos. A persistir essa realidade, a região corre o sério risco de entrar num círculo vicioso: seu crescimento não avança, porque ela carece de novos investimentos, e os investimentos não se materializam, porque ela não tem condições de absorvê-los.”

Gostaria também de fazer alguns comentários sobre o terremoto no Japão. O nosso ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, ofereceu ajuda aos japoneses para a recuperação daquele país. Eu acho até que eles analisaram a oferta de forma ridícula. Já que fomos oferecer ajuda e não precisaram. Então, eu pediria que viessem ao Brasil, quando terminarem a recuperação do Japão, para ajudar com o término da BR-101,

porque só assim tenho certeza de que essa obra haverá de ser concluída.

Gostaria de fazer também um comentário sobre algo que está saindo muito na imprensa. Como disse dias atrás, acho que há mais um santo no Brasil, que até não está sendo reverenciado, o santo Pallocci. O que está acontecendo? Um homem que fez o milagre de em quatro anos multiplicar por 20 o seu patrimônio?! Precisamos pedir que ele seja o nosso presidente, pois a economia deste país aumentaria 20 vezes em quatro anos. Esses são os homens que falavam em honestidade no passado. Infelizmente, são iguais a outros da classe política do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Com a palavra a próxima oradora, deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, TVAL e Rádio Alesc Digital, quero manifestar, mais uma vez, no dia de hoje, a minha preocupação com relação aos encaminhamentos dados referentes à greve do Magistério em Santa Catarina.

De uma forma muito competente, o Sinte organizou a categoria do Magistério, a qual está em uma greve histórica que tem recebido adesão de diferentes setores, como da imprensa, dos pais, dos alunos e dos professores que nunca se haviam manifestado ou ido às ruas. E este ano acompanhamos a via sacra dos professores, eu diria, em busca de um reconhecimento de uma lei que já foi aprovada em 2008, mas que ainda não foi implementada em nosso estado.

No último domingo, o *Diário Catarinense* publicou vários dados, dos quais, inclusive, temo-nos utilizado por diversas vezes, como, por exemplo, o limite da folha de pagamento que hoje está em 42,15%. E esse limite pode chegar ainda em 49%, sem comprometer a própria legislação.

Também um segundo dado importante é que no ano passado foi investido em Educação 26,3%, sendo que o próprio jornal divulgou que se houver um decréscimo do percentual dos inativos pagos com os 25% da Educação chegaremos a 22,12%, ou seja, ainda não foi feito um investimento de 25% na Educação.

Outra preocupação que inclusive foi uma das primeiras da Assembleia diz respeito à grande quantidade de professores ACTs, conforme o quadro demonstrado, em que temos, em Santa Catarina, 18.342 ACTs, praticamente o mesmo número de concursados, que são em número de 21.514, sendo que 20.578 são aposentados.

Portanto, é mais do que urgente e necessária a realização de concurso público, uma vez que não há lógica alguma haver um número tão expressivo de professores ACTs.

Com relação aos números que foram também apresentados pelo governo com respeito a todas as propostas negociadas, é importante dizer aqui que somente há uma greve ocorrendo neste estado porque o governo ainda não havia recebido o sindicato, ou seja, a segunda proposta apresentada a ele poderia ter acontecido antes da sua viagem, pois dessa forma já teríamos avançado nas negociações e quem sabe os professores não teriam entrado em greve. É importante dizer, também, que

esse processo de negociação começou e avançou em alguns aspectos, no entanto, há muito ainda para avançar.

Com respeito aos principais avanços, destaco aqui a anistia das faltas da greve de 2008 e de todas as outras mobilizações a partir de 2007, que inclusive têm prejudicado a carreira do Magistério. Mas o governo aceita solicitação do sindicato reconhecendo que de fato os professores paralisaram suas atividades, pois já repuseram os 200 dias, portanto, não podem ser penalizados.

Também avançamos com relação à revisão do decreto que trata da progressão funcional, em que o governo sinaliza positivamente. Da mesma forma, a realização de concurso de ingresso, como eu falava anteriormente. Há mais de 18 mil professores contratados, e o governo acena que em 12 meses realizará o concurso público.

Da mesma forma, há um avanço com relação à realização de estudos para beneficiar os professores ACTs. E talvez o principal avanço seja a formação de um grupo de trabalho entre governo e sindicato, para que a partir da segunda quinzena de junho seja feita, definitivamente, a recomposição da tabela na carreira do Magistério.

No entanto, quero chamar a atenção aqui dos deputados e também do governo dizendo que está a cargo do governo o fim dessa greve, e falta muito pouco para isso ocorrer.

O que os números apresentam como possibilidade diante de tudo que falei anteriormente e de mais um dado que é fundamental é que a arrecadação deste estado tem crescido. Havia uma previsão de receita de R\$ 15 bilhões para este ano. A própria secretaria da Fazenda já atualiza os números, com base nos primeiros cinco meses, dizendo que, com base nesses primeiros meses do ano, a arrecadação chegará a R\$ 16 bilhões este ano. Portanto, há uma margem de crescimento.

O que o sindicato está pedindo e que traduz o sentimento dos educadores nada mais é do que a manutenção da atual regência de classe. O governo diminuiu a regência de classe dos professores, e hoje os professores das séries iniciais ganham uma gratificação de 40% e das séries finais 25%. A proposta do governo reduz a regência de classe. Então, não adianta reduzir o percentual para 25% e 17% e aumentar o valor da tabela.

Os professores estão pedindo, mais uma vez, que não se mexa naquilo que já é uma conquista, que é a regência de 40% e 25% do ensino fundamental, de forma que possamos olhar para a tabela apresentada pelo governo e garantir que ela, com base na lei do piso, possa ser implementada. Como já falei, temos margem para isso, pois não impacta no primeiro limite, que é o limite prudencial. Nem sequer chegamos ao limite prudencial, quanto mais no limite legal, que é o segundo limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim sendo, faço minha ponderação, neste momento, de forma muito cautelosa dizendo que cabe ao governo, amanhã, deputados Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch, dizer se quer que os alunos tenham aula em Santa Catarina. Cabe isso a ele!

Quero reconhecer que houve avanços, e não deixei de citá-los, mas faltam ainda dois aspectos fundamentais: a tabela, que não está a contento (os professores têm-se manifestado nas diferentes regiões, das quais

tenho recebido informações e acompanhado, inclusive, de quinta-feira até ontem), e as regências.

Portanto, quero fazer um apelo ao governo para que se esforce no sentido de melhorar essa proposta. Há recursos para isso, e esta Casa já denunciou que houve desvio de 16,13% do fundo somente neste ano, sem considerar os 3% dos inativos e o aumento da arrecadação. Então, temos condições, sim, de melhorar a tabela e de melhorar a proposta.

Como já falei, o professor foi formado para dar aulas, é isso que ele gosta de fazer, mas quer fazê-lo com garantias de um salário decente.

Não temos lideranças do governo presentes neste plenário, mas quero apelar à sensibilidade do governo, porque falta pouco para colocar um ponto final na greve, no sentido de continuar as negociações em alto nível, sentando à mesa e buscando avançar ponto por ponto naquilo que falta. Está nas mãos do governo, até amanhã, avançar na proposta, para que na quinta-feira a Assembleia seja...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero reafirmar que não temos dúvidas de que a partir da medida provisória encaminhada a esta Casa e do que está sendo discutido hoje tivemos um avanço significativo. Isso não quer dizer que as questões estão resolvidas. Há questões pendentes como tabela, regência e outros, mas o importante é que foram reabertas as negociações e que tivemos uma mobilização muito grande da sociedade catarinense.

Tenho visto aqui, deputada Luciane Carminatti, a aprovação das moções nas Câmaras de Vereadores, o grande apoio que a sociedade está dando e o grande apoio que tivemos nesta Casa, inclusive, quanto à retirada da Medida Provisória n. 188. Isso nos deixa feliz e esperamos que até quinta-feira o governo reveja os pontos pendentes e possamos ter um bom encaminhamento a partir da assembleia que os professores farão.

De nossa parte, como deputado e líder da bancada, quero dizer da importância da articulação que foi feita aqui, da mobilização e da continuidade da unidade dos trabalhadores negociando junto ao governo. Então, a nossa expectativa é de que consigamos, nesta semana, por fim à greve. E isso é importante, desde que os trabalhadores se sintam bem para voltar a trabalhar. Isso tem que ser respeitado. Esta Casa precisa respeitar a autonomia do movimento e do sindicato.

Outro ponto que quero abordar é o Iprev. No *Diário Catarinense* de hoje o presidente do Iprev, Adriano Zanotto, levanta algumas questões sobre as quais gostaríamos de nos manifestar. Ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não temos acesso às folhas de pagamento dos Poderes. A lei que criou o Iprev, em 2008, é que estabeleceu isso. Isso são problemas que agora estão sendo ressaltados e entendo que devam ser produto de uma revisão da legislação." [sic]

E aí há uma questão central que precisa ser discutida nesta Casa. Um instituto tão importante, que trata da aposentadoria dos funcionários públicos, precisa ter mecanismos ágeis.

(Continua a ler.)

"O que temos, por lei, é o dever de auditar os Poderes. O que não temos é instrumento ainda." [sic]

Então, se não há esses instrumentos, é preciso que sejam dados encaminhamentos para se ter esses instrumentos e essa possibilidade de encaminhamento, para não continuar acontecendo o que aconteceu nesta Casa. Essa é a nossa perspectiva, ou seja, que o assunto não adormeça, que o assunto seja apurado de fato e, principalmente, que aqueles que não estiverem recebendo salários devidos recebam os cortes necessários.

Esperamos agilidade nessa questão. E a nossa expectativa e da sociedade catarinense é de que haja agilidade e seja feita de fato a apuração, um por um, daqueles que se aposentaram por invalidez e que não são inválidos, como se tem anunciado em muitos e muitos casos. Assim sendo, a nossa expectativa é de que isso seja apurado com todos os detalhes, com todas as informações. E que o começo, como dizia o nosso deputado Jailson Lima, seja dado por esta Casa, porque aqui foi feito um grande levantamento de que há problemas sérios que precisam ser imediatamente apurados. E essas informações, essas declarações do presidente Adriano Zanotto, do Iprev, deixam-me preocupado. Segundo me consta, o Executivo precisa encaminhar a esta Casa, ou o próprio Iprev, algumas leis e mecanismos para dar esses instrumentos que o presidente do Iprev reclama que ainda não tem.

Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de anunciar também que na próxima quinta-feira, às 15h, estará em nosso estado, em Blumenau, a presidente da República, Dilma Rousseff. Ela fará uma visita importante ao estado, pois inaugurará inúmeras casas e assinará contratos do programa nacional de habitação Minha Casa, Minha Vida. Isso tem um significado muito grande para Blumenau, porque esse programa vem dando muita alegria à população catarinense, especialmente àquelas famílias que perderam suas casas durante as enchentes que aconteceram de 2009 e 2010 naquela cidade.

Ontem à tarde, participamos do ato de assinatura da construção de mais 15 habitações, dentro do programa criado no governo Lula. São habitações destinadas a 15 agricultores, no município de Saudades. Então, mais 15 agricultores terão uma casa digna, uma casa reformada, uma casa nova, para que as famílias do meio rural possam viver melhor.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Dirceu Dresch, não posso deixar de me pronunciar depois de ouvir a deputada Luciane Carminatti e v.exa., deputado, falando sobre a greve que estamos vivenciando em Santa Catarina sobre a negociação do Magistério com o governo, que sentou e conversou, e conversou novamente, marcando uma nova conversa.

Essa é a forma democrática de resolver os problemas, porque quem quer

resolver senta para conversar. Infelizmente, em Joinville a greve já está completando 30 dias, e a prefeitura insiste em não conversar. Pior ainda, o prefeito sequer quer atender ao sindicato.

Entendo que o poder público não se pode negar a conversar, principalmente o Executivo. Então, não poderia deixar de elogiar a sua fala, deputado, pois sei que v.exa. e a deputada Luciane Carminatti têm esse procedimento de sentar à mesa para conversar, a fim de tentar evoluir na negociação. Mas assim não age o prefeito Carlito Merss, que em Joinville insiste em não querer conversar com o sindicato, fazendo uma barreira enorme, sem construir nenhuma ponte, pelo menos, para conversar.

Então, eu gostaria de deixar isso registrado, parabenizando v.exa. e a deputada Luciane Carminatti, que fala sobre a evolução dessa questão que estamos vivendo no estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Cumprimentos e parabenizamos o governador por sentar e discutir.

Agora, o que estamos vendo em Joinville, deputado Kennedy Nunes, é vontade, sim. O prefeito respondeu à pauta e propôs, inclusive, aumentos além da sua expectativa, em várias áreas que ele poderia dar aumento.

O Sinte tem sentado e dialogado, mas, infelizmente, o Sindicato dos Servidores de Joinville não quer construir o diálogo. Então, lamentavelmente, entre sindicato e governo, seja municipal ou estadual, precisa haver o mínimo de vontade política dos dois lados. O que vimos foi que o prefeito Carlito Merss está sentado, sim, querendo dialogar. E ele fez isso desde o início da greve.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Exmo. sr. presidente desta Casa, sras. deputadas, srs. deputados, ocupo a tribuna, no dia de hoje, para cumprimentar as senhoras e os senhores telespectadores e para tratar de alguns assuntos que são importantes para a sociedade catarinense.

Escutei há pouco, deputado Kennedy Nunes, o pronunciamento do eminente líder da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, o eminente deputado Dirceu Dresch, e também ouvi o aparte que v.exa. deu ao pronunciamento dele. Então, quero mostrar para todos os catarinenses que a bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa tem dois pesos e duas medidas.

Quando da fixação do piso nacional para os professores, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, eles foram os primeiros a ocupar a tribuna desta Casa e exigir do governador Raimundo Colombo o cumprimento do piso salarial. Fizeram corretamente, até porque sentença judicial não se discute, cumpre-se. Mas quando se fala no cumprimento salarial para os servidores da prefeitura de Joinville, omitem-se por completo, deputado Jorge Teixeira. O prefeito Carlito Merss chega a pagar páginas inteiras de jornais de circulação estadual para dizer: "A prefeitura de Joinville

informa...". Mas informa o quê? Informa que está enrolando os servidores? Informa que não cumpre os acordos feitos? Informa que não recebe os sindicatos? Essa tem sido a postura da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Deputados Jorge Teixeira e Kennedy Nunes - e v.exa. é de Joinville -, diz a matéria do jornal *A Notícia*, no dia de hoje: "Greve dos servidores - Dia de O a O com sabor de derrota", mas de derrota para o servidor público municipal de Joinville.

Enquanto estamos mostrando as manchetes e matérias do jornal *A Notícia*, de Joinville, também nos orgulhamos de mostrar uma matéria de página inteira, segundo a qual em Santa Catarina as negociações com os professores estão avançando consideravelmente. Diz a manchete do *Diário Catarinense*: "Greve: Estado e Sinte mais próximos de acordo".

Sr. presidente e srs. deputados, por quê? Porque o governador Raimundo Colombo é responsável; porque o secretário Marco Tebaldi está dando uma demonstração de querer conversar com os trabalhadores da Educação de Santa Catarina, para fazer com que o nosso estado possa efetivamente cumprir o que determinou o Supremo Tribunal Federal, ou seja, o pagamento do piso salarial do Magistério. E queremos fazer um comparativo: se em Joinville é zero a zero, com sabor de derrota para o servidor, em Florianópolis está ganhando a sociedade catarinense, estão ganhando os professores. Parabéns, governador Raimundo Colombo! Parabéns, secretário Marco Tebaldi, pelo encaminhamento das negociações com o Sinte! Mas, infelizmente, não podemos dar os parabéns ao prefeito Carlito Meress, de Joinville.

Ora, aqui o governo cumpre o seu papel, mas no Rio Grande do Sul, o governo do PT fez um parcelamento *ad infinitum* para pagar o piso dos servidores da Educação. E assim é também em Brasília, basta vermos a ganância do dinheiro público com a desastrosa distribuição de livros que ensinam subtração errada, em que 10 menos 7 para o ministro Fernando Haddad, da Educação, é igual a 4! Deputado Jorge Teixeira, veja bem, para o ministério da Educação $10 - 7 = 4!$ É uma barbaridade!

Pergunto: quem vai ressarcir os cofres públicos dessa ganância de R\$ 1,3 milhões em livros errados que o MEC mandou espalhar pelo país inteiro? E principalmente para quem? Para a classe produtora, para a classe rural, para o pequeno agricultor de Santa Catarina e do Brasil.

Deputado Antônio Aguiar, quero permitir-me ainda perguntar a todos os colegas quanto custa deixar ancorados numa marina mais de 20 barcos de fiscalização do ministério da Pesca? Quanto custa por mês o aluguel do ancoradouro para esses barcos? E quanto custou aos cofres públicos a construção desses barcos pela indústria naval? Cada uma dessas embarcações custa mais de R\$ 1 milhão e todas estão apodrecendo num ancoradouro em Biguaçu! Mais de R\$ 20 milhões estão sendo desperdiçados! É dinheiro público! E quem perde é Santa Catarina, é o Brasil.

É bom que se diga que o ministério da Pesca é comandado por catarinenses desde a sua criação. E para que as sras. deputadas e os srs. deputados tenham uma ideia do que é o ministério da Pesca do Brasil, ele foi criado em 2003 e foi indicado ministro o então presidente

do PT em Santa Catarina, José Fritsch. O orçamento do ministério da Pesca era, ao ser criado, de R\$ 40 milhões/ano, hoje é de cerca de R\$ 800 milhões/ano!

Enquanto o governo de Santa Catarina gasta R\$ 800 mil de aluguel em todos os imóveis que ocupa, somente um anexo do ministério da Pesca em Brasília paga R\$ 540 mil de aluguel por um único prédio de 16 andares, todo ele espelhado em vidro, na "esplanada oculta", aquela que não aparece. E a ministra Ideli Salvatti nem naquele prédio despacha, são os seus assessores. E digo mais: em 2003, deputado Jorge Teixeira, o Brasil produzia cerca de 900 mil toneladas de pescado/ano. O orçamento do ministério da Pesca saltou de R\$ 40 milhões/ano para, nove anos depois, R\$ 800 milhões. E mesmo assim continua produzindo as mesmas 900 mil toneladas, e agora com problemas seríssimos na liberação dos grandes barcos para a pesca da tainha em todo litoral de Santa Catarina.

Deputado Edison Andrino, que vergonha - e tem que ser esclarecida: são dezenas de barcos parados em Biguaçu a um custo de mais de R\$ 20 milhões. E oito anos depois o ministério da Pesca continua produzindo as mesmas 900 mil toneladas de pescado/ano no Brasil. Vamos aumentar o orçamento, mas vamos trabalhar, sobretudo, para aumentar a tonagem capturada de pescado no Brasil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados telespectadores da TV Assembleia Legislativa, estimadas personalidades, público que acompanha esta sessão, nesta tarde, gostaríamos, hoje, neste horário, de nos dedicar a falar sobre um dos grandes eventos de Santa Catarina em termos de feira, exposição, indústria e comércio e exposição agropecuária.

Do dia 23 ao dia 31 de julho será realizada a chamada Expo Concórdia. Mas, deputado Antônio Aguiar, como aperitivo da Expo que vai ocorrer em julho, haverá hoje, aqui nesta Assembleia Legislativa, deputada Dirce Heiderscheidt, a partir das 18h, uma mostra dessa feira através de um ato de lançamento da Expo Concórdia, com apresentações culturais e depois também com um café colonial, quando serão servidos produtos típicos da região de Concórdia.

Vamos falar um pouco sobre esse evento, mas, antes disso, queremos deixar consignado o convite a todos os srs. deputados e as senhoras deputadas para, a partir das 18h, visitarem o *hall* da Assembleia Legislativa onde estará acontecendo esse evento.

Aproveito também - e já estão presentes aqui na Assembleia Legislativa - para, desta tribuna, registrar a presença do prefeito de Concórdia, João Girardi; do vice-prefeito e coordenador da Expo Concórdia, Neuri Santhier; e do presidente da Câmara de Vereadores, Leocir Domingo Zanella.

Estão aqui presentes também diversas lideranças e representantes de diversos organismos da imprensa regional,

como Diego Franke, do Clube dos Blogueiros; Ederson Villas Boas, da Rádio Rural; Chico Ribeiro e Antônio Benini, da assessoria de Comunicação da prefeitura; Analu Slongo, do *O Jornal*; além de diversos diretores do município de Concórdia; da diretora da Fundação de Cultura, Sandra Mara Roman; e do diretor de Indústria e Comércio, José Saretta.

Sr. presidente, hoje, nas apresentações, também teremos a presença de integrantes do grupo de dança cultural Regenbogen Volkstanzgruppe, assim como da Miss Concórdia, Dionara Lermen, e que está aqui presente, e de Anelise Razia, a primeira princesa.

Então, diversas pessoas que estão aqui presentes participarão da Expo Concórdia, que foi instituída, deputado Moacir Sopelsa - e v.exa., como eu, teve o prazer e a satisfação de ser prefeito dessa nossa querida Concórdia -, com a finalidade de mostrar o que Concórdia e região produzem na área da indústria, do comércio, da agricultura, da agropecuária, da música e da cultura. Com certeza, ela integra o rol dos eventos tradicionais de Santa Catarina e é, inclusive, uma oportunidade excelente para a realização de bons negócios.

O Parque Municipal de Exposições Atílio Fontana está todo reformulado para essa Expo Concórdia que tem um grande diferencial em relação a outras grandes feiras importantes que acontecem em Santa Catarina: a feira estará com portões abertos durante todos os dias da sua realização. Do dia 23 ao dia 31 de julho, as pessoas que quiserem visitar o município e conhecer a exposição da indústria e do comércio, a feira agropecuária, a exposição da agricultura familiar, terão ingressos e portões livres.

Dentro do parque de exposições há um dos mais belos centros de eventos de Santa Catarina, que tem sido palco de muitos acontecimentos importantes. Inclusive, sedia os jogos da Associação Condiense de Futsal, sendo que o Concórdia disputará a Liga Nacional de Futsal. E ele estará, nesta quinta-feira, com transmissão pela SporTV, jogando com o Corinthians de São Paulo.

Teremos também diversos *shows* na Expo Concórdia. E aí, sim, naquele local, deputada Luciane Carminatti, para quem especificamente quiser assistir ao *show*, haverá a cobrança de ingressos, com dois *shows* gratuitos. E esse é um diferencial, como eu disse, de outras feiras: todos os dias os portões estarão abertos, com ingressos gratuitos.

Portanto, não poderíamos deixar, com muito orgulho e satisfação, de fazer a divulgação desse evento, neste dia, na Assembleia Legislativa, com o lançamento da Expo Concórdia.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Ouço, com muito prazer, v.exa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Rapidamente, deputado, quero parabenizá-lo por também ter sido prefeito dessa belíssima cidade, assim como o prefeito João Girardi que se encontra aqui, juntamente com o vice-prefeito, Neuri Antônio Santhier, a rainha e todas as lideranças da cidade de Concórdia.

Estive recentemente em Concórdia e conheci o centro de eventos. Achei muito interessante, porque ele possui uma acústica boa e é muito espaçoso, comporta muitas pessoas.

Então, quero parabenizá-lo pela realização da feira. E ela realmente tem esse espírito de que serve muito mais para divulgar do que para buscar tão somente negócios ou visar lucro. Portanto, esse é o espírito da Expo Concórdia: exatamente divulgar a economia e a produção local e regional.

Assim, quero parabenizá-lo e dizer que faremos, com certeza, um grande esforço para estar lá, porque o evento merece também a nossa presença.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Quero também incorporar ao meu discurso um aparte de v.exa., deputado Volnei Morastoni, que foi também prefeito de Itajaí.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido companheiro deputado Neodi Saretta, parabéns a v.exa., que foi um excelente e brilhante prefeito de Concórdia; ao João Girardi, o nosso atual prefeito dessa progressista cidade; a toda comitiva; a rainha e as princesas da Expo Concórdia.

Parabéns a essa cidade e desejamos todo sucesso!

Quero, rapidamente, meu caro companheiro, responder às indagações apresentadas pelo deputado Marcos Vieira sobre o ministério da Pesca: quanto às 15 embarcações que estão no mar, em Biguaçu, são lanchas construídas por uma empresa em Biguaçu. Três dessas embarcações já foram destinadas para o nosso estado e as demais estão destinadas a outros estados, inclusive para a Polícia Federal e para a Marinha do Brasil. E neste momento estão sendo feitos os termos de permissão de uso. Assim que forem concluídos os termos de permissão de uso, os estados irão receber essa frota de 15 lanchas que estão aguardando esse encaminhamento.

Por outro lado, o ministério da Pesca deve retornar brevemente à Esplanada dos Ministérios, porque já foi solicitado ao ministério do Planejamento.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputada Angela Albino, concedo um aparte a v.exa.

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Neodi Saretta, muito rapidamente, quero saudar v.exa. pela Expo Concórdia 2011. Estive visitando a cidade de Concórdia, fui muito bem recebida pelo prefeito João Girardi e pude ver a grande administração que o Partido dos Trabalhadores fez e faz naquela cidade.

Parabéns, deputado Neodi Saretta!

Gostaria de aproveitar para registrar a presença do prefeito de Campo Erê, Nego Lima, que está conosco hoje.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de, nesses segundos finais, registrar que a Expo Concórdia 2011, além da exposição em si, também conta com a XXVI Festa Nacional do Leitão Assado como um dos seus pontos altos, um evento que deverá reunir um grande público. Aliás, há uma estimativa de visita de mais de 250 mil pessoas. Temos também a Expo Feira da Indústria, Comércio e Veículos, a Exposição de Gado de Corte e de Leite, a Exposição de Suínos e Ovinos, a

Mostra da Agricultura Familiar e Artesanato, Exposição de Pesca e Aquicultura, além de shows e eventos.

Portanto, convidamos todos, presidente, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que está ajudando na divulgação, na mobilização das pessoas, inclusive, em relação à presença da nossa TVAL no evento. Estaremos, a partir das 16h, juntamente com o prefeito e as demais autoridades, recepcionando todos para esse café colonial que marca o lançamento da Expo Concórdia 2011.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Este deputado quer registrar a presença do prefeito de Concórdia, João Girardi, do vice-prefeito Neuri Santhier, do presidente da Câmara Municipal, de secretários municipais, da rainha e das princesas da Expo Concórdia 2011, da imprensa de Concórdia e desejar que todos tenham uma boa estada.

Também gostaria de dizer, como já disse o deputado Neodi Saretta, que vamos contar com a presença da TVAL e da Rádio Alesc Digital durante toda a semana da Expo Concórdia 2011, procurando divulgar e valorizar a nossa região. Estaremos juntos hoje, às 18h. E torcemos para que seja um evento à altura do município de Concórdia.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou neste plenário, na tarde desta terça-feira.

À primeira vista, parece que esta será mais uma tarde glacial neste plenário, deputada Luciane Carminatti, o que indica que não estamos sendo mobilizados pelas políticas de governo para que possamos manifestar-nos nesta Casa, inclusive porque o trabalho dos deputados, na maioria das vezes, é em resposta a projetos de origem governamental, já que o nosso poder de iniciativa legislativa é bastante restrito.

Esperamos que as medidas tomadas pelo governo sejam acertadas, pois as coisas ficam mais fáceis de resolver neste Poder quando as medidas oriundas do Centro Administrativo são corretas, não têm o estigma do erro, como tem a Medida Provisória n. 188/2011, que está congelada em alguma gaveta desta Casa.

Estamos acompanhando a negociação do governador Raimundo Colombo e de outras autoridades do governo junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Sinte, e estou achando que o chefe do Poder Executivo mostra maturidade, diferentemente do que vinha ocorrendo há 15 dias. Isso mostra que a força da razão está ao lado dos professores e das professoras, ao lado do Magistério Público Estadual.

O nosso trabalho, o nosso apoio e a nossa perspectiva é, evidentemente, que haja avanços até amanhã ou até quinta-feira, para que a assembleia geral que ocorrerá depois de amanhã vote pelo acerto com o governo e pela volta às aulas.

Na tarde de hoje estão acontecendo assembleias regionais em todas as regiões,

organizadas pelo Sinte, para debater a proposta apresentada pelo governo. Essas negociações devem continuar até quinta-feira, e a nossa torcida, o nosso apoio, o nosso aplauso é para que haja, efetivamente, um avanço e que o Magistério entenda que, ocorrendo avanço, é hora de retornar ao trabalho.

Enquanto isso, o conjunto dos servidores públicos está na expectativa de apoio ao Magistério estadual. Evidentemente, como forma de solidariedade de classe, por parte dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, isso já foi manifestado, inclusive por escrito, através da nossa associação, Aprasc. Por parte dos trabalhadores da base da Saúde, dos trabalhadores de Enfermagem da saúde pública do estado de Santa Catarina, o sindicato já manifestou apoio expresso à luta do Magistério estadual.

Portanto, gostaria de manifestar a nossa alegria pela posição correta do governador Raimundo Colombo em negociar de forma tranquila, transparente e aberta com o Sinte, com o Magistério estadual. Diferentemente do governador do Rio de Janeiro, que mandou reprimir e prender os bombeiros que faziam reivindicações básicas. Voltaremos a falar sobre isso no próximo pronunciamento, ainda na tarde de hoje, sobre o nosso repúdio ao governo do Rio de Janeiro, pela posição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, com certeza, é relevante para o estado, uma vez que, nesta Casa, foi aprovado o novo Código Ambiental. Lembro-me de algumas manifestações de deputados, inclusive do deputado Romildo Titon, que foi o relator, e falava em compensação ambiental.

Pois bem, o município de São Bento do Sul é o primeiro município catarinense a fazer o pagamento por serviços ambientais. Deputado Kennedy Nunes, deputada Angela Albino, esse assunto merece não somente destaque no cenário catarinense como também no nacional. Quero crer que no Brasil não há mais de três municípios que estejam praticando ou iniciaram essa prática.

(Passa a ler.)

"O prefeito municipal de São Bento do Sul, no dia 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, tomou a decisão de implantar e de realizar o pagamento por serviços ambientais, iniciando com 11 proprietários do distrito de Rio Vermelho, que abastece os 75 mil habitantes. Um total de 49 proprietários vai receber pagamento por serviços ambientais.

São Bento do Sul se tornou o primeiro município de Santa Catarina a implantar o PSA - Pagamento por Serviços Ambientais -, criado por lei, regulamentado por decreto municipal, para o produtor da água de Rio Vermelho, que prevê o pagamento para 49 proprietários que mantiveram ou recuperaram as margens do rio Vermelho, uma área de preservação ambiental, contribuindo assim para a preservação do manancial de água que abastece aproximadamente 75 mil habitantes.

Os valores pagos no dia 5 de junho, aos primeiros 11 proprietários que fizeram a inscrição no projeto, variam de R\$ 336,24, que é o mínimo pago pelo programa, até R\$ 3.028,52 por propriedade ao ano, totalizando R\$ 8.646,37.

Para definir os valores a serem pagos, uma comissão visitou os terrenos e pontuou, de acordo com uma tabela, 18 requisitos. Essa tabela é baseada na metodologia do projeto Aziz, de Apucarana. Vale registrar que há uma parceria do Boticário na orientação dessa tabela e outros aspectos que contribuíram para a implantação desse programa em São Bento do Sul.

Alguns dos pontos a serem analisados são se a propriedade apresenta toda Área de Preservação Permanente - APP - conservada ou se parte das APPs em recuperação possuem reserva legal formada por vegetação nativa e em bom estado de conservação. Também devem possuir sistema de esgoto distante mais de 100m do curso d'água, fossa e filtro ou zona de raízes entre outros.

Conforme a pontuação da tabela, o pagamento pode corresponder a 122 UFM - Unidade Fiscal do Município - ou por hectare de APP do referido Rio Vermelho, correspondendo a R\$ 329,51. Também é atribuído um valor mínimo por propriedade de 122 UFM, correspondendo a R\$ 336,24.

O pagamento é anual e realizado por meio do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae. As inscrições podem ser renovadas, sendo que, anualmente, as propriedades já cadastradas serão reavaliadas e receberão nova pontuação. Os novos proprietários poderão integrar-se ao programa e passarão a receber pela área que mantém preservada. Conforme a pontuação na tabela de valoração, o pagamento pode corresponder a 122,5 UFM por hectare de APP do Rio Vermelho, correspondendo a R\$ 329,23.

São considerados, dentro do PSA, diferentes análises e questionamentos na pontuação e atribuição de valoração ambiental, motivando o proprietário para a melhoria contínua. Há um comitê que acompanha o programa e aprecia as vitórias."

Portanto, sr. presidente, tenho certeza de que em Santa Catarina é o primeiro programa instituído formalmente com a compensação das áreas que são preservadas e que não poderão ser utilizadas ou que poderão ser utilizadas parcialmente, dependendo da atividade, desde que preservem e que melhorem essa divisa, esse confronto com o rio que abastece a população. E com isso se torna um exemplo no sentido de educação ambiental. Ao mesmo tempo, esse proprietário, que é um pequeno proprietário, terá condições de preservar sem nenhum prejuízo da sua atividade, seja pastoril, agrícola, enfim, qualquer que seja a atividade exercida. Dependendo de quanto mais preservada e melhor seja a condução de melhoramento, além de preservar, de melhorar, tanto mais poderá receber de acordo com os critérios técnicos através do programa.

Portanto, nossos parabéns a São Bento do Sul por essa iniciativa. Que esse exemplo possa estender-se por Santa Catarina e pelo Brasil, pois assim teremos dias melhores em nosso meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Deputado Neodi Saretta, v.exa. falou sobre a nossa Expo Concórdia e quero dizer que sou parceiro. Vamos torcer para fazer um grande evento. Falava nesses dias, deputado Silvío Dreveck, sobre a crise da suinocultura e imaginava que a situação estivesse difícil, mas não tanto. Nas duas últimas semanas percebi que, se não for tomada medida alguma, vamos perder milhares de pequenos produtores que deixarão de produzir suínos integrados para algum empresário. Por exemplo, em Seara há mais de 150 pequenos produtores que produzem para o sr. Biondo. E se formos olhar para o meio-oeste, encontraremos produtores que integram pequenos produtores para a produção de suínos.

(Passa a ler.)

"O país que quer ser o maior produtor de grãos e de carne está longe de ter uma política agrícola de longo prazo, que dê impulso a esses dois setores.

O governo estadual tem procurado auxiliar o produtor. Concedeu isenção de ICMS desde o início do ano, mas apesar disso o mercado continua complicado, pois a crise está a cada dia mais grave, e as notícias que recebemos diariamente são muito ruins. Até o primeiro semestre de 2010, a produção nacional de milho mostrava um excedente de oferta sinalizando um estoque alto para essa safra. A partir de agosto, o governo federal, através da Conab, interferiu no mercado com políticas de incentivo à exportação, e a saca de milho, que há um ano estava abaixo de R\$ 20,00, agora está acima de R\$ 32,00. Em 2010, as exportações de milho chegaram a dez milhões de toneladas, ou seja, 3,3 milhões de toneladas a mais que em 2009.

Há um desequilíbrio total no mercado interno entre o produtor de grãos e o consumidor, que é o criador de suínos e aves. Para completar, o preço do suíno despencou no mercado interno, motivado pelo excedente de oferta, em função da produtividade dos nossos rebanhos de suínos. Ou seja, os produtores estão pagando caro pela sua eficiência, e grandes criadores estão liquidando os seus plantéis.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da UFSC se posicionou no dia de ontem: considera que a queda do poder de compra do suinocultor, no sentido de adquirir milho e farelo de soja, está tornando a atividade difícil, sendo apontada como insustentável para os produtores independentes.

Onde queremos chegar? O governo federal não vai fazer nada, não vai modificar essa situação? Em Santa Catarina a suinocultura ainda é considerada uma locomotiva do setor agrícola. Mas até quando essa locomotiva vai descarrilar sem chances de voltar ao trilho?

O preço do suíno em Santa Catarina é o mais baixo do mercado brasileiro, conforme dados apresentados ontem. Em Goiás, o quilo do suíno estava sendo comercializado a R\$ 2,85; em São Paulo, a R\$ 2,45; e em Santa Catarina, de R\$ 1,90 a R\$ 1,60, sendo que o custo de produção é de R\$ 2,70 a R\$ 2,80, calculado pela Embrapa."

Precisamos dar segurança para esses produtores. Estivemos, na segunda-feira, com o secretário de Agricultura do governo estado e levamos a ele essa preocupação. Havia, há 20 anos, 60 mil produtores de suínos em Santa Catarina. Hoje, temos de 11 a 12 mil produtores no estado. Se não interferirmos para abastecer esses produtores com farelo de soja e milho para o seu rebanho, vamos perder mais dois mil produtores.

Acredito, por aquilo que se vê, que tanto o governo federal como o estadual precisam fazer alguma ação imediata que venha propiciar a permanência dessas famílias na agricultura, pois senão serão menos dois mil produtores.

É preocupante o que estamos vendo. Imagine, deputado Silvío Dreveck, um produtor que disponibiliza para abate mil suínos por ano ter um prejuízo de R\$ 100,00 por suíno. Em mil suínos terá um prejuízo de R\$ 100 mil. Esse produtor não se sustenta mais há muitos anos, e o desespero é tão grande que os telefones não param de tocar. Entidades como a Associação de Criadores de Suínos de Santa Catarina e do Brasil estão tentando buscar auxílio e pedindo apoio, mas estamos vendo pouca ação, estamos vendo pouca possibilidade de podermos fazer alguma coisa para sustentar essas pessoas na agricultura.

Muitas vezes me tomo até um pouco inconveniente, um pouco chato, porque levanto essa preocupação reiteradas vezes, mas como deputado que vem da região produtora de suínos não posso ficar calado, preciso tomar uma posição e fazer alguma coisa para salvar um setor que tem uma importância muito grande na economia do estado de Santa Catarina.

A Sadia e a Perdígão, que compravam e pagavam à vista, a partir desta semana começaram a pagar em 20 dias. O produtor, que contava com os recursos no dia em que entregava o suíno ou, no máximo, dois dias depois, vai ter que esperar 20 dias para receber. Estão oferecendo aos produtores que não são integrados de R\$ 1,60 a R\$ 1,30 o quilo. Para não ficar com o produto, daqui a pouco o produtor pode até dar de presente. A região de Braço do Norte é outra da qual recebemos muitos pleitos, pois está passando por dificuldades.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que não há nenhum inconveniente em v.exa. trazer tantas vezes esse assunto, uma vez que demonstra a sua preocupação com um setor que é muito significativo para Santa Catarina e para o Brasil.

De fato, nos últimos anos temos vivido essa instabilidade no setor da suinocultura e, de um modo geral, na pecuária e na agricultura. Nos últimos dias o preço caiu por mais uma interferência de interesses inexplicáveis do mercado internacional. O fato é que temo-nos manifestado acerca da necessidade de uma política permanente com algumas estratégias. Por exemplo, quando o mercado interno não absorver, que o mercado externo não interrompa simplesmente suspendendo a compra do dia para a noite, o que estamos enfrentando mais uma vez.

Cumprimento v.exa. e deixo registrado que sou solidário à sua manifestação, porque principalmente aqueles

pequenos produtores que se não receberem auxílio ou uma política pública permanente do governo federal, juntamente com o governo do estado, terão sua situação piorada.

Parabéns pela manifestação de v.exa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado, sei que v.exa. tem essa sensibilidade e conhece o setor.

Estamos exportando milho para os Estados Unidos, para a produção de etanol e de carne e como contrapartida temos o prejuízo dos produtores de carne em nosso país. Aí vem o prejuízo à carne bovina, à carne de aves e, especialmente, à carne suína. Há que se tomar uma posição firme, uma posição duradoura, que dê estabilidade a esse setor. Se esse setor tem importância para o país, precisamos dar-lhe a devida importância. Quando dizem que a Rússia não está mais comprando carne suína do Brasil, de Santa Catarina, muitas vezes é chute, estão vendendo uma imagem que não é verdadeira. A Rússia não está mais comprando alguns produtos industrializados com carne suína de Santa Catarina e do Brasil, mas a carne suína a Rússia continua comprando. O que precisamos é não depender apenas de um país.

Foi feito um trabalho no estado, à custa do nosso produtor, levando-o à categoria de estado livre de febre aftosa sem vacinação. Não foi apenas o poder público que investiu, o produtor também se sacrificou, fez o seu trabalho, o seu dever de casa e deu esse *status* a Santa Catarina, fato que nos orgulha, mas, na verdade, isso não representou nada para o seu bolso, para a sua atividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, início saudando o vereador Narcizo Manoel Vieira Júnior, de Barra Velha, e o ex-vereador Ênio Renato dos Santos.

Sr. presidente, desejo falar rapidamente sobre dois assuntos. Primeiramente, quero dizer, deputada Luciane Carminatti, que v.exa. tem tido uma atuação consistente no que diz respeito à questão dos professores no estado de Santa Catarina. E todos nós, os 40 deputados, com absoluta convicção somos unânimes em defender o reconhecimento dos professores em nosso estado. Afinal de contas, os professores cumprem um papel fundamental na formação dos cidadãos.

Estamos, deputado Kennedy Nunes, esperançosos com as novas propostas apresentadas pelo secretário da Educação, Marco Antônio Tebaldi, pela equipe técnica e pelo governador ao comando de greve de Santa Catarina. Parece-me que o Sinte está consultando os braços do sindicato nas regionais, mas tenho plena convicção, deputado Narciso Parizotto, que haveremos de, na quinta-feira, ter uma solução racional, equilibrada, boa para Santa Catarina e, acima de tudo, para os professores. Tenho certeza disso porque o governador Raimundo Colombo e a sua equipe técnica estão apresentando aquilo que é possível, neste momento, para o caixa do estado. E os professores, com certeza,

através do seu sindicato maduro, consciente, haverão de fechar esse acordo para que nossas crianças possam voltar às escolas, com os professores valorizados, para que o estado possa voltar ao seu dia a dia com normalidade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sr. Deputado Kennedy Nunes - Gostaria apenas de dizer, deputado Darci de Matos - até porque dei um aparte ao deputado Dirceu Dresch exatamente sobre essa questão - , que o governo estadual está sentando, negociando. No entanto, em Joinville, tem sido muito diferente em relação à greve municipal dos servidores públicos.

O deputado Dirceu Dresch disse que a dificuldade é que o sindicato não quer sentar-se. Até concordo que o deputado Dirceu Dresch tenha falado isso porque, com certeza, está longe de Joinville e talvez as informações que lhe chegam ou à bancada não sejam verdadeiras. O problema é que estamos com quase 30 dias de greve, e o prefeito Carlito Merss, deputado Dirceu Dresch, sentou apenas uma vez com o sindicato, a pedido do Ministério Público. E entrou na sala com a cara virada, conversou com a cara virada e sequer, deputado Darci de Matos, olhou no rosto dos trabalhadores.

No domingo último, até o padre pediu para falar com o prefeito, mas ele não foi. Que tipo de ação o maior município do estado de Santa Catarina, Joinville, está tendo? Só falta o papa vir pedir uma ação ao prefeito Carlito Merss, pelo amor de Deus!

Então, por favor, prefeito Carlito Merss, faça como está fazendo o governador Raimundo Colombo. Sente com o sindicato, negocie. É assim que se faz, quando há um movimento de greve.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ainda bem que em Joinville o presidente do sindicato é do PT, do partido do prefeito, porque se fosse do nosso grupo certamente diriam que estamos criando dificuldades para a gestão municipal.

A Sra. Deputada Luciane Carminati - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminati - Bem, até diria ao deputado Kennedy Nunes que há controvérsias, deputado Darci de Matos, porque o padre foi chamado e disse que não queria mais intermediar conversas com aquele sindicato. Então vejam a que ponto as coisas chegam.

Com relação à greve, quero tão somente dizer que reconheço que houve avanços. Não podemos, deputado Darci de Matos, esconder esses avanços; inclusive, o próprio Sinte reconhece como avanço o fato de o governo do estado acenar com concurso público e uma mesa permanente de negociações. Porém, há duas coisas que ainda faltam para que o governador consiga terminar com a greve no dia de amanhã: a regência de classe tem que voltar ao estágio anterior, porque senão os salários serão diminuídos, e a melhoria da tabela. Se o governo avançar nessas duas questões, com certeza quinta-feira ocorrerá a volta às aulas.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Se v.exa. for breve, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, desejo apenas informar que o prefeito Carlito Merss esteve com a nossa bancada na Assembleia Legislativa e fez uma ampla exposição sobre o movimento paredista em Joinville. Apresentou-nos um balanço do seu governo, um relatório de atividades, além de explicar todo o esforço que tem feito, durante todo o tempo, para encaminhar as respostas necessárias aos servidores municipais. Infelizmente, segundo o prefeito, é uma minoria que intransigentemente se mantém em greve.

De qualquer forma, voltaremos a falar sobre essa questão nos próximos dias, a partir das informações que o prefeito Carlito Merss nos trouxer.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, amanhã, na comissão de Finanças e Tributação, certamente voltaremos a apreciar um dos projetos mais importantes que o governo Raimundo Colombo enviará a esta Casa, neste ano. Refiro-me ao projeto da SCPAR, ao qual todos os deputados pediram vistas, e o deputado Neodi Saretta apresentou uma emenda que será apreciada amanhã.

A lei que criou as PPPs é de autoria do governo Lula e foi aprovada em 2005. Trata-se de um diploma legal que tem méritos, que é fundamental para o Brasil. Infelizmente, até hoje somente 22 parcerias público-privadas foram implementadas no país. São elas: o estádio da Fonte Nova, na Bahia, hospitais, rodovias, portos. Em São Paulo, o prefeito Gilberto Kassab está estruturando uma PPP para um hospital municipal.

Quer dizer, srs. deputados, as parcerias público-privadas podem e devem ser implementadas, inclusive nos médios e grandes municípios. Já os pequenos municípios podem utilizar-se das SPEs, ou seja, das Sociedades de Propósitos Específicos.

Considero, como disse anteriormente, esse projeto encaminhado pelo governador Raimundo Colombo extremamente importante. Por quê, deputado Neodi Saretta? Porque com a sua aprovação Santa Catarina passará a fazer parte dos estados que contam com esse tipo de legislação. Oito estados ainda não haviam criado suas leis nesse sentido e o nosso era um deles. Com a aprovação desta Casa, o nosso estado poderá captar recursos da iniciativa privada, sobretudo dos fundos de pensão, porque a economia mundial e nacional está nas mãos desses fundos.

O porto de Itapoá teve um aporte de R\$ 200 milhões de um fundo de pensão nacional. Como o estado precisa investir em infraestrutura - portos, rodovias, ferrovias, energia, saúde, educação - e não tem recursos próprios, é aí que entram as parcerias público-privadas que ajudarão a dotar Santa Catarina do aparato necessário ao pleno desenvolvimento.

Dou aqui um exemplo: o estado de Minas Gerais, no governo de Aécio Neves, deputado Neodi Saretta, construiu um centro administrativo que custou R\$ 2 bilhões. Não fez uma PPP. Agora, no entanto, o governo mineiro está estruturando uma PPP para custear os serviços, deputado Jorge Teixeira: copeira, funcionários administrativos, segurança, xérox, alimentação. Ou seja, as parcerias público-privadas se constituem, efetivamente, numa luz no fundo do túnel, numa solução, no meu entendimento, para a captação de recursos da iniciativa privada, a fim de que possamos

investir em infraestrutura: saneamento, saúde, rodovias, ferrovias, portos e até em estádios de futebol.

Portanto, sr. presidente, vamos apreciar esse projeto com a maior atenção possível, no dia de amanhã, porque se trata de um grande projeto, de um projeto fundamental, que haverá de ser aprovado não somente na comissão de Finanças e Tributação, mas também por este plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Quero comunicar e pedir aos srs. líderes para retirar da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei Complementar n. 0011/2011, uma vez que o seu autor, deputado Gelson Merisio, não se encontra nesta Casa.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0015/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a presença obrigatória do corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0324/2011 e 0325/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0326/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0327/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0664/2011, 0665/2011 e 0671/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0666/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0667/2011 e 0668/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0669/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0670/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, e 0672/2011 e 0673/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0674/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e gerente regional do INSS, pedindo a implementação da reforma da unidade do INSS no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0050/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada à presidente da República, solicitando a inclusão no Orçamento Geral da União de recursos financeiros para a duplicação da BR-470, bem como a abertura dos processos licitatórios e o início das obras em 2011.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, gostaria de declarar o meu voto, ou seja, que vou votar a favor dessa moção.

Quero avisar também a todos os parlamentares desta Casa e ao proponente dessa moção que esse dinheiro para a duplicação da BR-470 já está no Orçamento da União, no Plano de Aceleração do Crescimento, e que a licitação será aberta, como já foi feita em diversas audiências públicas, quando o Ibama, então, vai concluir os seus estudos de impacto ambiental.

Então, sr. presidente, este é um governo diferente, é um governo que tem planejamento. E a presidenta Dilma Rousseff já tem esses recursos para a duplicação da BR-470, no que diz respeito ao município de Navegantes e ao município de Indaial; inclusive, essa licitação vai ocorrer ainda este ano, para dar início, se Deus quiser, às obras.

Para encerrar, gostaria de fazer um convite a todos os parlamentares para estarem presentes na inauguração, na cidade de Blumenau, no próximo dia 9, depois de amanhã, pela nossa presidente da República, de 580 apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Voto favoravelmente à moção, mas sabendo do resultado, porque esses recursos já estão alocados no Orçamento da União

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero agradecer as colocações da deputada Ana Paula Lima, mas na verdade o objetivo da moção é mostrar que esta Casa está atenta e quer se solidarizar com o governo federal.

Gostaria, realmente, que esses recursos, além de alocados, fossem realmente gastos na BR-470, para que a obra saia do papel, e pedir à presidente Dilma Rousseff, já que estará vindo a Santa Catarina, mais especificamente a Blumenau, que dê uma atenção especial e cumpra realmente sua promessa com relação à BR-470.

O nosso objetivo é justamente fazer com que esta Casa também demonstre preocupação com o caso, pois entendemos que tudo que vier para ajudar, para colaborar, será positivo. Não podemos pecar pela omissão. Prefiro pecar, deputado Manoel Mota, pelo excesso do que pecar pela omissão.

Por isso peço a todos os deputados, independentemente de questão partidária, que demonstrem à presidente Dilma Rousseff o seu

desejo e o de Santa Catarina de ver realmente a duplicação da BR-470, não somente até Indaial, mas, quem sabe, em todo o médio vale, chegando até o alto vale. Esse é o motivo dessa moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero aqui elogiar a atitude do deputado Jean Kuhlmann, pois esse é o anseio de todos os deputados de Santa Catarina, mais fortemente dos deputados que moram naquela região, apesar de que a BR-470 é uma rodovia essencial em todos os aspectos para Santa Catarina.

Quero dizer também, deputada Ana Paula Lima, que estamos felizes por saber que a presidente Dilma Rousseff já está fazendo o estudo do impacto ambiental para lançar o edital da duplicação da BR-470. O governo Lula fez um bom governo, mas ficou devendo para Santa Catarina porque não tocou a obra da BR-470, não tocou a obra da BR-280 nem a duplicação sul da BR-101.

Então, estamos esperançosos com a presidente nesse sentido e aguardando, com urgência, o edital da duplicação da BR-470, deputado Nilson Gonçalves, e da BR-280, que atende à região de Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0058/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o número de atendimentos e valores pagos à OAB pelos serviços da Defensoria Dativa no período de 2008 a 2010.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de pedir à autora, deputada Ana Paula Lima, para assinar também esse pedido de informação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu concordo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a permissão da deputada Ana Paula Lima, o deputado Dirceu Dresch também assina o pedido de informação.

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0059/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários da Segurança Pública e da Administração, solicitando informações sobre os agentes do sistema prisional e do sistema de atendimento ao adolescente infrator.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0061/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre a assinatura do primeiro contrato com a Nutribem e quais os órgãos estaduais que utilizam a empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0062/2011, de autoria do deputado José Nei Ascarl, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o montante dos recursos repassados às Apaes por força da Lei n. 13.633, de 2005, desde a aprovação da mesma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0063/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre quais as 200 maiores empresas devedoras do estado, os valores do débito, bem como quais delas já foram contempladas com o Programa Catarinense de Revigoramento Econômico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Dóia Guglielmi, pedindo para suspender a sessão por até dez minutos, para que o representante da comissão organizadora da 7ª Festa da Gastronomia Típica Italiana possa divulgar o evento em comemoração aos seus 53 anos.

Também informo aos srs. líderes que há um pedido dos deputados Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para que possamos ouvir o embaixador Lázaro

Méndez Cabrera, côsul-geral de Cuba no Brasil.

Gostaria de saber se todos os srs. líderes concordam que a sessão seja suspensa.

(Os líderes aquiescem.)

Então, a sessão será suspensa por até 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, eu gostaria de agradecer a todos a presença e fazer, antes de eu entrar no tema central do meu pronunciamento, alguns registros.

Primeiramente, quero dizer que tive a oportunidade de participar da reunião do Conselho Estadual de Educação, deputado Ismael dos Santos, ocasião em que tomou posse, a convite do sr. governador do estado, Raimundo Colombo, como membro titular do Conselho Estadual de Educação, a pastora Mariane Beyer Ehrat, que foi a primeira pastora sinodal da Igreja Luterana do Brasil que representou o sínodo vale do Itajaí - SLB. Uma pastora realmente que sempre fez um grande trabalho determinado não somente na questão luterana, mas, acima de tudo, um trabalho social. Por isso quero aqui de público parabenizá-la por ser, neste momento, membro do Conselho Estadual de Educação.

Quero dizer, também, que fiquei muito feliz quando vi outras pessoas assumirem o Conselho Estadual de Educação, conscientes efetivamente do posicionamento da importância desse conselho para garantir a qualidade do ensino em nosso estado.

Tenho certeza de que não só a pastora Mariane Beyer Ehrat como também os novos membros e todo o Conselho podem contar com o apoio desta Casa para que se possa estabelecer políticas públicas importantes para a qualificação da educação no nosso estado.

Quero aqui, de público, parabenizar a pastora e os novos membros, desejando muito sucesso a todos os membros do Conselho Estadual de Educação, porque tenho certeza de que o sucesso deles representa, acima de tudo, o sucesso do aluno, aquela pessoa que precisa aprender com qualidade. E, além das questões salariais do professor, é preciso que haja um ensino com estrutura, qualidade e tecnologia. E para isso é importante o Conselho Estadual de Educação garantir e aprimorar a forma de ensinar no nosso estado.

Também quero fazer um agradecimento muito especial ao presidente do Deinfra, sr. Paulo Meller. A Vila Itoupava é um bairro cortado pela SC-474, a rodovia Doutor Pedro Zimmermann, que liga Blumenau ao município de Massaranduba. Lá existe um problema muito sério, que é a questão de um trevo onde sempre acontecem acidentes e mais acidentes. Caminhões costumam tomar, e pessoas vêm a falecer naquele local.

Por um pedido da comunidade, há 60 dias tivemos a oportunidade de intermediar junto ao presidente do Deinfra a solicitação de implantação de uma lombada eletrônica naquele local. Essa lombada eletrônica está sendo feita de forma especial para atender aquela localidade, porque ela sai do padrão

normal das lombadas aplicadas no restante do estado, devido à questão do trevo. A lombada vai ser colocada como se fosse um "t". Então, ela está sendo produzida especialmente para aquele local, para atender à comunidade da Vila Itoupava e a todos os caminhões e veículos que passam por aquele local, porque realmente existe lá uma curva muito perigosa.

Entendo que essa lombada irá garantir a vida da população de Blumenau e região, de todas as pessoas que transitam pela SC-474 e também de toda a comunidade da Vila Itoupava que tem que passar por aquele trevo. E, com certeza, hoje, ela está numa situação muito perigosa, mas com a colocação da lombada eletrônica vai passar por uma melhoria significativa.

Por isso, quero parabenizar a comunidade pela sua luta e também agradecer ao presidente do Deinfra que se sensibilizou com a movimentação da comunidade e atendeu a um pedido da população de Blumenau.

Gostaria de agradecer aos srs. parlamentares que, nesta tarde, aprovaram a moção. E todos nós já falamos sobre a BR-470; todos nós já trouxemos vários argumentos sobre a importância dessa obra para Santa Catarina. E tenho certeza de que a aprovação de uma moção, neste momento, quando a presidente Dilma Rousseff confirma a sua presença no estado, é extremamente importante para que possamos entregar-lhe esse documento e mostrar a necessidade de execução da obra. E não só o trecho de Blumenau a Indaial, mas quem sabe até o alto vale, podendo garantir, no futuro, a duplicação de toda a BR-470, porque ela é vital não só para o crescimento econômico e o desenvolvimento da região como também para a manutenção da vida das pessoas do vale do Itajaí que passam por aquela rodovia. Quem não teve um parente que já veio a falecer? E a população está cansada de tanta promessa!

E o deputado Darci de Matos foi muito claro e objetivo aqui: o presidente Lula, por mais que teve aprovação no seu mandato, deixou a desejar com relação à BR-470. E nós não podemos permitir que a presidente Dilma Rousseff continue no mesmo caminho! Nós temos que cobrar a realização dessa obra!

Por isso, quero agradecer por este Parlamento ter aprovado, por unanimidade, essa moção que, com certeza, deverá ser recebida pela presidente Dilma Rousseff. E ela deverá se conscientizar cada vez mais da importância dessa obra.

O meu pai e minha mãe me ensinaram que quem não pede, não luta, não reivindica e não tem os seus direitos conquistados. E é dentro desse contexto que estamos pedindo essa obra e queremos que a presidente Dilma Rousseff garanta os nossos direitos.

Também quero registrar que, no dia de ontem, srs. parlamentares, estive em Blumenau numa solenidade no Instituto Gene. Na oportunidade, o representante do Sebrae, juntamente com o representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico, do deputado Paulo Bornhausen, fez a entrega de recursos para o Instituto Gene na ordem de, aproximadamente, R\$ 700 mil. O convênio total tem a participação do Sebrae, do governo do estado, do Instituto Gene e da iniciativa privada, para garantir o aporte financeiro para o Instituto Gene, que tem uma preocupação muito forte com a questão do desenvolvimento tecnológico de Blumenau e região, deputado Ismael dos Santos.

Aliás, falando em desenvolvimento tecnológico, quero fazer o registro de uma ação do deputado Paulo Bornhausen, numa visita à Associação Comercial e Industrial de Blumenau, em que o presidente da associação, o empresário Ronaldo Baumgarten, recebeu o deputado. E tivemos a oportunidade de discutir na Acib a criação do Distrito da Inovação, um novo conceito de Parques Tecnológicos para Santa Catarina. E o governador, na sua visita à Espanha, esteve visitando o 22@Barcelona, um projeto inovador que pegou uma área totalmente degradada e transformou-a numa área totalmente positiva, com geração de empregos de qualidade. E queremos também levar para o município de Blumenau esse projeto do Distrito da Inovação, que eu entendo que é algo extremamente importante para o crescimento e para a revitalização do bairro Itoupava Seca.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, de fato a questão da gestão pública passa, necessariamente, pelo planejamento. Acho que a palavra chave da proposta que v.exa., ontem, de uma forma inusitada até para Blumenau, colocou é a perspectiva de planejar a cidade de uma forma especial para os próximos anos, e quem sabe até para 2050. Sem planejamento não há gestão pública eficiente. E queremos estar juntos nessa proposta de que haja uma Blumenau diferente e um vale do Itajaí com desenvolvimento e progresso, enfim, planejando Blumenau, planejando o vale e planejando Santa Catarina para as próximas gerações.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Ismael dos Santos, o governador Raimundo Colombo, na sua visita à Espanha, teve a oportunidade de conhecer o 22@Barcelona, um projeto inovador em que se pegou uma área totalmente degradada, que estava morrendo economicamente, e conseguiu-se, através desse Distrito da Inovação, renová-la e gerar muito emprego. E não somente empregos em termos de quantidade, mas principalmente empregos em termos de qualidade e de aprimoramento científico e tecnológico. Realmente queremos fazer com que o governador traga essa ideia para Blumenau.

Quero desafiar todas as entidades empresariais de Blumenau e também a Furb para que tenhamos essa ideia do Distrito da Inovação em Blumenau. E aí quero desafiar que isso seja feito no bairro Itoupava Seca.

Pelo que verificamos, esse projeto tem que ter um tripé vocacionado, no sentido de a universidade estar ao seu lado, assim como o governo e a iniciativa privada. Com esses três eixos de desenvolvimento, governo, universidade e iniciativa privada, poderemos criar, sim, em Blumenau, o Distrito da Inovação, um local propício onde se possa trazer as empresas da área de tecnologia e da área cultural, enfim, todas aquelas empresas que vão, de alguma forma, inovar, gerando riquezas e conhecimento para Blumenau e Santa Catarina.

Entendo que como o bairro Itoupava Seca fica próximo ao Instituto de Pesquisa Tecnológica da Furb, IPT, podemos trazer empresas para aquele local e criar em Blumenau o Distrito da Inovação. E lá existe

mais de 70 laboratórios, uma universidade com mais de 100 doutores, 100 alunos de mestrado, pessoas realmente com conhecimento na área de tecnologia.

Essa é uma ideia na qual, juntamente com a Associação Comercial e Industrial, a Furb e o governo do estado, quero trabalhar fortalecendo e incentivando Blumenau a acreditar nela, porque quando Blumenau acredita, consegue e faz o melhor!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, com muita honra, quero registrar a presença do vereador Lourival João, acompanhado de seu irmão, um empresário da área de contabilidade, que vem a serviço do município de Araranguá. É uma honra recebê-los aqui, pois esse vereador executa um trabalho extraordinário na Cidade das Avenidas, a minha cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero falar um pouco sobre a décima edição da Feagro, ocorrida de quinta-feira ao último domingo, na cidade de Braço do Norte.

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa., quando foi secretário de estado da Agricultura, teve a oportunidade de passar por lá em todas as edições da Feagro e deixar a sua marca. Inclusive, eu e o deputado José Nei Ascari justificamos a ausência de v.exa., que não pôde nos prestigiar nessa edição da Feagro, mas lá estava o seu irmão, presidente da CCS, e juntamente com ele muitas outras lideranças de todo o setor do agronegócio, da pecuária e da agricultura de Santa Catarina.

Na abertura lá esteve também o secretário João Rodrigues e o deputado federal Odacir Zonta, que também, quando secretário, sempre prestigiou e participou daquela feira, além do deputado José Milton Scheffer e diversas lideranças políticas de todas as regiões de Santa Catarina do setor do agronegócio catarinense.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. vai assumir o compromisso de, na semana que vem, passar por lá para conhecer a Feagro. O deputado Moacir Sopelsa sabe que as pessoas que passam por lá ficam impressionadas com a organização e o volume de negócios que se realizam naquela feira. É uma verdadeira multidão que ocorre ao município de Braço do Norte nesses quatro dias de festa sem uma só atração musical. Geralmente vemos nas feiras as atrações musicais de bandas, de duplas sertanejas especialmente, atraindo o público para os shows. Aquela feira é diferente, pois não possui nenhum show; o que atrai o público são os produtos, especialmente a qualidade genética dos animais. E a grande referência é o gado jersey. Essa já é, deputados Moacir

Sopelsa e Silvio Dreveck, a maior feira de gado jersey do Brasil.

O volume de negócios que foi realizado orgulha a nossa região, o sul do estado e Santa Catarina. E é uma feira que expandiu as fronteiras, as divisas, uma vez que houve negócios internacionais realizados nessa edição. E até na área da suinocultura, um setor que vive, talvez, umas das suas maiores crises, houve bons negócios. Foi realizado um leilão de reprodutores, e de todas as cabeças apenas três não foram leiloadas. Portanto, um sucesso absoluto! E assim foi também com a ovinocultura. Enfim, há a pujança da pecuária e do agronegócio, que se expandem muito na região do vale do Braço do Norte, uma das maiores bacias leiteiras do estado de Santa Catarina.

Então, é muito bom participar de um evento como aquele que tem a organização da própria comunidade, deputado Silvio Dreveck. Não é contratada nenhuma empresa especializada em realizar feiras, não! São os produtores, os criadores, as forças vivas da comunidade que se organizam através de uma associação e realizam essa que é, segundo o secretário João Rodrigues, a maior feira de Santa Catarina, porque não tem nenhum outro atrativo, deputado Ismael dos Santos, para levar as pessoas para lá. Elas vão para conhecer efetivamente a força econômica e a força produtiva da região do vale do Braço do Norte.

Por isso, os nossos cumprimentos ao prefeito, à secretaria de estado da Agricultura, à secretaria regional de Braço do Norte, à comissão organizadora, aos expositores, aos agricultores e a todos aqueles que se envolveram na realização da feira. E também aos que já fizeram a sua parte, como o deputado Moacir Sopelsa, quando secretário, porque todos que passaram deram a sua contribuição para consolidar aquela como uma das grandes feiras do Brasil, para orgulho do nosso sul do estado e de Santa Catarina.

Quero também fazer uma referência, nesse tempo, na tarde de hoje, sobre esse bom nível de conversa acerca da greve do Magistério. E falamos isso hoje ao meio-dia, no almoço da nossa bancada.

Quero cumprimentar o governo do estado e a direção do Sinte. Estamos vivendo um momento de muito amadurecimento na tratativa dessa greve, diferentemente do que se via em tempos recentes em Santa Catarina, quando o sindicato, especialmente na área da Educação, tinha dificuldade até de ser atendido. Agora estamos vendo um esforço permanente por parte da secretaria de estado da Educação e do governo do estado. E também da parte do sindicato há a contrapartida no sentido de construir um entendimento e construir os caminhos para não somente cumprir a lei e pagar o piso, deputado Silvio Dreveck, que essa já é uma decisão de governo, mas para recompor a tabela salarial e o plano de cargos e salários do Magistério que, infelizmente, foi-se perdendo ao longo dos últimos anos.

O grande equívoco talvez tenha sido, deputado Moacir Sopelsa, os governos anteriores não promoverem a revisão anual dos salários. Qual foi o grande erro? Não conceder a reposição da inflação. Se os governos não podiam ter melhorado o plano de cargos e salários, que pelo menos tivessem pago a inflação. Mas não, deputado Padre Pedro Baldissera! Optou-se por uma política salarial partilhada, e aí ganhava mais quem berrava

mais, quem tinha mais poder de pressão. E especialmente o Magistério, que é lá que está concentrada a maior massa do serviço público, ficou para traz, assim como a Segurança, que tem o segundo volume e também reclama, e também a Saúde.

Então, quando representei v.exa., deputado Silvio Dreveck, na reunião dos líderes com o governador, na última terça-feira, saí contente, porque senti que o governador Raimundo Colombo e o seu governo estão decididos a reconstruir justiça salarial aos servidores de Santa Catarina.

O delegado Renato Hendges continua na sua luta, e sabemos de todas as dificuldades dos delegados, das Polícias Civil e Militar e das carreiras da Segurança Pública. E agora esperamos conseguir aproveitar esse momento para avançar também na PEC, da qual somos autores, para impedir que políticos possam, daqui para frente, ocupar o cargo de secretário de estado da Segurança, que ele seja um cargo de carreira de forma perenizada na Constituição de Santa Catarina.

Quero dizer que senti, na reunião de terça-feira, que há, sim, por parte do governador Raimundo Colombo e do governo, um desejo muito grande de recompor. E precisamos ajudar a encontrar alternativas. A primeira delas é agora, na votação da LDO, quando precisaremos revisar, inclusive, a questão da distribuição dos recursos do Fundeb. Deputado Valmir Comin, v.exa. também tem sido questionado e, de certa forma, pressionado por conta da posição histórica do nosso partido. Não vamos arredar pé da nossa posição, mas é preciso também ajudar o governo a encontrar soluções.

Não dá mais para ficar repartindo os recursos do Fundeb com quem não investe em Educação. Esta Casa e as outras receberam parte desses recursos. Isso não se justifica e não há mais defesa.

Deputado Silvio Dreveck, a maioria dos questionamentos que ouvi, especialmente lá na feira, onde o número de pessoas era muito grande, foi exatamente por conta dessa repartição equivocada dos recursos do Fundeb, porque num determinado momento alguém fez uma concessão com algum outro objetivo. Agora, esse é mais um problema que o governador Raimundo Colombo vai ter que resolver. E esta Casa vai ter que fazer a sua parte.

Estamos aqui para isso. E espero que o governo e o sindicato possam continuar conversando. Já houve um avanço substancial desde que v.exa. saiu, deputado Silvio Dreveck, até a sua volta.

O governo tinha disponibilizado, no início das negociações, 14 milhões de reais para o pagamento do piso e a recomposição do plano de cargos e salários. Agora, a proposta já passa de 20 milhões de reais. O diálogo continua, e é dessa forma que o governo vai conseguir reconstruir aquilo que durante os últimos anos não foi tratado com a devida responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados,

apenas gostaria de aproveitar o momento para fazer alguns registros.

Em primeiro lugar, quero dizer que na noite de ontem estive no lançamento do livro do nosso promotor público, Afonso Ghizzo Neto, que trata a questão da corrupção, do estado democrático de direito e da educação.

É um livro extremamente importante que aborda um pouco a questão da cultura paternalista e da corrupção, fazendo assim um resgate histórico e, ao mesmo tempo, dando sustentação, através de inúmeras pesquisas realizadas em todo território nacional. Além desse resgate, o livro aborda, num segundo momento, o estado democrático de direito e a moralidade administrativa envolvendo vários elementos. No terceiro capítulo, o livro trata a questão de instrumentos legais, constitucionais, no combate à corrupção. Portanto, trata-se de um lançamento que aborda vários temas e que, para nós, agentes políticos, pode se tornar um instrumento extraordinário na compreensão e na orientação do nosso trabalho no Executivo ou no Legislativo.

Então, gostaria de parabenizar o promotor do Ministério Público, dr. Afonso Ghizzo Neto, por mais essa obra importante que vai servir de instrumento para criarmos uma nova mentalidade e ao mesmo tempo despertar no seio da sociedade uma nova cultura em relação à questão da moralidade pública.

Gostaria, ainda, de socializar outros dois registros. O primeiro deles é com relação à ocupação que ocorreu, na noite de ontem, na região do planalto serrano, mais precisamente em Cerro Negro, na fazenda Imbu, onde 200 famílias chamam a atenção das autoridades, nas diferentes esferas, quanto à necessidade de avançar na política da reforma agrária em nível de país, de nação, atendendo a grandes e importantes demandas, que são muitas, nos diferentes estados da nossa nação.

Essa ocupação vem exatamente no sentido de manifestar a necessidade de avançar no que se refere à distribuição da terra em nosso território nacional e em algumas regiões do nosso estado de Santa Catarina.

Quero falar, ainda, que nesta semana, no amanhecer de segunda-feira, o movimento dos atingidos por barragens ocupou um canteiro de obras no município de Abdon Batista, onde uma empresa inicia os trabalhos de construção de uma barragem.

Entre 2014 e 2018 a previsão de produção é de mais de 175 megawatts. Sabemos que nessa grande região do planalto serrano, que compreende Abdon Batista, Cerro Negro, Anita Garibaldi, Celso Ramos etc., há muitas barragens, mas, infelizmente, a grande maioria daquelas famílias carece de energia elétrica, que é precária em toda região, eis que ocorrem muitas quedas. É a região que mais cedeu na construção de barragens e é a menos assistida na questão da energia elétrica. Nessa região da construção dessa barragem há em torno de 600 pessoas e tende a aumentar nos próximos dias, se não houver uma sinalização por parte da empresa em receber o Movimento dos Atingidos por Barragens daquela região, daqueles municípios que serão alagados, porque ninguém sabe o que irá acontecer, se eles serão indenizados, quanto irão receber, quais as famílias serão indenizadas e se serão assentadas ou não.

Essas famílias vivem uma insegurança extrema e é preciso que se faça justiça, pois elas não podem continuar vivendo

nessa situação. São famílias que vivem na região há 30, 40, 50, 60, 80 anos e, de repente, de um momento para outro, sentem-se sem amparo algum e sem saber o que vai acontecer com a propriedade histórica que adquiriram com muito sacrifício e com muito trabalho.

Estou dirigindo-me, daqui a pouco, ao centro administrativo, onde queremos agradecer o empenho do governo do estado de Santa Catarina, do secretário Antônio Ceron, secretário da Casa Civil, que tem intermediado o diálogo com a empresa Triunfo, responsável por aquela barragem. E claro que essa vai ser uma conversa preliminar, pois queremos que seja marcado dia e hora para que o movimento seja recebido para discutir o que vai acontecer com a vida daquelas famílias que lá estão. Queremos saber o que vai acontecer com aquelas famílias e como vão ocorrer as indenizações, porque não dá para viver nessa insegurança extrema. São 2.500 hectares de terra que serão alagados na construção dessa barragem. Portanto, são muitas famílias que serão expropriadas da sua terra, de seu trabalho.

Então, esperamos que nesta tarde possamos tirar algum encaminhamento, principalmente que a própria empresa possa receber o Movimento dos Atingidos por Barragens, para dar alguma perspectiva a todas aquelas famílias.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente, srs. deputados, amigos da Rádio Alesc Digital e da TVAL, quero saudar o vereador Cabo Loro, de Araranguá.

Ouvindo o deputado Padre Pedro Baldissera falar sobre as barragens. E quero registrar que a cidade de Araranguá tem sofrido reiterados anos o problema da enchente, em que dezenas e dezenas de famílias ficaram desabrigadas. Agora, com o projeto da fixação da barra e também com o projeto da barragem do rio Salto o governo do estado firmou um compromisso.

Faltam R\$ 13 milhões para a desapropriação dos moradores da comunidade de Areia Branca, e o governo deve estabelecer um cronograma a partir deste mês, do mês de junho, para proceder à desapropriação daqueles moradores que ainda resistem à situação. Esperamos que, realmente, o governo faça justiça, como foi feita na barragem do rio São Bento, que já é uma realidade e que abastece toda região. À época, foi dado um encaminhamento com dignidade e conforto a todos aqueles proprietários que detinham posse de terra, muitos deles, inclusive, com mais de 70 anos morando naquelas propriedades onde constituíram família, educaram filhos, mas tiveram que se mudar. Não diferente foi a Barragem do Rio do Salto que, além de abastecer e irrigar de maneira especial a rizicultura, promove a regularização da vazão dos níveis de água em época de cheias e também de estiagem, evitando a falta de água na época de seca e também a regulação da vazão em época de precipitação de chuvas, coibindo os alagamentos e as enchentes, além do potencial turístico que vai com certeza desencadear naquela região.

Recebi há pouco, sr. presidente, um telefonema do presidente do Fórum

Parlamentar Catarinense, deputado Edinho Bez de Oliveira, dentro desse pacto de compromisso que temos da Assembleia Legislativa, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e da Bancada Federal Catarinense, quanto ao acompanhamento de todos os procedimentos, juntamente com a Fiesc, do seu técnico, engenheiro Ricardo Saporiti, que vem acompanhando todos os procedimentos da execução do trecho sul da duplicação da BR-101.

Aquela audiência pública que fizemos nesta Casa e também em Brasília, em que contamos com a presença maciça da bancada federal e estadual, dos segmentos organizados, da Fiesc, do Crea, da OAB e da Fetranesc, que lá compareceram, já surtiu algum efeito e algum resultado. Sempre tenho dito que a crítica tem que ser enaltecida quando há um propósito de ser construtiva e, pela primeira vez, o DNIT, através do diretor Luiz Antônio Pagot, vem respeitando aquilo que foi acordado subsidiando com informações este Parlamento, sobre como andam os procedimentos do trecho sul da BR-101.

Recebemos um relatório na semana retrasada que mostrava cada trecho e o cronograma de execução. A Fiesc designou o dr. Ricardo Saporiti para fazer o acompanhamento e verificar *in loco* a veracidade das informações para evitar que novas ocorrências repitam-se, como já aconteceu, e também a desinformação que ficou evidente entre o DNIT estadual e o federal.

Recebi essa ligação do deputado Edson Bez de Oliveira, na tarde de sexta-feira, que havia recém-saído de uma audiência com a ANTT sobre o anel de contorno viário da Grande Florianópolis, em que ficou acordado que no dia 27 de junho próximo a ANTT virá à nossa cidade, na segunda-feira, em local a ser estabelecido, provavelmente neste Parlamento, para fazer uma projeção do novo projeto que compreende desde Governador Celso Ramos até Palhoça. O contorno viário de Florianópolis irá evitar o grande fluxo que acontece diuturnamente, mais acentuadamente nos horários de pico, no entorno da Grande Florianópolis, principalmente na entrada da capital, no trecho da ilha até o continente.

O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA - e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - serão protocolados no dia 15 de julho pelo Ibama. A primeira audiência pública deverá acontecer no início de setembro e a primeira licença prévia deverá ser dada em outubro deste ano ainda. E as desapropriações daquele trecho, se realmente ocorrerem - entendemos que podem ocorrer, mas são poucas propriedades -, deverão acontecer em janeiro de 2012. Há uma estimativa de que a licença de instalação deverá ser concedida, se tudo der certo, em março de 2012; sendo que há uma projeção para a execução final do anel de contorno viário da Grande Florianópolis para o final de 2015.

Esperamos também que a audiência pública com relação aos dois túneis do Morro dos Cavalos, que sofreu alteração na concepção do projeto, pois antes era um túnel e agora foi determinado pelo DNIT e pela empresa que foi contratada para a execução do projeto dois túneis, com a complementação de um nome técnico chamado de túnel falso, para evitar os desmoronamentos na extensão além do projeto normal do túnel.

Esperamos a definição da ponte da lagoa Santo Antônio, que compreende a

comunidade dos Bentos, com a extensão de 2.800m. Ela vai ser a maior ponte estaiada do Brasil, e há um dado técnico curioso: na perfuração para a fundação das colunas chegou-se a profundidade de 72m de lodo. Então, vejam a complexidade desse investimento. Mas vai ser com certeza uma grande obra de arte, e a empresa vencedora terá o montante de R\$ 590 milhões.

Está ainda com uma pendenga jurídica o túnel do Morro do Formigão, porque as duas empresas estão brigando na Justiça. E aí quem perde é a população. Esperamos no mais breve espaço de tempo possível o desfecho também dessa situação.

Reitero e avalizo tudo aquilo que a Fiesc tem desenvolvido, através do relatório feito com muita autenticidade, propriedade e dados técnicos bem fundamentados, quando diz que essa obra deverá perfazer o ano de 2015, talvez o ano de 2016. E isso realmente está acontecendo na prática. O tempo comprova todas as informações que o presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, através da sua equipe técnica, apresentou no relatório e colocou em disponibilidade para toda a imprensa e a sociedade catarinense. É possível constatar a veracidade dessas informações, que estão no *site* da Fiesc e nos anais desta Casa.

Esperamos que realmente não ultrapasse 2015. Isso com certeza evitará muitas mortes e também trará o desenvolvimento de toda a região sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Maurício Eskudlark, nosso conterrâneo de Canoinhas, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, nobre deputado Antônio Aguiar, nosso conterrâneo, deputados que acompanham a sessão, público que nos assiste pela TVAL, quero iniciar saudando o governo do estado pela forma como vem conduzindo a negociação com os professores. Nós sabemos da preocupação do governador Raimundo Colombo, da forma diligente como conduz essas negociações e da sua vontade em valorizar esses profissionais da Educação. É claro que precisamos associar a essa vontade a responsabilidade com o fluxo financeiro e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas quero parabenizar todos, inclusive o Sinte, pelo modo como vem conduzindo a negociação também. E esperamos que a partir da próxima quinta-feira ou sexta-feira já tenhamos os nossos alunos voltando às aulas.

Aproveito para registrar a presença do prefeito Odilson Vicente Lima, sempre muito diligente, e das lideranças de Campo Erê. Tivemos a oportunidade, na última sexta-feira, de estar neste município discutindo sobre projetos e necessidades do município e da região, já que o nosso prefeito é um grande líder regional e hoje se faz presente nesta Assembleia Legislativa. É uma satisfação recebê-lo.

Quero também falar a respeito da duplicação da BR-470. O deputado Jean Kuhlmann também já discutiu o assunto. Inclusive, estivemos na sessão solene que foi realizada no município de Gaspar. E lá foi abordada a questão da duplicação e principalmente do grande projeto e sonho de todos os gasparenses, qual seja, a construção de uma nova ponte.

Entendemos que uma das exigências da obra, quando licitada pelo governo federal, deva ser que a empresa vencedora inclua no projeto de duplicação da BR-470 também a construção da ponte do acesso ao município de Gaspar. Precisa ser um projeto único. É um projeto importante para o município e região pela questão econômica e de segurança, já que hoje temos um grande número de acidentes de trânsito.

Nobres pares, fiz um comentário, nesse final de semana, no *twitter*, a respeito do posicionamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual eu discordo, sobre a liberalização das drogas.

Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, sabe o quanto a saúde sofre com a questão das drogas, o quanto a sociedade sofre? Dizia o ex-presidente FHC dizia: "Eu sou contrário que percamos a luta contra as drogas!" Não é verdade! Se fosse assim, teríamos que liberar a velocidade e a bebida no trânsito também, porque apesar de todos os esforços o número de acidentes ainda tem sido muito grande.

Queremos que a sociedade compreenda mais e participe também do cuidado no trânsito, pois temos perdido um grande número de bons cidadãos, principalmente jovens.

Quero registrar neste momento a presença nesta Casa do delegado Renato Hendges, presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, acompanhado do delegado Antônio Marlus Arruda Malinverni, meu colega de faculdade de 1977 a 1980, hoje braço direito do delegado geral de Polícia.

O dr. Renato Hendges esteve aqui. Ele fez um brilhante trabalho neste final de semana, como os outros têm feito, junto ao DEIC, à diretoria anti-sequestro. Ele tem realizado prisões e dado uma demonstração de como se pratica a lei.

Tivemos no último final de semana um sequestro no município de Caçador. Uma jovem de 14 anos ia para a escola, pela manhã, quando foi sequestrada. Estava com outro jovem que foi agredido pelos sequestradores e amarrado numa árvore. Essa jovem foi sequestrada por um bandido perigoso, um esturpador, já autor de vários crimes, que formou um bando para praticar esse sequestro. Com a bela informação de que a família dessa jovem tinha feito uma grande safra agrícola e que teria uma importância em sua residência, os sequestradores exigiram um valor de R\$ 30 mil reais para liberar a jovem. E as investigações demoraram até serem comunicadas à Polícia Civil.

Quando o delegado Renato Hendges assumiu junto à equipe de Caçador os trabalhos, conduziu-os de forma brilhante, principalmente preocupado em não colocar em risco a vida da vítima. E depois com a prisão ficou comprovado que os sequestradores eram vizinhos, pessoas que conheciam a vítima. Então, fatalmente, para não terem as suas identidades reveladas, poderiam acabar matando a vítima sequestrada.

Felizmente houve um trabalho sério, no sentido da elucidação e da prisão dos criminosos. Mesmo porque todos os sequestros ocorridos em Santa Catarina, desde 1993, foram solucionados e seus autores devidamente identificados e presos.

O mentor do sequestro, Luiz Fernando dos Santos, de 20 anos, que era o único que ainda estava foragido até o dia de

ontem, reagiu à prisão e veio a óbito no enfrentamento que teve com a Polícia lá em Caçador. Todos os demais seis envolvidos foram presos, conduzidos ao presídio de Caçador, onde se encontram à disposição da Justiça.

Então, quero parabenizar a Polícia Civil, toda a equipe que trabalhou para desvendar esse sequestro com muita prudência, com muita competência, sem, em momento algum, colocar em risco a vida da vítima.

Essa é mais uma das razões que justificam o atendimento às reivindicações dos policiais civis, e para tanto já demos entrada nesta Casa a duas indicações. A primeira delas diz respeito ao adicional de permanência, que é um estímulo à continuidade no trabalho daqueles que já têm tempo de aposentadoria. Hoje algumas carreiras - e a Polícia Militar é uma delas - não perdem esse adicional quando se aposentam.

Por isso, deputado Antônio Aguiar, estamos pleiteando que os policiais civis e os técnicos do IGP levem para a aposentadoria esse benefício e sabemos, inclusive, que o governo estadual já está procedendo a estudos visando a corrigir essa distorção.

A segunda indicação se refere aos 25% de equivalência, a título de indenização, porque o policial militar, quando passa para a reserva, ascende a um posto acima da patente que ocupa, o que faz com que não tenha uma perda muito grande nas suas vantagens ao deixar a ativa. Já o policial civil, infelizmente, ao aposentar-se acaba perdendo as horas extras e o adicional noturno, justamente no momento em que mais precisa.

Então, deixamos registradas as nossas congratulações pelo belo trabalho realizado pela Polícia Civil, pela DEIC, trabalho tão importante para a segurança do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaríamos de saudar a comunidade catarinense e dizer que entre tantos problemas que vivemos nos dias de hoje, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil, não podemos esquecer a Saúde.

Sendo assim, aprovamos, na reunião da comissão de Saúde na semana próxima passada, a realização de uma audiência pública na próxima quarta-feira, dia 15 de junho, às 9h, no plenário da Alesc, cuja temática são as cirurgias eletivas represadas.

Estamos preparando essa audiência pública para receber todos os secretários municipais de Saúde do nosso estado, que deverão trazer um levantamento do número de cirurgias eletivas represadas em suas cidades. Por quê? Porque nessa audiência pública iremos saber quantas cirurgias tem-se realizado no estado de Santa Catarina.

O que iremos investir? E como iremos investir? A primeira ideia é fazer a cirurgia pelo SUS, mas não usando só a tabela do SUS. Queremos uma complementação do governo do estado para o pagamento dessas cirurgias. Além disso, também iremos discutir essa complementação, porque hoje não se tem ainda o número definitivo das cirurgias eletivas. Realizando cirurgias eletivas iremos, na verdade, desafogar o centro cirúrgico.

Uma cirurgia de hérnia se torna uma cirurgia de emergência por encarcerar a hérnia, e chamamos de hérnia encarcerada. É uma cirurgia que, se for feita eletivamente, não irá precisar da emergência. Por exemplo, um paciente com um problema de vesícula, se essa infecciona, terá que ser operado com emergência. Isso significa que não só estaremos fazendo as cirurgias eletivas, como também desafogando a emergência dos hospitais.

Essa maneira de pensar vem da ideia discutida com o governador Raimundo Colombo, com o vice-governador Pinho Moreira, com o secretário de estado da Saúde, Dalmo

Claro de Oliveira, que também irá participar dessa audiência pública para que possamos ter conhecimento da parte financeira. Assim, a partir daí, saberemos com quanto o governo irá ajudar nas cirurgias, quanto irá pagar aos profissionais médicos para realizarem essas cirurgias e quanto irá pagar para os hospitais para que eles evoluam nesse tipo de cirurgia que hoje é represada, tão necessária aos pacientes de Santa Catarina.

Esse deve ser um exemplo para o Brasil de como solucionar um problema de cirurgia. Nesse sentido, faremos com que o governo insira-se nessa grande campanha no sentido de realizar as cirurgias eletivas juntamente com o governo federal, que também tem verbas específicas para isso.

Portanto, iremos fazer uma grande audiência pública. No dia 3 de julho, quando o ministro da Saúde vier a esta Casa, iremos relatar a ele as nossas dificuldades e também falaremos sobre o nosso projeto. Por quê? Porque nada mais nada menos estamos fazendo com que o programa Cirurgias Eletivas seja instalado no estado de Santa Catarina, e para isso conclamamos todos os diretores, presidentes de hospitais e as pessoas que têm interesse na melhoria da Saúde que participem da nossa grande audiência pública do dia 15 de junho, quarta-feira, às 9h, na Assembleia Legislativa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO PARA DEBATER A MOROSIDADE DAS OBRAS DA BR-101, TRECHO SUL; A FALTA DE DEFINIÇÃO QUANTO AO PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA BR-470; E A CONSTRUÇÃO DO RODOANEL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2011, ÀS 14H, NO PLENÁRIO OSNI RÉGIS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos 28 dias do mês de março de 2011, às 14h, realizou-se no Plenário Osni Régis, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a audiência pública com o objetivo de debater com todos os presentes a morosidade das obras da BR-101, trecho sul; a falta de definição quanto ao projeto de duplicação da BR-470; e a construção do rodoanel da Grande Florianópolis. A audiência foi promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que é presidida pelo Deputado Estadual Valmir Comin, por requerimento de sua autoria e do Deputado Estadual José Nei Ascari; e com proposição do senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann, para debater a falta de definição quanto ao projeto de duplicação da BR-470, e da Deputada Estadual Angela Albino, para debater a construção do rodoanel da Grande Florianópolis. Presidiu a audiência pública o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, que após abrir os trabalhos desejou boas-vindas e agradeceu a todos pela participação. Em

seguida, convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Alesc; Deputado Estadual Manoel Mota, Vice-Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc; Deputado Estadual Jean Kuhlmann e Deputada Estadual Angela Albino, membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano; Deputada Estadual Ada De Luca; Deputado Estadual José Nei Ascari; Deputado Federal Edinho Bez, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense; e Senador da República Paulo Bauer. Prosseguindo, registrou a presença das seguintes autoridades: Valdir Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura; Alcantaro Corrêa, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga em Santa Catarina (Fetrancesc); engenheiro Laércio Tabalipa, 1º vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (Crea/SC); Deputado Estadual Dóia Guglielmi; engenheiro Gilmar Cardoso, especialista em Regulação, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Vereador Antônio Manoel, Presidente da Câmara Municipal de Criciúma; Saul Brandalise Júnior, presidente da TV Barriga Verde; Ênio Batista, representando a Rádio Bandeirante, de Tubarão; Elizabeth Fernandes, gerente do Procon estadual; Edson Caporal, representando o Deputado Federal Esperidião Amin; Vereador Tobias Manoel Raupp, 1º Secretário da Câmara Municipal de Paulo Lopes; Marcos Paulo dos Santos Fortunato, repre-

sentando o senhor Eduardo Silvério Nunes, presidente da Associação Empresarial de Tubarão (Acit); Custódio de Souza, representando o Deputado Estadual Kennedy Nunes; Rafael Bianchini, representando a Associação Vias do Sul; Erlédio Pering, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; Fernando Rossa, presidente da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana da OAB/SC; José Castelo Deschamps, Prefeito de Biguaçu; Liandra Nazário, representando o Conselho Estadual de Jovens Empreendedores; Mario Sérgio Barbosa, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal; Acélio Casagrande, Secretário Executivo de Articulação Nacional; Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC); Deputado Federal Ronaldo Benedet; Deputado Estadual Joares Ponticelli; Deputado Estadual Altair Guidi; Deputado Estadual Reno Caramori; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Federal Jorginho Mello; e Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt. Ainda saudou os profissionais da imprensa da Alesc e falou da sua satisfação em presidir a audiência pública. Na sequência, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Alesc, que iniciou cumprimentando todos os presentes. Registrou a importância do debate e afirmou que o Estado está na iminência de passar por um fato indesejável que é o estrangulamento econômico por falta de logística para o escoamento da sua produção, avaliando que as soluções só serão encontradas através da mobilização das classes política e empresarial. Na continuidade, afirmou que a obra da BR-101 é a que mais demanda de rapidez na sua execução, registrando que os adiamentos feitos até o momento prejudicam muito, não apenas a região sul, mas todo o Estado de Santa Catarina. Ressaltou a grande importância do início efetivo da obra, através do projeto executivo, que ainda não foi feito para a duplicação da BR-470 e da BR-282. Lembrou que há dez anos foi feita uma grande campanha de mobilização, promovida pela RBS, na época, que motivou e mobilizou o Estado de Santa Catarina, reforçando que deve ser retomada essa atitude, não apenas para a conclusão da BR-101, mas também para a duplicação da BR-470 e da BR-282. Destacou que é preciso dotar o Estado das condições necessárias para que continue crescendo. Afirmou que, em nome da Assembleia Legislativa e de todos os Deputados, os quarenta Parlamentares são parceiros da Comissão, das entidades e da empresa presente na audiência; que tem papel fundamental para o envolvimento da sociedade, que, às vezes, fica adormecida pela falta de mobilização de suas lideranças, analisando que este é o momento do despertar das autoridades. Encerrando, colocou o Parlamento à disposição, desejando a todas as autoridades e aos representantes das entidades uma obra no ritmo esperado por todos e agradeceu a todos pela presença. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Manoel Mota, Vice-Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que cumprimentou as autoridades e todos os presentes na audiência pública. Mencionou que é uma discussão importante, portanto cansativa, pois esta é uma luta que muitos acompanham há tantos anos, contando que responde a quatro processos na Polícia Federal em razão do fechamento da BR-101. Saudou os Deputados, os Vereadores, as associações e as CDLs que acompanharam todo o movimento até ser conquistada a ordem de serviço. Citou os trechos da BR-101 entre Tubarão-Laguna e Araranguá-Sombrio (lotes 26 e 29, respectivamente), mostrando-se preocupado com a falta de punição às constantes protelações das empresas responsáveis pelas obras. Relatou que estiveram muitas vezes em Brasília e que, apesar da palavra empenhada, as coisas não aconteceram, as empresas não cumprem os prazos e não são punidas, e o povo continua pagando por isso. Revelou que espera que dessa audiência pública possa ser buscado novo resultado, lembrando que recentemente estiveram com o Ministro, que assumiu o compromisso e determinou que o DNIT entregasse por escrito para os Parlamentares que estão na expectativa do acontecimento desejado. Agradeceu a todos pela presença e disse ser uma honra poder discutir essa questão nesta audiência pública. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual José Nei Ascari, que saudou todas as autoridades e todos os presentes na audiência pública. Disse que a proposição da audiência pública foi em função de promover um debate profundo acerca de uma obra importante e vital para Santa Catarina, de modo especial para o sul do Estado, que é a duplicação da BR-101. Cumprimentou a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano por ter estendido o debate para discutir também sobre a BR-470 e a construção do rodanel da Grande Florianópolis, enfatizando que será mais uma ocasião

importante nessa luta que todos estão travando com o objetivo de realizar essas obras nesse momento. Registrou que, além dessa audiência pública, a Assembleia Legislativa, por iniciativa do Deputado Estadual Jean Kuhlmann, já instalou o Fórum da BR-470; por iniciativa do Deputado Estadual Altair Guidi, aprovou, e será instalada na próxima semana, uma rodada de debates da Frente Parlamentar para Acompanhamento das Obras na BR-101; e, por iniciativa da Deputada Estadual Angela Albino, aprovou a Frente para discutir a questão da Grande Florianópolis. Frisou que a Assembleia cumpre o seu papel, justificando que não tem em suas mãos a solução, mas não pode se omitir diante da importância dessas obras para o Estado de Santa Catarina. Na continuidade, saudou a ONG Vias do Sul, que foi instituída exclusivamente para acompanhar de perto as obras da duplicação do trecho sul, afirmando que sobre o drama da BR-101 teriam muito para falar, e reproduziu imagens de um vídeo feito pela Câmara Municipal de Criciúma que mostra os problemas que existem na BR-101 entre Araranguá e Laguna, sintetizando o drama vivenciado pelas pessoas que transitam pelo trecho da rodovia ainda não concluído em sua duplicação no sul do Estado. Disse que as cenas são de congestionamento absoluto na rodovia, destacando que o desenvolvimento da região depende de vários fatores, mas que também está atrelado diretamente à duplicação da via. Por fim, ressaltou que o debate é histórico para o desfecho dessa obra vital para o sul. Dando continuidade, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra à senhora Deputada Estadual Angela Albino que cumprimentou todos os presentes e iniciou mencionando o problema do sul do Estado. Registrou que Criciúma, na última década, foi o Município que teve o menor crescimento em Santa Catarina, segundo dados da Fiesc, pelos gargalos de infraestrutura, acrescentando ser tarefa dos parlamentares debruçarem-se para discutir esses empecilhos existentes, como a construção da alça viária em torno da Grande Florianópolis, obra constante no contrato firmado entre a Autopista Litoral Sul e o governo federal (expôs que iria discutir sobre o rodanel da Grande Florianópolis). Registrou a presença do Prefeito de Biguaçu, que tem sido incansável na discussão desse tema e que já acumula outras audiências públicas sobre o assunto. Ainda, lamentou a ausência do DNIT, enfatizando que não há justificativa para esse órgão público estar ausente numa audiência dessa magnitude, registrando a falta de respeito do DNIT com a Assembleia Legislativa, e agradeceu aos representantes da ANTT e da Autopista Litoral Sul pela presença, porque não estiveram presentes em outras oportunidades. Continuando, frisou que não há solução para a mobilidade urbana de Florianópolis que não inclua a construção dessa alça viária que está prevista no contrato com a OHL, salientando que hoje é preciso saber em que ponto está, em que tempo e onde está travando isso e também o custo dessa obra. Lamentou que as pessoas que vêm do interior do Estado, especialmente para tratamento de saúde, tenham que passar por esse trecho congestionado, afirmando que o rodanel vai fazer a desobstrução das vias urbanas. Disse que o setor produtivo do Estado paga preço alto pelo atraso dessa obra, frisando a impactação que hoje tem na economia do Estado, porque este pequeno trecho é um dos corredores da produção catarinense, e pediu o cumprimento do contrato que estabelece isso. Ainda, citou que é inadmissível que a localização da praça de pedágio, que era para ser instalada em 2005 na cidade de Paulo Lopes, com a aprovação do Prefeito e da população, tenha sido instalada em Palhoça, quando na época pediram a não instalação. Encerrando, lamentou que, no final de fevereiro o pedágio aumentou exorbitantemente 16%, o que leva ao completo desalento da política nacional de desobstruir a produção do Brasil. Dando seguimento, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que cumprimentou todas as autoridades, as entidades representadas, a comunidade e todos os presentes que têm por objetivo a construção, o somatório para a concretização da obra. Contou que foi nesse cenário que a Casa criou o Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470. Ateve-se à duplicação da BR-470 comentando que é a rodovia da morte, umas das mais perigosas do Brasil, mas essencial para o desenvolvimento de Santa Catarina, assim como a BR-101 e o entorno de Florianópolis. Comentou que o Estado está construindo uma estrutura portuária invejável aos demais Estados do País, mas em contrapartida não oferece condições para que a produção chegue aos portos com a eficiência e com a efetividade necessárias para geração de emprego e renda. Sinalizou que o debate deve ser nesse sentido propositivo, de busca, para que Santa Catarina tenha estruturas portuárias e rodoviárias capazes de escoar a produção e trazer qualidade de vida à população. Em seguida, lamentou a ausência

do DNIT e enfatizou que não querem criticar o DNIT pela demora, mas querem saber o que podem fazer para ajudar no processo de conclusão dessa obra. Acrescentou que sem a presença desse órgão, sem as informações necessárias para o debate, onde só se ouve um lado, a audiência pública fica prejudicada, e, mais uma vez, lamentou a ausência do DNIT, e, em nome da Casa, dos Parlamentares, de cada cidadão, disse que, no seu entendimento, há falta de respeito por parte daquele órgão. Mesmo assim, estimou que se pode sair da audiência com objetivos, e que a Presidenta Dilma reconheça esse problema como nacional, complementando que o Estado, hoje, é o 7º em termos de arrecadação federal e o 14º em termos de retorno. Finalizando, almejou que Santa Catarina tenha o reconhecimento que merece, já que o DNIT não é reconhecido como algo importante para todo o Brasil. Na continuidade, o senhor Presidente Deputado Estadual Valmir Comin leu o ofício do DNIT, encaminhado à Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, anunciando a impossibilidade de comparecimento na reunião. Após, lamentou que o órgão responsável pelo desdobramento da duplicação perdeu a oportunidade de discorrer sobre o assunto em pauta e de elucidar uma questão que a população catarinense almeja há tempo. Na sequência, concedeu a palavra ao Senador da República Paulo Bauer, que saudou todos e, após ouvir a leitura do ofício encaminhado pelo DNIT à Casa, manifestou a estranheza pelo fato de o ofício não fazer menção à BR-280, que foi objeto de um edital de licitação publicado três dias úteis antes do segundo turno da eleição presidencial, no ano passado. Disse que, por si só, esse edital é um deboche à democracia e à inteligência do País, exclamando que o mais estranho é que, após cinco meses do lançamento daquele edital, ele foi suspenso, curiosamente, para adaptações técnicas, e denunciando que até hoje esse edital não foi republicado, pois certamente foi porque a eleição já passou e, talvez, na eleição municipal seja motivo de grandes notícias. Discorreu que a BR-280 é de curta extensão, mas de grande importância porque escoar para o porto de São Francisco do Sul a produção da região mais industrializada do Estado. Considerou que, no momento em que o DNIT não se manifesta a respeito daquela obra, não podem estranhar pelo que revela em relação às outras duas. Prosseguindo, enfatizou que a BR-101 é uma rodovia de interesse internacional, porque une países do Mercosul, une os Estados brasileiros, e é de grande importância estratégica para o escoamento da produção. Comentou que na última sexta-feira participou de um programa de rádio, em Blumenau, onde discutiram o pedágio cobrado no trecho sul da BR-101, e que pode se manifestar dizendo que a rodovia não está integralmente duplicada, que foi objeto de licitação pública e é legal. Por isso, avaliou que deveriam cobrar o pedágio pela metade, como forma de diminuir as reclamações. Em seguida, anunciou que estará em Brasília atuando em favor dessa obra, ao lado do Senador Luiz Henrique. Julgou que, sendo Santa Catarina o 7º Estado em termos de arrecadação federal e o 14º em termos de retorno, é constrangedor ver os números de mortes no trânsito, o tráfego lento nas rodovias e os aeroportos com puxadinhos. Encerrando, agradeceu a todos pela oportunidade de se manifestar e pediu que todos considerem a sua presença como um total comprometimento com as ações a serem desenvolvidas para a agilidade na conclusão das obras. Dando seguimento, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, registrou a presença do senhor Ivo Zanette Júnior; do senhor Luiz Ademar Paes, superintendente da Polícia Federal; e do Deputado Estadual Jorge Teixeira. Logo após, passou a palavra à Deputada Estadual Ada De Luca, que desejou bom-dia a todos e agradeceu pela oportunidade da realização de mais uma audiência para discutir esse tema, quando no mandato anterior muitas foram feitas e poucos foram os resultados, parabenizando as Comissões por mais essa iniciativa de discussão da morosidade na conclusão da BR-101, da SC-470 e do entorno Florianópolis, Palhoça e Biguaçu. Disse que o vídeo que assistiram é o que as pessoas da região sul vivenciam quando se deslocam da Capital para aquela região todas as quintas-feiras ou sextas-feiras para passar o final de semana. Em seguida, fez coro com os demais perguntando onde estava o DNIT e afirmou que considera que o ofício que mandaram para o Presidente é brincadeira. Ainda, questionou a Autopista Litoral Sul, que detém o contrato de concessão e a exploração da BR-116, BR-101 e BR-376, sobre a conclusão dessas rodovias. Também denunciou o aumento do pedágio que passou de R\$ 1,20 para R\$ 1,40, sem sequer ter autorização da obra. Por fim, protestou contra o fato de a BR-101 estar largada às traças e comentou que em Garopaba um pai e uma filha perderam a vida por não ter a mureta que divide as duas faixas, além de o local não ter sinalização. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a

palavra ao Deputado Estadual Moacir Sopelsa, 1º Vice-Presidente da Alesc, que cumprimentou os presentes e informou que esteve em um evento em Concórdia, na última quinta-feira, ocasião em que disse que nos últimos quinze anos a tecnologia deixou os caminhões aptos para transportar, mas não tiveram esse mesmo alcance nas rodovias. Evidenciou que as rodovias ainda são aquelas construídas há cinquenta anos e destacou que, como políticos, precisam trabalhar para fazer com que as coisas aconteçam. Reportando-se à colocação feita pelos oradores anteriores, de que o Estado é o 7º em termos de arrecadação federal, disse que Santa Catarina é o 5º em produção de alimentos. Em seguida, criticou que os pedágios andam rapidamente, mas a conclusão da rodovia não anda da mesma forma que a ganância da cobrança, dizendo que, se se quer continuar sendo um Estado produtor, um Estado que tem desenvolvimento, tem que melhorar a infraestrutura dos transportes, a logística das rodovias. Encerrando, cumprimentou a Comissão de Transportes da Casa e enfatizou que todos devem avançar juntos em direção a um encaminhamento que termine o que está começado. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, justificou a ausência do Deputado Estadual Dirceu Dresch, do Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera e da Vereadora Marize Menezes Wheeler, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, e registrou a presença do Vereador Douglas Mattos, de Criciúma. Logo após, passou a palavra ao Deputado Federal Jorginho Mello, que desejou bom-dia a todos e saudou os presentes, especialmente o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetranesc e conhecedor dessa matéria [*Taquígrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo*], comentando que tem acompanhado o senhor Pedro nas suas inserções e que ele tem um trabalho não só de luta, mas de esclarecimento, pois tem conhecimento do que fala; também saudou o seu companheiro e líder, Senador Paulo Bauer; e, por fim, cumprimentou todas as autoridades e todos os presentes. Em seguida, lamentou a ausência do senhor João José dos Santos, que tem sido um grande companheiro, pois tem feito um esforço enorme para ajudar os Deputados, comentando que m sempre que precisa recorre ao senhor João. Disse que gostaria de falar da 101, da 470, da 282, que levou cinquenta anos para terminar, da 280, que o Senador Paulo Bauer tinha acabado de citar, e do rodoanel, mencionado pela Deputada Estadual Angela Albino. Continuando, afirmou que todos estão assustados com relação à mobilidade, porque se faz entrar carros na Ilha de Santa Catarina que não precisam disso. Reportando-se ao Deputado Edinho, afirmou que gostaria de somar com todo o Fórum de Santa Catarina para, de forma inteligente e organizada, lutar pelo que o Estado precisa. Avaliou que era necessário fazer uma política de resultado e não uma política para criticar a, b ou c, e que era preciso sair do gargalo da 101, porque o trânsito é um desespero para todos. Em seguida, saudou o Prefeito de Biguaçu, senhor José Castelo Deschamps, que era o único prefeito presente. Destacou que a 101 era a única BR em que o pedágio era cobrado sem a rodovia estar pronta e disse que gostaria de ser mais uma voz em favor de Santa Catarina para lutar por todas essas obras necessárias. Colocou-se à disposição de todos e, em seguida, parabenizou o Deputado Valmir Comin e o Deputado Federal Edinho Bez, que está fazendo um grande trabalho de organização pela credibilidade que ele tem e pelo trabalho que já prestou e tem prestado em favor do sul de Santa Catarina e do Estado. Finalizando, agradeceu a todos pela presença. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, parabenizou a atuação e a manifestação da Câmara de Vereadores de Criciúma na pessoa do seu Presidente, Vereador Antônio Manoel; do Vereador Vanderlei José Zilli; da Vereadora Thatianne Ferro Teixeira; do Vereador Gelvânio Búrgio; do Vereador Ivan Roberto Westphal; do Vereador Douglas Mattos. Em seguida, registrou a presença do Vice-Prefeito de Criciúma, senhor Márcio Búrgio, neste ato representando o Prefeito Clésio Salvaro. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Deputado Estadual Ronaldo Benedet, que saudou todos e disse que o tema da BR-101 era uma preocupação dos Deputados do sul do Estado, principalmente porque também diz respeito às suas vidas. Contou que, no sábado, seu cunhado e sua irmã quase sofreram um acidente na BR-101 porque trinta veículos entraram errado num desvio, entre Laguna e Tubarão, à noite, com chuva, devido à má sinalização da rodovia. Avaliou que uma das primeiras questões a serem levantadas é que a 101 é uma rodovia que cobra pedágio num trecho que não está pronto e que não tem condições de trafegabilidade, e que a primeira ação concreta seria não permitir a cobrança do pedágio onde não há estrada. Esclareceu que não é contra o pedágio e entende que deve ser cobrado para

manter a boa qualidade da estrada, mas lembrou que na 401, em Santa Catarina, foi feito o mesmo erro de se cobrar pedágio. Disse que todos estavam ali reunidos, desesperados e criticando, mas avaliou que eram necessárias ações objetivas. Em seguida, informou que, de acordo com o Ato da Mesa nº 69, esta semana será lançada a criação da Frente Parlamentar de Conclusão da BR-101, trecho sul, e pediu o apoio de todos os Deputados de Santa Catarina, com o objetivo de concluir a BR e alterar as leis brasileiras que obstruem as obras públicas do País. Listou vários problemas que podem atrasar uma obra: falta de dinheiro, problemas na licitação, problemas com os tribunais, problemas ambientais, problemas com os índios; comentou que, numa audiência que teve com o Ministro, parece que a culpa não era de ninguém, mas a obra acabou atrasando; e afirmou que, daqui para frente, era necessário ter atitude. Disse que a Assembleia Legislativa era legítima e contou que, com a liderança do Deputado Manoel Mota no processo, os Deputados Estaduais conseguiram a realização da licitação e a obra foi iniciada, mas que os Parlamentares, tanto federais quanto estaduais, acabaram se esquecendo e não fizeram pressão para a continuidade da obra. Com relação ao Rio Grande do Sul terminar primeiro a obra na BR-101, afirmou que foi porque não se aceitou a imposição do Tribunal de Contas da União e havia recursos para fazer a obra, e que em Santa Catarina o valor da obra foi diminuído, ficando o recurso menor do que o custo para a sua realização. Ainda, afirmou que o objetivo da audiência pública é buscar uma solução para dar continuidade à obra. Finalizando, informou que no dia 12 de abril, em Brasília, estarão reunidos com o DNIT para tomarem conhecimento do cronograma e saberem qual a data de conclusão da obra. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, registrou a presença do Deputado Estadual José Milton Scheffer, comentando que é um companheiro sulista que sofre, juntamente com todos os presentes, o drama da 101, e, em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Federal Edinho Bez, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, que cumprimentou todas autoridades presentes, em especial o Deputado Estadual Manoel Mota, que tem uma história com o Fórum sobre essa discussão; os membros do Fórum Parlamentar Catarinense, o Senador Paulo Bauer, o Deputado Federal Jorginho Mello, o Deputado Federal Ronaldo Benedet, lembrando que encaminhou o convite a todos os Parlamentares para a audiência, mas salientando que os quatro integrantes levarão para o Fórum aquilo que for decidido na reunião; o presidente da Fetranesc, senhor Pedro José de Oliveira Lopes, comentando que, quando foi Secretário de Estado, foram feitas inúmeras reuniões na Secretaria com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, o DNIT e o Deinfra objetivando discutir a duplicação e facilitar a vida dos usuários da BR-101; a imprensa; e o senhor Ênio Batista, da rádio de Tubarão. Ainda, cumprimentou todos os presentes e parabenizou a Fiesc pelo trabalho realizado e o senhor Alcantaro Corrêa, presidente da entidade, por mantê-los informados através de correspondência. Continuando, manifestou que a audiência pública tinha por objetivo dar continuidade ao que os segmentos de Santa Catarina vêm fazendo. Contou que, quando foi Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, da Alesc, foi criada uma comissão parlamentar externa para iniciar as discussões sobre a duplicação da BR-101. Disse que os políticos têm sensibilidade e que é importante eles ouvirem as pessoas por serem os verdadeiros representantes de todos os segmentos da sociedade catarinense. Citou Rui Barbosa, que dizia: "Como pode alguém falar de algo que não conhece?", e acrescentou que os membros do Fórum aprenderam muito com os presentes e que os contatos que têm tido nas reuniões fazem com que eles estejam mais preparados para defender Santa Catarina no Congresso Nacional. Afirmou que qualquer presentealaria durante uma hora sobre o assunto em pauta, e recordou que há dezesseis anos fala-se sobre o tema. Comentou que viajou muito (a maior parte em missão oficial), conheceu mais de quarenta países e em todas as ocasiões voltou com uma visão diferente. Contou que a China, em dezembro, resolveu transformar o porto de Xangai, em médio prazo, no maior e no melhor porto do mundo, e que havia uma ilha que ficava a 34 quilômetros da costa, propícia para instalar o porto, só que para ter acesso à ilha teria que ser construída uma ponte. Resumiu, contando que os chineses tomaram a decisão, elaboraram o projeto e construíram em apenas dois anos a ponte, com uma profundidade média de 20 metros e 34 quilômetros, com várias pistas - uma verdadeira obra de arte. Observou que a China tem outra cultura, outro regime, mas acrescentou que as boas coisas têm que ser copiadas. Constatou que não era mais possível viver com tamanha burocracia neste País e recordou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse, num jantar em que ele

participou, que fez muita coisa pelo País e que estava deixando o governo decepcionado com a burocracia; o ex-presidente Lula também disse que deixava o governo decepcionado com a burocracia. Manifestou que os representantes dos Parlamentos estadual e federal precisavam fazer algo diferente em relação à burocracia e que o Fórum Parlamentar Catarinense vai trabalhar afinado com a bancada estadual, que está diretamente em contato com os principais problemas do Estado de Santa Catarina, visto que durante a semana os membros do Fórum estavam em Brasília. Prosseguindo, informou que na última audiência que tiveram com o Ministro dos Transportes, com o superintendente João José dos Santos, do DNIT catarinense, e com o diretor-geral Luiz Antônio Pagot, do DNIT nacional, foi marcada uma reunião para o dia 12 de abril, às 14h30min, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença das empresas que estão atrasando as obras, quando os presentes receberão o cronograma do DNIT, no qual constará a finalização e o acabamento das obras na BR-101, com datas definidas de término por trechos. Dito isso, ressaltou a importância da presença de todos para, juntos, cobrarem a finalização das obras. Sugeriu que o acordado com o DNIT e o Ministério dos Transportes, no dia 12 de abril, seja interpretado como uma decisão de governo, e não como uma decisão do Ministério dos Transportes nem do DNIT, porque caso o acordo não seja cumprido se irá diretamente a Presidente Dilma Rousseff. Finalizando, colocou-se à disposição de todos. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, reforçou a fala do Deputado Federal Edinho Bez desejando que no dia 12 se tenha uma posição de governo e não simplesmente do DNIT, sob pena de ter que se fazer muitas audiências em Brasília. Na sequência, ressaltou a importância da Fiesc, que representa a economia e a indústria de Santa Catarina, e de sua equipe técnica, em especial do engenheiro civil Ricardo Saporiti, que tem feito um trabalho muito detalhado, o qual recebeu, datando todos os acontecimentos, as sugestões, as críticas construtivas, e que desde a primeira audiência realizada pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano já apresentava um relatório chamando a atenção do governo federal e do DNIT de que as obras não seriam concluídas de acordo com o cronograma estabelecido pelo órgão competente, o que está sendo comprovado na prática. Ato contínuo, concedeu a palavra ao senhor Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc, que inicialmente disse que aquele era um momento histórico porque contavam com a presença de representantes do Senado, de Deputados Federais e de um número representativo de Deputados Estaduais. Manifestou que desta audiência tem que sair um documento que contenha uma estratégia, a mesma que o DNIT está fazendo de não comparecer a nenhuma audiência. Dito isso, indagou o porquê de o DNIT não comparecer às reuniões e, em seguida, respondeu que não compareceu porque tem medo, é mentiroso, não tem competência, está por fora do assunto, já que não vai ao local da obra, não tendo, portanto, condições de comparecer para debater com todos ou informar o andamento da obra. Em seguida, propôs que este documento, assinado por todos os Parlamentares do Estado e do Congresso Nacional, leve ao Ministro a condição de que, se o cronograma não for cumprido já na primeira data estabelecida, seja exigida a remoção dos gestores do DNIT de Santa Catarina, já que no seu parecer essa é a causa do problema, porque não são as empresas que executam as obras que têm o compromisso de relatar ou informar o andamento dessas obras, pois para isso há gestores com a função de cobrar, só que não cobram por incompetência. Mostrou-se envergonhado de dizer que é engenheiro quando se equipara às pessoas que também são engenheiras na gestão, dizendo que numa empresa privada há o presidente, os diretores, os gerentes e assim por diante, e que o presidente da empresa remove o funcionário se alguma coisa não funciona, mas acrescentou que vem contando isso há mais de três anos e até hoje nada aconteceu, não houve nenhuma mudança na estrutura de gestão do Departamento. Prosseguindo, disse que a Assembleia Legislativa será a protagonista do sucesso ou do insucesso das obras, pois já há o apoio da sociedade; esclareceu que a Fiesc levantou os dados e que foram passadas todas as informações; e avaliou que daqui para frente tem que haver uma posição política tanto dos Parlamentares como do Governador, que tem que se fazer presente para exigir o andamento da obra, pois não se pode mais aceitar que esta atrase porque choveu, faltou ferro, acabou cimento etc. A seguir, narrou uma viagem que fez até Araranguá em que observou a obra ao longo da rodovia e disse que sentiu náuseas pelo que viu, com trechos abandonados, trechos sem ninguém, sem sinalização, lembrando que o Morro dos Cavalos estava em meia pista porque tinha tambores tomando conta da rodovia, e como ninguém se preocupou com a retirada

desses objetos o tráfego acabou ficando moroso. Reportou-se à fala do Deputado Estadual Joares Ponticelli, quando este comentou que estava chegando ao local onde tinha acabado de morrer duas pessoas, e outras duas estavam mal no hospital. Então, indagou se já não está na hora de promover ações criminais que cheguem ao Presidente da República, ao Ministro, e assim em ordem decrescente, já que, no seu ponto de vista, essas pessoas são responsáveis pelas mortes que estão ocorrendo nas rodovias; e o porquê de haver impunidade com as autoridades, porque elas também têm que ser comprometidas judicialmente para sentirem como é difícil perder um ente querido por deficiência, por burrice, por ignorância dos gestores que não sabem olhar e ver onde está faltando uma sinalização, ou uma melhora da rodovia, ou a retirada de tambores. afirmou que não se pode concordar com a situação da rodovia e colocou-se à disposição de todos. Ainda, informou que no dia 12 de abril não estará no Brasil, portanto, não irá à reunião em Brasília. Prosseguindo, reafirmou sua proposta sobre a retirada dos gestores, caso o cronograma não seja cumprido, pois eles já provaram, por diversas vezes, que são mentirosos, não honram os prazos que dão, porque acham que todos são burros e ignorantes como eles; e também ratificou que ele não se enquadra nesse nível que esses gestores estão. Reportando-se ao que disse o Presidente da Alesc, Deputado Estadual Gelson Merisio, sobre que faltavam alguns projetos na 470, informou que são três etapas e que em uma etapa há projeto que dá para iniciar amanhã, só faltando fazer a licitação, sendo justamente no pior trecho, entre Indaial e Blumenau, e indagou por que não se iniciam as obras, já que enquanto isso se termina a etapa dois, que vai de Blumenau a Navegantes. Disse que ouviu muita na audiência, tomou conhecimento de muitas coisas (foram muitas informações tiradas do trabalho que fizeram), e afirmou que vai continuar o trabalho sobre a duplicação e atuar sobre a 470. Contou que lhe mostraram um trecho da BR-385, que faltam 22 quilômetros para fazer a ligação de todo o Estado do Rio Grande do Sul com Araranguá e Imbituba, lembrando que esse trecho não pode ficar abandonado, que é preciso agir, lutar por esse pedaço tão pequeno. Recordou que o Senador falou da 280, cujo projeto está pronto há muito tempo, é um trecho pequeno e não se faz nada. Dito isso, disse que estava na hora de todos acordarem, e mostrou-se contente porque agora uma voz política e forte estava levantando essa situação e fazendo acontecer. Finalizando, colocou-se à disposição de todos [*Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.*] para ajudar no que for necessário e para subsidiar qualquer Parlamentar que assim desejar; agradeceu aos presentes pela oportunidade de poder se manifestar; e passou o tempo restante para o senhor Ricardo Saporiti fazer a sua exposição. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao senhor Ricardo Saporiti, que, utilizando recursos do PowerPoint, apresentou relatório que demonstra segmentos que poderiam comprometer as expectativas feitas pelo DNIT a respeito das obras da BR-101. Segundo Saporiti, as obras são divididas em duas modalidades: as já contratadas, cuja conclusão da duplicação estaria prevista pra o final de 2011; e as não contratadas, que ainda estão em fase de licitação, como é o caso da ponte de Laguna e do túnel do Morro do Formigão, com a conclusão destes trabalhos previstos para o segundo semestre de 2013. Comentou sobre o complexo do Morro dos Cavalos, cuja licitação, segundo notícias, está prevista para o segundo semestre de 2014 - isso na previsão do DNIT; e sobre o quarto gargalo, que são as obras não contratadas, caso da ponte do Rio Tubarão, cuja nova já está pronta, havendo a necessidade de restauração e de alargamento da ponte antiga, sendo que não há previsão de início das obras. Mostrou pontos que - dentro da visão técnica da Fiesc, que já realizou três avaliações das situações das obras nos últimos anos - evidenciam o atraso em determinados trechos da obra, tornando duvidosa a afirmação do DNIT de que estas obras estarão concluídas até o final de 2011, citando a ponte sobre o Rio Aririú, em que a ponte nova está concluída, mas ainda não houve o início da restauração e do alargamento da ponte antiga, que existe faz mais de trinta anos e nunca foi restaurada. Também lembrou que este serviço de restauração é caro e demorado, e que estas obras devem ser iniciadas imediatamente. Comentou sobre o túnel do Morro Agudo, que está pronto, mas que todos os serviços que complementam a obra, como ventilação e logística do túnel, ainda não foram implementados. Utilizando imagens detalhadas das obras existentes ao longo da BR-101, deu exemplos que demonstram a morosidade e o evidente atraso das obras. A respeito do lote 25, disse que estava ocorrendo uma verdadeira calamidade pública, principalmente do trecho Praia do Sol até o Rio Capivari, situação que envergonha qualquer cidadão catarinense; e ainda a respeito do lote 29, entre Araranguá e Sombrio, que

também se encontra na mesma situação. Confessou que, na opinião da Fiesc, por mais que haja vontade do DNIT e do governo federal, as obras já contratadas não estarão prontas antes do final de 2012, afirmando que isso fica comprovado através dos dados técnicos retirados das três avaliações já realizadas pela Fiesc sobre os andamentos das obras da BR-101. A respeito das obras ainda não contratadas, citou casos como a ponte sobre o Canal Laranjeiras, o túnel do Morro do Formigão, a ponte sobre o Rio Tubarão e o complexo do Morro dos Cavalos, que nem licitados estão, apontando problemas de gerenciamento de obra e justificando a previsão da Fiesc para a conclusão das obras, que seria no final de 2015, isso com otimismo, pois qualquer problema que surgir poderá aumentar esse prazo. afirmou saber que a própria Presidenta Dilma vem pedindo ao DNIT de Santa Catarina que essas obras sejam realizadas. Prosseguindo, percorreu sobre o trecho norte da BR-101, que vai da Palhoça até Curitiba, incluindo os contornos de Florianópolis e de Curitiba, lembrando que as obras do contorno de Curitiba já estão prontas. Comentou que há cinco praças de pedágio no trecho consorciado, sendo que quatro estão em Santa Catarina e apenas uma no Paraná. Atendendo ao trecho do contorno de Florianópolis, comentou sobre o fato de que a obra já havia sido licitada, que deveria estar pronta até fevereiro de 2012, que foi proposto pela ANTT um novo projeto do contorno de Florianópolis (o que trará atrasos ainda maiores na conclusão dessa obra) e que o pedágio já está sendo cobrado muito antes de a obra estar concluída. afirmou que, mesmo com esse atraso na execução das obras, as taxas de pedágio continuam inalteradas, dizendo que o equilíbrio econômico-financeiro está sendo benéfico somente à empresa concessionária, mas que o Estado de Santa Catarina está tendo prejuízos, assim como os usuários, pois ao passar no pedágio a população está pagando antecipadamente pelo uso da obra. Também colocou que a via de contorno de Florianópolis, que está inserida no contexto do projeto do trecho pedagiado, poderia estar sendo utilizada para o desenvolvimento regional dos municípios, mas que não há nem expectativa para o início das obras. Continuando, no âmbito da BR-470, registrou que o trecho que vai de Navegantes até Rio do Sul é de extrema importância para Santa Catarina, pois passam aproximadamente quatro mil contêineres por dia em direção aos portos do Estado e há uma grande incidência de acidentes de trânsito, principalmente entre Blumenau e Indaial. Comentou o projeto que o DNIT está planejando entre Navegantes e Indaial, que já está com um ano de atraso, e que - segundo informações fidedignas - ficará em condições de licitação somente em 2012. afirmou que a Fiesc dividiu em três partes o trecho que vai de Navegantes até Rio do Sul, sendo que o trecho de Blumenau até Indaial já possui um projeto primoroso que contempla todas as obras necessárias; a segunda etapa é entre Blumenau e Navegantes (trecho de 22,6 quilômetros), para a qual o projeto está sendo produzido; e para o trecho entre Indaial e Rio do Sul ainda não há nenhum projeto. Disse que a Fiesc está sugerindo às autoridades estaduais e municipais que seja feito um esforço junto ao governo federal no sentido de que seja licitada legalmente a execução da primeira etapa, entre Blumenau e Indaial, e nesse meio tempo o DNIT terminaria o projeto entre Navegantes e Blumenau e licitaria os projetos finais de engenharia entre Indaial e Rio do Sul, tornando viável o desejo de se executar essa obra num curto prazo. A seguir, mostrou detalhes do trecho projetado pelo antigo DER, como a largura de pistas, o trecho contemplado com vias laterais ao longo de toda a sua extensão, os locais previstos para as dezoito pontes (se não estiver enganado) [*Taquígrafa-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*], as passarelas e os tanques de contenção para o caso de desastre com transportadoras de produtos que possam afetar os mananciais, e outros detalhes da obra. Também mostrou a segunda etapa, que é a duplicação do subtrecho entre Blumenau e Navegantes, trecho antigo, feito pelo Departamento de Estradas de Rodagens por delegação do antigo DNER, anunciando que a Federação está sugerindo que seja estudada a possibilidade de ser adotado também no trecho entre Blumenau e Indaial. Ainda mostrou detalhes da seção transversal estimada, que percorre, em boa parte, trechos de solos moles. Logo após, percorreu sobre as considerações gerais, comentando que fizeram uma rigorosa estimativa de custos, considerando preços praticados na região pelo Deinfra, pelo DNIT, preços que vigoraram na época da implantação do trecho concessionado ao DER: duplicação do trecho entre Blumenau e Indaial, R\$ 539 milhões; entre Blumenau e Navegantes, R\$ 191 milhões; totalizando R\$ 730 milhões. Por fim, agradeceu a todos pela atenção dispensada. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao engenheiro Gilmar Cardoso, especialista em Regulação,

representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que cumprimentou os presentes e anunciou que explanaria sobre o projeto do contorno de Florianópolis e daria algumas outras informações, colaborando com as manifestações anteriores. Iniciou colocando que o edital e o contrato de concessão preveem para o contorno de Florianópolis uma extensão de 47,33 quilômetros, porém avisou que o edital prevê o início do contorno no km 196,1, no entroncamento com a SC-408, no acesso a Antônio Carlos. Quanto a isso, disse que a concessionária da rodovia desenvolveu um projeto funcional, o qual apresentou à ANTT, com acesso ao km 196,1, que resultou em 33,9 quilômetros. Lembrou que um dos itens do contrato dispõe que, se houver acréscimo ou redução nas obras dos contornos viários, será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, não havendo nenhuma anormalidade em relação a isso. Acrescentou que, feito o equilíbrio econômico, poderá resultar em redução de tarifa ou em adição de novas obras. Informou que, atualmente, o projeto se encontra na fase de licenciamento ambiental, estando pendente uma vistoria por parte do Ibama, agendada para abril. Avisou que a concessionária vem desenvolvendo, em paralelo, o projeto executivo, mesmo correndo o risco de esse projeto mudar por conta de exigência ambiental, o que torna possível ainda este ano o início das obras. Falou que estão no quarto ano de concessão e, de fevereiro de 2011 até fevereiro de 2012, há previsão orçamentária da concessão para a construção do contorno da rodovia de R\$ 59,5 milhões, sem considerar as obras de arte. Quanto ao projeto executivo, comentado pelo engenheiro Saporì, assinalou que foi feita a concessão sem esse projeto executivo vinculado ao contrato, tanto do contorno de Florianópolis, como das vias marginais previstas, e que o custo por quilômetro foi colocado pela concessionária, sendo o risco da concessionária, o que faz com que ela tenha que desenvolver esse projeto. Disse que se sabe que existia uma diretriz de traçado, ou um projeto funcional desenvolvido, mas informou que não tem conhecimento de um projeto executivo, e pediu que, se existe tal projeto, seja protocolado para que possa ser considerado no âmbito da concessão. Finalizando, informou que tiveram a adição de 89,1 quilômetros de rodovias marginais, que não estavam explicitamente previstas no contrato de concessão, razão pela qual houve impacto financeiro no aumento da tarifa em fevereiro do corrente mês. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, concedeu a palavra ao Procurador Mário Sérgio Barbosa, de Joinville, representando o Ministério Público Federal (MPF), que desejou bom-dia a todos e disse que a política de transporte de cargas e de pessoas é equivocada porque é baseada nas rodovias, clamando aos Parlamentares que lutem pelo aumento do transporte ferroviário. Restringindo-se ao tema da audiência, disse que tratará do contrato de concessão Curitiba-Florianópolis, administrada pela ANTT e executada pela Autopista Litoral, afirmando que esse contrato de concessão é uma vergonha para os catarinenses. Expôs que fica constringido pelo modo como a ANTT vem tratando dessa concessão, dizendo que ficou com dúvidas, na manifestação do representante da ANTT, se ele era advogado da concessionária ou se era o representante da ANTT. Complementou que desde 2009 o MPF de Joinville vem propondo ações civis públicas para discutir a execução desse contrato de concessão e agradeceu à AleSC, à Fiesc, ao Procon, por, finalmente, em 2011, comprarem essa briga. Em seguida, fez um relato das ações civis públicas propostas: a primeira discutia um aspecto do contrato de concessão que dizia que para cobrança do pedágio era necessário que algumas obras iniciais deveriam estar concluídas, e o MPF provou, por perícia, que sequer essas obras iniciais foram concluídas. Então, foi ajuizada ação civil pública e ganharam a liminar no Tribunal Regional Federal (TRF) para que as obras fossem executadas em trinta dias, porém essa decisão ainda não foi executada e o pedágio continua sendo cobrado; e o segundo ponto foi que o contrato de concessão dizia que somente o pedágio poderia ser cobrado no momento em que todas as praças de pedágio estivessem concluídas. Outros dois aspectos foram quanto à prorrogação de prazos, pois o contrato de concessão previa um cronograma de obras a serem executadas e todas as empresas que concorreram para participar do processo de licitação sabiam desse cronograma. Descreveu que o que aconteceu no contrato de concessão no trecho Curitiba-Florianópolis foi que a empresa descumpriu o prazo do cronograma de obras previsto no contrato, e a ANTT, em vez de executar o que a lei diz - aplicar a penalidade à empresa concessionária e exigir que a concessão seja concluída -, simplesmente prorrogou essas obras. Assinalou que o contorno rodoviário de Florianópolis deveria estar concluído no quarto ano do contrato de concessão, em fevereiro de 2012, mas foi prorrogada para ser concluída até o

sétimo ano do contrato de concessão. Referindo-se à fala do representante da ANTT de que existe equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que a tarifa é aumentada, se a concessionária fizer obras a mais do que o contrato prevê, ou que a tarifa é diminuída, se a empresa fizer obras a menos, criticou que durante os três primeiros anos de execução essas obras foram adiadas e houve uma redução de 0,002 na tarifa, que não repercutiu no valor final da tarifa para os consumidores. Acrescentou que este ano a concessionária assumiu a administração de 81 quilômetros de marginais, o que resultam num aumento de 16% na tarifa para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A seguir, pediu aos Deputados que questionem porque a ANTT tem conduzido a administração desse contrato de concessão dessa maneira e adiantou que todas as questões envolvendo esse tema darão margem a uma nova ação civil pública que será proposta pelo MPF na data de hoje. Conclamou a todos que acompanhem como essas ações tramitam, e também ao Procon que acompanhe as obras que foram prorrogadas mas não executadas, o que autoriza o Procon a atuar a concessionária, coisa que a ANTT deveria ter feito há muito tempo e não fez, colocando à disposição de todos o laudo técnico e o cronograma de obras. Reportando-se às manifestações anteriores de que deveriam ter alterações legislativas para flexibilizar as exigências legais na execução de obras públicas, pediu que fizessem o oposto, ou seja, que as leis fossem alteradas para melhorar os mecanismos de punição àqueles que gerem mal o recurso público, que executam as obras públicas no improviso, sem administração correta. Constatou que é isso que se vê no trecho sul da BR-101, ao qual não tem atribuição de cuidar, e, por isso, sugeriu que busquem os procuradores de Florianópolis, Tubarão e Criciúma para atuarem nessa área, da mesma forma como no trecho norte da rodovia. Ainda, adiantou que o desmoronamento ocorrido na BR-376, no trecho entre Santa Catarina e Curitiba, dará ensejo a um novo aumento de tarifa. Finalizando, agradeceu aos presentes pela oportunidade e colocou o MPF à disposição de todos. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Manoel Mota, agradeceu ao Procurador Mário Sérgio por trazer dados importantes e disse que não se pode aceitar a cobrança do pedágio em Palhoça sem que a rodovia esteja pronta. Acrescentou que os que são do sul do Estado, que passam pelas intempéries do trânsito, não têm mais paciência com a situação do trânsito e destacou que não há palavras que justifiquem essa morosidade. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Joares Ponticelli, que, referindo-se aos catarinenses, externou sua felicidade com o pronunciamento do Procurador da República, e pediu ao Presidente do Fórum, o Deputado Federal Edinho Bez, juntamente com o também Deputado Federal Jorginho Mello, que levem ao Congresso Nacional uma discussão para começar a rever a função das agências nacionais (Anvisa, Aneel, Anatel, ANTT), que, no seu ponto de vista, foram criadas para prejudicar o contribuinte. Entendeu que o representante da ANTT fez a defesa do contrato, a defesa do lucro, a defesa da privatização, incitando que não estão se importando com os contribuintes. Relatou que passava pelo local do acidente, em Garopaba, que tirou a vida de um pai e de uma filha, deixando a mãe e outra filha hospitalizadas, e que o sobrinho da vítima, aos prantos, o reconheceu e questionou: "Deputado, o que vocês estão fazendo?". Criticou que tem que ouvir a ANTT defender o contrato e que tem que pagar toda vez que passa pelo pedágio para entrar naquela roda viva, lembrando que o mesmo deboche da ANTT foi feito com a Casa quando o Deputado César Souza apresentou uma lei, que foi aprovada por unanimidade, proibindo a cobrança de pedágio na Palhoça, e a ANTT defendeu a concessionária contra o usuário. Finalizando, advertiu que não há outra saída porque dia 12 vão entregar o cronograma, e adiantou que devem acionar as Câmaras Municipais, juntamente com a Comissão de Transportes, para mensalmente fazer uma reunião numa cidade diferente a fim de averiguar se está sendo cumprido à risca o processo da duplicação. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra à Deputada Estadual Ada De Luca, que parabenizou o doutor Alcantara pelo trabalho e o doutor Saporì pela precisão de dados, e enfatizou que é disso que precisamos e não de justificativas frias. Disse que solicitou ao Procon que notificasse a Autopista Litoral Sul para ter respostas, a fim de informar a população, porque, como todos os Deputados do sul manifestaram, não se aguenta mais ver corpos, carros batidos, daqui para o sul. Ainda, citou que, para surpresa de todos, essa notificação não foi cumprida totalmente, sendo que o contrato de concessão veio sem os doze anexos, ou seja, as informações foram negadas. Em seguida, leu as perguntas feitas: "Porque não iniciou a obra do contorno de Florianópolis, Palhoça e Biguaçu? Por que está atrasada? Quando iniciará? Qual prazo para construção?"

Por que aumentou o pedágio acima da inflação? Que obras foram feitas para que justifique esse tal pedágio? O contrato de concessão está sendo cumprido? Por que não tem radares nas rodovias? Onde ficam as ambulâncias de pronto-socorro?" (Comentou que é o Corpo de Bombeiros quem faz esse serviço.) "Cadê o *guard rail*?". Referindo-se ao acidente comentado pelo Deputado Joares Ponticelli, disse que passava pelo local e soube que o caminhão se perdeu e bateu no Corsa, resultando naquela tragédia, e que se tivesse o *guard rail* esse desastre poderia ter sido evitado. Colocou, mais uma vez, seu gabinete à disposição de todos para continuarem nessa luta. Encerrando, questionou se será que o Japão irá se reerguer antes de a obra de duplicação estar concluída. Continuando, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao [Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz] senhor Vanderlei José Zilli, Vereador de Criciúma, iniciou sua manifestação cumprimentando todos os presentes e dizendo que a Câmara de Vereadores de Criciúma estará sempre presente aos atos de mobilização, assim como fez quando da assinatura da duplicação da parte do trecho norte e do movimento em prol da duplicação do trecho sul, em 2001/2002. Em seguida, falou da necessidade do envolvimento não só dos Deputados do sul, mas dos catarinenses de modo geral, bem como dos gaúchos que utilizam a BR-101 e do Fórum Catarinense. Lamentou a ausência do DNIT à presente reunião, frisando que esse ato só comprovava a falta de planejamento e a falta de preocupação com as vidas que são perdidas na BR-101, e dizendo, também, que a região sul está empobrecida justamente por esse gargalo na BR-101. Prosseguindo, teceu comentários sobre os trechos recuperados e os trechos a serem recuperados, alegando que os indígenas são culpados pela falta de projeto. Finalizando, colocou a Câmara de Vereadores de Criciúma à disposição no sentido de buscar soluções mais rápidas para a conclusão da BR-101. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao senhor José Castelo Deschamps, Prefeito de Biguaçu, que, depois de saudar os presentes, disse que os municípios de Biguaçu, Palhoça e São José estavam unidos a fim de buscar soluções para o andamento da obra. Observou que o movimento que está sendo feito pelos políticos já deveria ter começado há mais tempo, visto que foram eleitos pelo povo e devem corresponder ao que ele espera. Opinou que a Fiesc deveria contratar um profissional para fazer o trabalho que já deveria ter sido apresentado pelos políticos aos órgãos maiores em Brasília e em Santa Catarina. Na sequência, cumprimentou o Presidente do Fórum e a Deputada Angela Albino pelo movimento que fizeram no sentido de não deixar fora o anel viário. Por fim, questionou como o Brasil quer ser a quinta economia do mundo até 2014 na lentidão que age, opinando ser preciso cobrar mais dos governantes, principalmente dos federais. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao senhor Rafael Bianchini, representando a Associação Vias do Sul, de Tubarão, que iniciou sua manifestação lendo trecho do livro *As Curvas do Trem*, publicado no jornal *Campinas*, de Aranguá, em 1937, resgatado pelo professor-historiador Durval do Nascimento, qual seja: "Quem tiver de viajar na estrada de ferro D. Tereza Cristina não deve levar pressa, não determinar a chegada, ter completamente os nervos restaurados e, melhor ainda, deixar testamento, sair confesso e comungado". Ato contínuo, fez uma comparação entre a referida matéria jornalística e os dias atuais, visto que a população do sul de Santa Catarina tem se deparado com a realidade vivida no início do século passado. Prosseguindo, expôs que a Associação Vias do Sul foi fundada no dia 17 de fevereiro último com o objetivo de lutar pelo desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística no âmbito da região sul de Santa Catarina. Por fim, salientou que respeitava a opinião do presidente da Fiesc, mas opinou, em relação ao cronograma que será apresentado no dia 12 de abril, que mais importantes do que a apresentação é o respeito aos prazos estabelecidos e o cumprimento das promessas, visto que em virtude da morosidade muitas vidas são ceifadas na rodovia. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao senhor Marcos Paulo dos Santos Fortunato, representando o senhor Eduardo Silvério Nunes, presidente da Associação Empresarial de Tubarão (Acit), que observou que o Plenário já estava praticamente vazio, agradecendo aos que tinham permanecido até o momento. Dito isso, informou que o presidente da Facisc, senhor Alaor Tissot, não pode comparecer à audiência pública em função de compromisso assumido anteriormente fora do Estado, mas estava à disposição para ajudar no que fosse necessário. Contou que foi vítima de acidente na BR-101 há vinte dias, no trecho 411, em Aranguá, ressaltando que não sofreu nenhuma lesão mas teve um prejuízo

de mais ou menos R\$ 20 mil. Em seguida, sugeriu a confecção de uma carta de repúdio em relação à ausência do DNIT à presente reunião num momento tão importante. Prosseguindo, falou que o problema da falta de duplicação é social e econômico, sugerindo que constasse também no vídeo já apresentado, além dos acidentes e das mortes, a imagem das empresas fechadas e das pessoas que perderam seu emprego. Finalizou solicitando que as informações da reunião do dia 12 de abril sejam divulgadas a toda a sociedade. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao senhor Líbero Machado, morador de Palhoça, que revelou sua preocupação em relação à falta de segurança na rodovia, problema que enfrenta todos os dias, assim como seus filhos e milhares de pessoas que habitam o sul da Palhoça. Em seguida, questionou por que a praça de pedágio tinha sido colocada naquele local, visto que inicialmente estava prevista para a divisa de Paulo Lopes e Palhoça. Confessou que se sente um palhaço por ter de transitar numa estrada tão esburacada, expondo que nas entradas e saídas para os bairros todos os dias ocorrem acidentes. A seguir, perguntou ao representante da ANTT se estava sendo levado em conta o que se paga para andar no trecho sem que a Autopista faça alguma coisa em contrapartida, complementando que só agora tinha ficado pronta a passarela para a população do Ariirú da Formiga, declarando que o cidadão honesto se sente ultrajado quando vê o representante da ANTT defender quem tem a obrigação de fazer as obras necessárias. Encerrando, disse que a morosidade da obra é inaceitável e que a necessidade de anel viário é fundamental e urgente. Na sequência da reunião, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao Secretário de Estado da Infraestrutura, senhor Valdir Cobalchini, que, após os cumprimentos, disse que estava presente à reunião desde o seu início e que ficaria até o final, visto que o Estado tem muito a ver com todas as obras. Revelou que a primeira providência que tomou quando assumiu a Secretaria foi designar um auxiliar direto para monitorar a execução das obras, para acompanhar os processos de licitação e os projetos. Contou que já em janeiro recebeu o cronograma de todas as obras no Estado e que acompanhou o Governador Raimundo Colombo a uma reunião com o Ministro dos Transportes, na qual estava presente também o presidente da ANTT, até porque já haviam sido cobradas providências em relação ao contorno da BR-101 na Grande Florianópolis, e disse que na oportunidade o Ministro confirmou o cronograma de cada uma das ações a serem feitas. Em relação ao contorno, diante da afirmativa de que o licenciamento ambiental para que a obra pudesse começar imediatamente estava pendente, contou que foi ao Ibama, em Brasília, para levar ofício do Governador pedindo à Fatma a continuidade do processo de licenciamento e a emissão da licença ambiental, posto que a empresa concessionária havia garantido que já tinha em caixa R\$ 50 milhões para o início da obra tão logo tivesse a licença em mãos. Isso posto, pediu ao Fórum e à Comissão de Transportes que também se juntassem a esse pleito no sentido de agilizar o processo de licenciamento ambiental, porque, pelo que estava sentindo, o Ibama está sobrecarregado de serviço e talvez não seja essa a sua principal obra. Finalizou apelando para que o mesmo movimento seja feito em relação às demais obras do Estado. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao Secretário Executivo de Articulação Nacional, senhor Acélio Casagrande, que, depois dos cumprimentos, falou que assim que assumiu já detectou as necessidades e os gargalos de Santa Catarina, que agora estavam sendo discutidos de forma inteligente, pública e transparente. Cumprimentou a Promotoria Pública e colocou o Procurador Público da Casa de Santa Catarina, bem como toda a equipe de advogados lá existente, a prestarem esclarecimentos à população sobre o que estava acontecendo. A seguir, provocou a Alesc e o sul do Estado, através dos Vereadores, a convidarem os Promotores de Justiça de Florianópolis, Tubarão e Criciúma a analisarem os contratos já feitos, se foram cumpridos ou não. Contou que como Deputado Federal já enviou documento pedindo informações ao DNIT e obteve como resposta que as obras seriam concluídas até o final de 2012, mencionando que já participou de reunião com todos os Ministros e as autoridades das áreas que interessam ao Estado, como o presidente da Infraero, que assumiu o compromisso de licitar nos próximos meses as obras do aeroporto Hercílio Luz, e o diretor nacional do DNIT, sobre o compromisso de licitar ainda este ano as duas obras, a BR-470 e a BR-282. [Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.] Ainda, disse que há compromisso assumido com o Governador Raimundo Colombo e que a partir de agora vai fazer um documento e encaminhar a todos, a fim de que acompanhem se esses compromissos realmente estão sendo cumpridos, e ressaltou que

é necessário se ter a Justiça ao lado para o cumprimento daquilo que está sendo colocado no papel. Ao encerrar, colocou-se, juntamente com a Secretaria de Articulação Nacional, à disposição para ser intermediário em Brasília, juntamente com o Estado de Santa Catarina. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra à senhora Vereadora Thatianne Ferro Teixeira, de Criciúma, que cumprimentou os presentes e fez uma ressalva quanto à ausência dos Deputados no final da audiência pública, que, em sua opinião, é o momento mais importante devido aos encaminhamentos. Parabenzou o representante da Fiesc por seu relato a respeito da situação atual da BR e lembrou que a mesma foi iniciada nos anos 1970, sendo projetada para o tráfego de quatro mil veículos e que hoje a média é de vinte mil veículos/dia; que triplicou a passagem de veículos e que ainda se está discutindo a sua duplicação. Registrou que é importante a união e a unificação neste momento, por ser inadmissível a espera até 2015 para que seja finalizada e frisou que não adianta o DNIT apresentar mais um cronograma, sendo necessário cobrar efetivamente a finalização da duplicação da BR, porque se está tratando de vidas e do desenvolvimento econômico da região. Sugeriu, como principal encaminhamento, a unificação dos líderes políticos, dos líderes empresariais e de outros setores da comunidade na luta pela BR-101, inclusive fazer uma paralisação com essas lideranças. Solicitou que seja encaminhado convite à OAB para também se integre nessa luta cobrando as questões burocráticas, já que o Ministro dos Transportes colocou na audiência que a grande dificuldade é a questão burocrática e os seus entraves. Ainda, sugeriu juntar a Procuradoria e a OAB para fazerem um estudo profundo, bem como a cobrança desses prazos. Encerrou agradecendo a todos pela oportunidade de se manifestar. A seguir, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetranesc, com a anuência do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares que declinou do seu tempo devido ao adiantado da hora. Ato contínuo, o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetranesc, cumprimentou todos os presentes e salientou as observações que fez durante as manifestações com relação ao transporte rodoviário. Disse que é uma atividade essencial, e que se tem o direito de reivindicar, porque em Santa Catarina consome-se dois bilhões de litros por ano, ficando aproximadamente R\$ 500 milhões de ICMs retidos na fonte, e, considerando a carga tributária do setor de transporte, R\$ 1.600,00 bilhão em tributos; que o trecho sul da BR-101 foi calculado em R\$ 1.700,00 bilhão e está levando dez anos para ser construído, quando praticamente em um exercício só contribuíram com tudo. Registrou que participou de todos os debates sobre a concessão da BR-101 e sugeriu que se fizesse um estudo aprofundado do contrato para que não se ouça declarações que não condizem com aquilo que a sociedade está exigindo e que precisa ser esclarecido. Ressaltou que conhece a íntegra do contrato e que não está defendendo nada, que está nesta reunião para cobrar. Ainda, sugeriu que o Ministério Público acompanhe também as obras das rodovias federais no Estado, que têm cronograma de execução de obras e que têm recursos, segundo se sabe, porque só desses dois bilhões de litros de diesel, a cada litro tem sete centavos de retenção de CID, que vem da contribuição do transportador. Frizou a falta de cobrança e de definição dos responsáveis pelo que está acontecendo, salientando que a sociedade organizada, com as entidades representativas do Estado, não está parada, que está mobilizada para pressionar e exigir a responsabilidade daqueles que têm que dar condições de trabalho aos rodoviários. Disse que se pode pensar em ferrovias, mas, assim como essas rodovias que estão previstas (principalmente a BR-101 trecho sul), os projetos apresentados não estarão disponíveis à sociedade em menos de dez anos; que as ferrovias virão no futuro, se apropriadas, mas não em menos de vinte anos. Mencionou que não podem mais continuar sendo, como disse serem, os bastardos das rodovias. Encerrou dizendo que hoje, em alguns trechos, como em Florianópolis, trafega-se a 20 quilômetros por hora, sujeitos a acidentes; que normalmente uma carreta anda a 70 quilômetros por hora, 75 quilômetros por hora; que se anda menos que o trem, que na média brasileira anda a 25 quilômetros por hora; e afirmou que isso está errado. A seguir, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Manoel Mota, que, nas suas considerações, disse que faz vinte anos que está nesta luta e que responde a quatro processos na Polícia Federal; que o Deputado Edinho estava com ele quando pararam das seis da manhã às quatro da tarde na ponte de Laguna com a finalidade de buscar resultados. Comentou que Criciúma e os aposentados da região sul estavam juntos, e que, por várias vezes, pararam o norte,

porque o sul não tinha nem o projeto de engenharia, contando que foi questionado pelo pessoal da empresa se ele era da região norte, a quem respondeu que não, mas que no norte havia o projeto de engenharia para começar a duplicação. Agradeceu pelo trabalho que a Fiesc fez e vem fazendo através dos seus engenheiros e elogiou o Ministério Público Federal pelo seu encaminhamento. A seguir, afirmou não ser contra o pedágio, mas tem que se pensar sobre o dinheiro público do pedágio para construir obras, que primeiro deve ser construída a obra para depois entregar a uma empresa a fim de esta ganhar com o pedágio, e que fecharam cinco vezes o pedágio por essa razão. Afirmou que nesses vinte anos os Vereadores e os Deputados do sul sempre participaram desse trabalho, revelando que procurou pelo Ministro umas dez vezes em busca de resultados e que o mesmo falou, na semana passada, que está tudo em dia, que as empresas estão pagas e que há dinheiro para realizar. Finalizando, afirmou que, se está tudo certo e a obra não avança, é porque falta competência de quem administra este País. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, informou que o Deputado Mota estava com uma biópsia do fígado marcada para este momento, mas que acabou postergando para estar na presente reunião. Na sequência, passou para a parte dos encaminhamentos, concedendo a palavra ao Deputado Federal Edinho Bez, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, que agradeceu a presença e o interesse de todos e parabenizou cada um dos presentes, bem como todos os Deputados que fazem parte da audiência pública. Comentou que a responsabilidade maior é do Fórum Parlamentar Catarinense, porque se está tratando de obras do Governo Federal. Afirmou que representam Santa Catarina na esfera federal, no Congresso e no governo, e que serão bons representantes se estiverem afinados com a representatividade. Em seguida convidou todos os presentes, a Comissão de Transportes e a Assembleia Legislativa para, no próximo dia 12, em Brasília, se fazerem presente na reunião da Câmara dos Deputados, às 14h30min, quando o DNIT e o Ministério dos Transportes irão apresentar o cronograma visando o término da obra; que as empresas - as que estão dando problema - estarão presentes e assim poderão questioná-las, bem como sugerir ou concordar, reafirmando que essa reunião foi uma sugestão do Deputado Esperidião Amin. Salientou que irão interpretá-la como decisão de governo; que quando encerrar a reunião vai fazer tal afirmação e que, caso não seja cumprida, irão tratar diretamente com a Presidenta da República, Dilma Rousseff. Prosseguindo, contou que antes de assumir a coordenação do Fórum contactou com a Fiesc e que estão administrando uma reunião, com a presença da Fetranesc, do Conselho Federal de Engenharia e da Polícia Rodoviária Federal, que tratará sobre a questão do entorno de Florianópolis, com a presença da Autopista. Sugeriu que seja considerado encaminhamento aguardar a reunião do dia 12, para depois, com a volta do Presidente da Fiesc, marcar uma reunião a fim de tratar desse assunto, com a presença da ANTT. Em seguida, fez os seguintes encaminhamentos: aguardar a reunião do Fórum, na Câmara dos Deputados, para depois fazer uma avaliação, elaborando e estudando uma nova estratégia com o novo cronograma de acompanhamento; fazer uma reunião com a região atingida, avaliando o cumprimento ou não do que foi apresentado e acordado; e realizar reuniões mensais do Fórum Parlamentar Catarinense com a Assembleia Legislativa, com a Fiesc, com a Fetranesc e outros, tendo por objetivo acompanhar e avaliar o que foi e o que não foi feito, para depois decidir as estratégias. Disse ser importante essa reunião mensal porque aumentará o acompanhamento e irá repercutir no governo federal tal preocupação. Afirmou que contará também com a Promotoria Pública para fazer com que as coisas realmente aconteçam. Encerrando, colocou-se à disposição de todos, em nome do Fórum Parlamentar Catarinense, e disse que isso dará mais forças para representarem ainda melhor o povo na qualidade de Deputados Federais e Senadores. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, agradeceu ao Deputado Federal Edinho Bez pela manifestação e anexou a sugestão da Deputada Angela Albino sobre uma audiência com o Ibama, na Alesc, para debater a questão ambiental do contorno, do rodanel da Grande Florianópolis. A seguir, concedeu a palavra ao senhor Mário Sérgio Barbosa, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal, que parabenizou a Assembleia pela audiência pública e sugeriu o seguinte encaminhamento sobre o trecho de concessão Curitiba-Florianópolis, já que existe um cronograma de obras: que seja estabelecida uma comissão política, com políticos de Santa Catarina, para que fiscalizem cada um dos trechos (Joinville-Itajaí/Itajaí-Florianópolis) a fim de verificar se o programa de execução previsto no contrato de concessão está sendo

cumprido ou não, ou seja, uma comissão política para fiscalizar o cumprimento do cronograma de obras. Uma vez não cumprido o cronograma, sugeriu que o resultado dessa conclusão seja encaminhado ao Procon para atuar a concessionária, bem como à ANTT para cumprir o que a lei diz, que é abrir os procedimentos disciplinares e sancionadores contra a concessionária e encaminhar ao Ministério Público Federal para que possa ajuizar ações judiciais respectivas. Por fim, com relação ao trecho sul, que não está sob concessão da Autopista Litoral, disse que ainda vai ser debatido o cronograma com o DNIT, para que depois seja eleita uma comissão política com representantes de cada uma das regiões, a fim de se verificar o cumprimento do cronograma de execução. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, agradeceu a todos pelas sugestões já manifestadas e contou que foi criado um Fórum Parlamentar Permanente na Casa, encaminhado pelo Deputado Estadual Altair Guidi, que está indo à Comissão de Mérito (Comissão de Transportes), que irá capitanear todo o processo, dar os encaminhamentos devidos e traçar o cronograma das audiências deste Fórum. Ainda, agradeceu à presidente do Procon Estadual, a senhora Elizabete, que também se fez presente. Logo após, colocou em discussão os encaminhamentos que foram propostos, sendo aprovados em seguida. Dando continuidade, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra ao Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que insistiu na elaboração de uma correspondência da Comissão de Transportes da Casa, a ser enviada ao DNIT, lamentando sua ausência na audiência, bem como ao Ministério, pois disse que é inadmissível o seu não-comparecimento, bem como uma falta de respeito para com a população catarinense. Afirmou que o Ministro, como chefe do DNIT, deve ficar sabendo da sua ausência e que tem que haver uma correspondência lamentando isso e pedindo providências ao Ministro. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, concedeu a palavra ao senhor Alcantaro Corrêa, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), que lembrou que todos deveriam ir preparados para a reunião porque existe convivência nos limites; que é para levarem sugestão de estratégia porque os problemas são todos de gestão; que as pessoas que estão lá não são competentes para fazer gestão e que os prazos não serão cumpridos, não serão honrados e a mentira continuará solta; e, ainda, que as pessoas têm que ser mudadas. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, respondeu que farão a correspondência, através da Comissão de Transportes, encaminhando ao Ministro do Transportes a sugestão. Por sua vez, também sugeriu que o governo federal, através do Ministério dos Transportes, interrompa a cobrança do pedágio da Palhoça até que haja a conclusão da duplicação do trecho sul. Ato contínuo, colocou em discussão tal sugestão, que foi aprovada em seguida. Ao dirigir-se para o encerramento da audiência pública, agradeceu pela oportunidade e pela presença de todos, em especial ao assessoramento da Casa e à imprensa presente. Afirmou que defende as PPPs (Parcerias Público-Privadas), mas dentro de um critério prático, transparente e objetivo, com uma linguagem que a população possa entender e com preços acessíveis. Questionou se o preço daqui (R\$ 1,40) é inexequível ou se nos outros Estados, como Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, é que há gordura demais, com um valor de R\$ 6,00. Posto isso, sugeriu que haja reflexão, rediscussão, sobre o sistema concessionário do pedagiamento em todo o Brasil, comentando que essa é uma pergunta sem resposta e que seria realmente interessante abrir essa discussão. Por sua vez, a senhora Elizabete Fernandes, gerente do Procon estadual, esclareceu que em Santa Catarina o pedágio é de R\$ 1,40 porque no Governo Lula foi implantada a tarifa reduzida e que essa obra foi contratada dentro dessa nova tarifa, por isso o valor é diferente dos demais Estados. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, afirmou que estarão presentes, juntamente com a bancada federal catarinense, bem como com a Fiesc e com todas as entidades organizadas, em uma unidade suprapartidária. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente audiência pública. [Taquígrafa-revidora: Iwana Lúcia Lentz.]

DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DAS RODOVIAS EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2011, ÀS 18H, NA SALA DE REUNIÕES DA ALESC

Aos três dias do mês de maio de 2011, às 18 horas, realizou-se audiência pública, na sala de reuniões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc, com o objetivo de debater a situação das rodovias em Santa Catarina. O senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc, abriu os trabalhos e explicou que a audiência pública foi deliberada por esta Comissão com o propósito de convidar o senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, e o senhor Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, para explanarem como está o programa rodoviário de todo o Estado de Santa Catarina, o programa BID, e responderem alguns questionamentos que efetivamente venham a ocorrer. A seguir, saudou as autoridades presentes, a plenária em geral e especialmente as taquígrafas pelo Dia do Taquígrafo, que é nesta data. Ato contínuo, o senhor presidente convidou para compor a mesa as seguintes autoridades: Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura; Deputados Estaduais Mauro de Nadal e Padre Pedro Baldissera, membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc; engenheiro civil Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra; Deputado Estadual Manoel Mota, Vice-Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc; Douglas Gleen Warming, Prefeito do Município de Siderópolis; e Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito do Município de Pedras Grandes. Continuando, explicou que será aberto um espaço para todos os presentes que desejarem se manifestar e para a comissão de Pedras Grandes e Urussanga, que também tem um assunto relacionado à rodovia para expor. Dito isso, registrou a presença de Vanderlei O. Rosso, diretor do Detran e ex-Prefeito de Urussanga; José Rogério Francisco dos Santos, Vice-Prefeito do Município de Urussanga; João Felipi, Presidente da Câmara Municipal de Pedras Grandes; Paulo César Barichello, Presidente da Câmara Municipal de Urussanga; Gilmar José Rodrigues, Vereador do Município de Pedras Grandes; Sidinei Nolla, Vereador do Município de Pedras Grandes; Carlos Borba, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Valberto Berkenbrock, Secretário de Finanças do Município de Siderópolis; Emílio Della Bruna, agrônomo da Epagri; e Paulo França, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado da Infraestrutura. Feito o registro, passou a palavra ao senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, que cumprimentou as autoridades e todos os demais presentes, contando que na semana passada esteve na região sul do Estado visitando cada um dos Municípios. Em seguida, informou que tão logo assumiu a Secretaria da Infraestrutura, no dia 3 de janeiro do corrente ano, a Secretaria e o Deinfra passaram a fazer um planejamento das suas ações ao longo dos próximos quatro anos e a pensar na infraestrutura de Santa Catarina, incluindo todos os modais de transportes. Explicou que se precisa ter a capacidade de olhar no horizonte além dos quatro anos, pensar em Santa Catarina pelo menos nos próximos cinquenta anos. Revelou que internamente a primeira tarefa foi definir exatamente o papel da Secretaria, do Deinfra e do Deter (são estruturas vinculadas à referida Pasta), para que não haja nenhum tipo de competição entre os órgãos e, sim, que haja coexistência, cooperação, a fim de que a energia seja ocupada totalmente na direção de melhorar as condições de infraestrutura, pensando na sociedade. Disse que a responsabilidade de um governante é fazer com que as obras em andamento tenham continuidade e que nenhuma obra sofra paralisação, mas que há alguns problemas, existentes em todas as estruturas, seja nos governos federal, estadual ou municipal. Porém, esclareceu que buscam a solução de cada um desses problemas para que as obras tenham o seu andamento cumprindo o cronograma estabelecido em contrato e que hoje restam pouquíssimos problemas de obras que vinham sendo executadas e que ainda não foram resolvidos. Também registrou que o prazo estipulado pelo governo, na referida área, foi fundamental para que se pudesse fazer a organização, o planejamento das ações e para que se pudesse equacionar os problemas decorrentes de contrato, de empresas que por uma razão ou por outra abandonaram trechos de obras - através de chamamento da segunda ou da terceira colocadas, ou até mesmo de necessidade de nova licitação, cada uma das situações foi tratada pontualmente. Afirmou que a Secretaria, o Deinfra, o Deter estão absolutamente em dia com as suas obrigações e em condições, de forma planejada, de fazer as ações sem qualquer tipo de percalço. Complementou que é muito difícil se executar uma obra quando não se tem a certeza de estabelecer um cronograma financeiro, muito embora se tenha o orçamentário, e acrescentou que tiveram todo esse cuidado e que em todos os

compromissos que estão assumindo primeiro buscam a equação financeira na Fazenda (recursos de organismos internacionais ou de bancos nacionais, como é o caso do BNDES), para atenderem as inúmeras demandas do Estado, que é dinâmico. Salientou que os representantes do governo têm que dar conta de fazer com que a estrutura acompanhe esse crescimento, dar suporte a esse crescimento e ser o instrumento que alavanque esse crescimento do Estado; que os representantes do governo têm esse senso de responsabilidade e precisam ter iniciativa de buscar recursos capazes de atender as demandas atuais e futuras, e por isso os estudos que estão realizando; e que, como Secretário, está muito otimista em relação ao que se vai resolver e ao resultado que se vai alcançar. Dando seguimento à sua manifestação, o senhor Secretário, com o apoio de *slides*, falou sobre os principais programas que serão lançados no próximo mês de maio, sendo que dia 13 será protocolada carta-consulta no BNDES e recursos atenderão esses programas. O primeiro programa é de recuperação e revitalização de rodovias estaduais. Mostrando uma foto no *slide*, disse ser um exemplo decorrente das cheias e que há alguns trechos no Estado que exigem providência imediata e outros que exigem providência em médio prazo. Explicou que houve um levantamento, com fotografias, realizado pelo Deinfra e com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, de todos os trechos do Estado, e que até os trechos em que o pavimento não está em boas condições estarão incluídos no programa de recuperação e revitalização de rodovias estaduais: cerca de 1.800 quilômetros de revitalização e 200 quilômetros de recuperação. Outro programa é fazer com que as rodovias catarinenses sejam mais seguras, o que é uma necessidade urgente no Estado, tanto que infelizmente Santa Catarina, em se tratando de Brasil, só perde para Minas Gerais em número de acidentes de trânsito, mas se se comparar os números absolutos, em função de que Minas Gerais tem malha viária e população maiores, além de mais veículos, em números percentuais o Estado catarinense está na frente, e por isso decidiu-se investir naqueles pontos onde ocorre maior número de acidentes. Ainda citou que, até 31 de dezembro de 2010, foi realizado um levantamento em que se concluiu que em 127 pontos ocorrem mais de 70% dos acidentes e que foi com base nesses dados que se criou esse segundo programa. Expôs que agora o Deinfra está fazendo esse levantamento em cada um desses pontos, o que vai determinar a ação a ser feita, a fim de, se for o caso, realizar um projeto específico para mudar, por exemplo, a geometria de uma curva, se esta for muito acentuada, muito perigosa, se tem problema no seu pavimento, na sua inclinação; se for o caso, construir em algum ponto um trevo, melhorar a sinalização, construir uma passarela. Também informou que se pretende eliminar, ao longo dos quatro anos, esses 127 pontos, apesar de ser uma ação contínua do Estado, não um programa de um mandato, mas permanente e que represente a diminuição de acidentes, do número de mortes, dos danos materiais, o que é problema de saúde pública, e absolutamente prioritário para qualquer governo. Registrando que esse programa também será lançado em maio deste ano, observou que já existe programa de manutenção rotineira das rodovias (roçada, limpeza e pintura da canalete, reposição de placas), porém, que agora será feita parceria com órgãos como a Secretaria da Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a OAB, e que se irá aproveitar a mão de obra quase totalmente ociosa de detentos para, por exemplo, confeccionar placas de sinalização, taxinhas, taxões, roçar alguns trechos de rodovias, o que vai desenvolver um trabalho social importante para o Estado, pois se estará dando atividade para o detento, que a cada três dias trabalhados tem direito à remissão da sua pena, e, por outro lado, é um grande benefício para a imagem do Estado e para todos aqueles que utilizam as rodovias catarinenses, pois terão uma rodovia com visibilidade, limpa e mais segura. Acrescentou que a partir da semana que vem buscarão esses parceiros no sentido de assinarem esse convênio e, assim, iniciarem esse programa, sendo que estão adequando a questão orçamentária, financeira, para viabilizarem esse programa também considerado importante. Explanando que Santa Catarina tem característica turística não somente pelo seu litoral, mas por muitas cidades do interior, o que precisa ser respeitado, disse que outro programa é buscar adequar os projetos de engenharia às peculiaridades dessas cidades que têm perfil turístico, sejam situadas no litoral ou no interior do Estado. Ou seja, as empresas projetistas, quando fizerem uma intervenção, uma obra em um Município que tenha como predominância da sua economia o turismo, levarão isso em conta, para se ter um projeto que caracterize esse Município como turístico. Ainda noticiou que se está desenvolvendo um programa de pavimentação urbana um pouco mais econômica e que atenda a periferia das cidades. Observou que está em fase de testes, mas que tudo leva a crer que é um produto que dará certo e, aí, haverá condições de atender aqueles bairros em que, embora com grande contingente de pessoas, não há trânsito intenso, tão pesado, pois o pavimento não precisa ter toda aquela estrutura de rodovia, o que barateará muito o custo, atendendo as camadas sociais mais necessi-

tadas. Revelou que também há a continuidade de um programa que no governo passado se chamou de Propav Rural e que este ano praticamente estarão concluindo o programa de levar pelo menos um acesso pavimentado a 100% dos Municípios - restarão um ou dois Municípios, no máximo, porque não se terá condições de concluir este ano. afirmou que, então, se poderemos incrementar esse programa, que é levar acesso às principais comunidades que tenham grande produção agrícola ou industrial, mesmo que menores, que tenham grande contingente de pessoas ou que tenham uma história. Exemplificando, citou que soube na semana anterior que a primeira colônia italiana que veio a Santa Catarina instalou-se no Município de Pedras Grandes, precisamente na comunidade de Azambujas, o que justifica, seja pela sua história, pela sua economia, pelo que produz, iniciar um programa de levar o acesso àquela comunidade de Azambujas. Destacou que esse programa terá sequência e critérios, pois não se pode escolher de forma subjetiva uma comunidade, não se pode escolher uma comunidade em detrimento de outra, e tem que se procurar fazer justiça. Prosseguindo, o senhor Secretário informou que tudo estará no *site* do Deinfra, da Secretaria de Infraestrutura, que será somente um, para que tudo seja de forma transparente, já que as obras são do sistema infraestrutura, e não faz sentido termos dois *sites* como se fossem dois órgãos. A seguir, trouxe à tona que Santa Catarina tem 24 aeroportos públicos e que em muitos deles obras estão sendo executadas, como o aeroporto de Jaguaruna, que ao final deste ano estará concluído, citando que o sul do Estado estará muito bem servido com esse grande aeroporto de Jaguaruna, que as obras estão praticamente concluídas, que será a maior pista do Estado, com 2.500 metros de comprimento e 30 metros de largura, e que terá todos os equipamentos necessários e montados, garantindo um aeroporto muito moderno e estrategicamente situado. Além disso, comentou que agora está sendo realizado o acesso e que o investimento desse aeroporto é em torno de R\$ 55 milhões - R\$ 24 milhões do Estado e, em torno, R\$ 30 milhões do governo federal. Na sequência, mencionou que estão sendo realizados estudos no sentido de estimular o transporte aquaviário, pois Santa Catarina tem potencial pouco explorado; que agora vão se deter na conclusão desses estudos, muito embora ainda não se tenha nenhuma cultura disso; e que os estudos não demonstram viabilidade financeira, mas que é um processo que precisa ser tratado com prioridade, o que está sendo feito. Citou que outro programa instituído é a assessoria que faz os acompanhamentos das obras federais, muitas vezes como cooperação, como auxílio - se algum documento, algum procedimento do governo do Estado porventura se fizer necessário, busca-se agilizar isso -, para que as obras possam ter a serenidade que a sociedade espera. Posto isso, comentou que se tem todo relacionamento com todos os órgãos federais ligados à infraestrutura (aqui, com o DNIT; em Brasília, com o Ministério dos Transportes, o Ministério do Planejamento, a Infraero), que se tem estreitado muito a relação do governo estadual com o governo federal no tocante à infraestrutura. Também mencionou o programa relacionado à questão da mobilidade urbana, citando que em Florianópolis realmente há dias que é um caos, que se está à beira de um colapso, e que se precisa pensar em soluções para aquele que anda de automóvel, para aquele que usa o transporte coletivo, para aquele que anda de bicicleta e para o pedestre. Em função disso, contou que se está desenvolvendo alguns estudos de ações não apenas para Florianópolis, mas para os 293 Municípios, pois o Estado é muito maior e tem uma série de obras de contornos viários, de anéis viários em Municípios de médio porte que melhoram muito o trânsito nessas cidades, sendo que para algumas delas já existe projeto, para outras estão providenciando o projeto e para outras já existe contorno e revitalização, mas precisam ser melhorados. Encerrando a respeito deste programa, comentou que, inclusive com recursos do BNDES, será aportada uma soma importante para que se possa melhorar o trânsito das cidades catarinenses. [Taquigrafa-revisora: Denise V. Silva] Quanto à questão do meio ambiente nas rodovias, disse que é um programa que já existe e que Santa Catarina trata muito bem esse assunto, pois há uma gerência, no Deinfra, que tem como missão cuidar do meio ambiente. Com relação ao programa de obras especiais, disse que nele está incluída a recuperação da Ponte Hercílio Luz. A seguir, informou que no dia 13 estarão constituindo a formalização de uma comissão de acompanhamento das obras da ponte, e essa comissão será constituída, além do Poder Executivo, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, pela OAB, pela Universidade Federal, pelo Crea e pela Assembleia Legislativa. Avaliou que a obra é extremamente complexa e cara, mas representa um símbolo de Santa Catarina. Comentou que a decisão do governo é no sentido de que a obra de restauração seja concluída, e acrescentou que vão buscar recursos de fontes alternativas decorrentes, por exemplo, da Lei Rouanet, visto que a Ponte Hercílio Luz não é mais uma ponte de infraestrutura, ela é um símbolo, um cartão-postal, um monumento de Santa Catarina. Dessa forma, ela permite que se busque outros recursos, fazendo com que os

recursos de infraestrutura que hoje estão sendo alocados na ponte possam ser alocados para outra obra que tenha um perfil só de infraestrutura. Avaliou que as obras de infraestrutura são muitas no Estado, que por vezes sente-se impotente, porém salientou que não ocorre desvio de finalidade, mas novamente esclareceu que é a única obra de infraestrutura que permite buscar recursos de cultura, de patrimônio histórico, lembrando que a ponte é considerada um patrimônio histórico do Município, do Estado, da União, enfim, do turismo. Comunicou que no dia 13 será entregue o projeto ao Governador, e a partir daí vai ser construída uma agenda para buscar uma parceria com as marcas fortes de Santa Catarina e do País. Disse que a empresa pode associar sua marca forte ao aportar recursos oriundos, por exemplo, da Lei Rouanet, e com isso será viabilizada uma obra importante, sem prejuízo de tantas outras obras na área especificamente de infraestrutura. Avaliou que fizeram uma apresentação dos problemas que serão lançados, que estarão no *site* da Secretaria, do Deinfra. Lembrou que muitas obras apresentadas estarão conveniadas, esclarecendo que os convênios terão um sistema muito parecido com o sistema Secob, que os Prefeitos já conhecem bem, ou seja, tudo será informatizado, digitalizado, não sendo mais necessário vir à Capital trazendo o papel, isto é, na própria Prefeitura do Município será possível fazer o cadastro. Enfim, disse que estão buscando fazer um trabalho diferenciado, com criatividade, de forma bastante transparente, e para tanto se está buscando recurso. Em seguida, esclareceu que o BID VI é uma carta-consulta, que foi protocolada no Ministério do Planejamento no ano passado. Contou que há cerca de quinze dias estiveram reunidos com a Ministra do Planejamento, e comentou que se está fazendo uma reformulação sobre o conceito do Programa BID. Esclareceu que essa reformulação é um programa que visa atender, por exemplo, esses projetos que estão em obras e que têm um perfil para desenvolver uma região, que a obra possa trazer um desenvolvimento maior para um Município que tem um baixo IDH, enfim, uma obra que atenda uma comunidade carente, numa determinada localidade do Município, seja na cidade ou no interior. Esse é o perfil que o BID também passa a exigir do Estado e do próprio Ministério do Planejamento. Comentou que não se tem recursos para todas as obras, mas afirmou que nenhuma delas será retirada. Informou que é um programa que prevê um investimento de 250 milhões de dólares e, além disso, terá a contrapartida do Estado. Quanto ao programa de revitalização, de rodovia segura e de manutenção das rodovias, disse que estão encaminhando ao BNDES uma carta-consulta, e que o financiamento gira em torno de R\$ 400 milhões. Além disso, comentou que há várias parcerias, e citou o governo federal, o DNIT, o Ministério dos Transportes e a Infraero. Explicou que parceria com a Infraero se dará através da construção do aeroporto de Florianópolis, dando conhecimento que o edital que será lançado este mês, e que as obras de acesso ao aeroporto ficarão por conta do Estado. Enfim, comentou que há *n* exemplos de parcerias com o governo federal, e que essas parcerias agregadas ao orçamento do Estado dariam condições para que pudessem realizar as obras que a comunidade exigia. Salientou que outras áreas que terão prioridade absoluta serão as de portos e as ferrovias, e para tanto estão sendo contratadas duas consultorias na Secretaria. Deu ciência que há projetos de ferrovias, citando a ferrovia litorânea, a ferrovia leste-oeste, a ferrovia norte-sul, que parou no centro oeste, e que agora está sendo discutido um novo traçado. Quanto à questão dos portos, avaliou que são estratégicos. Contou que há pouco estava reunido na Secretaria com a diretoria da empresa Battistella, em Itapoá, que o Estado está levando o acesso ao Porto de Itapoá, e comentou que era um investimento privado, de um grupo empresarial, de quase um bilhão de reais. Finalizando, registrou a presença do engenheiro José Zandoná, diretor de Articulação da Secretaria de Estado de Infraestrutura, agradeceu ao Presidente a oportunidade de falar e colocou-se à disposição de todos. Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu a explanação do senhor Secretário e informou que o engenheiro Paulo Meller estava dando uma entrevista, para a estação de rádio Antena 1, sobre a interrupção da SC-445, mas que, após, retornaria para a audiência. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Estadual Manoel Mota, Vice-Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc, que inicialmente lembrou que Santa Catarina viveu um fato inédito com a conclusão das obras de todos os acessos aos Municípios, só que para a conclusão delas acabou se utilizando todo o dinheiro disponível no cofre, ficando, assim, penalizadas as estradas estaduais em Santa Catarina, as obras não pavimentadas. Referindo-se ao Secretário, disse que tem conhecimento que ele está fazendo um programa para recuperar dois mil quilômetros de asfalto, isso significa voltar a ter esperança que os trechos que apresentam problema serão recuperados, e que a prioridade seria os trechos em pior estado, não interessando a região e o local. Disse compreender que tudo o que se deseja é meramente impossível, apesar de existir obras que são fundamentais e que não podem

esperar, mas avaliou que não irá se ter recurso para fazer todas essas obras. Comentou que conhece o engenheiro Paulo Meller, que é do sul e faz parte de toda a programação, de toda a infraestrutura, e informou que há obras de recuperação no sul que são fundamentais. Avaliou que foi feito um trabalho fantástico com a ida do governo e de todo o secretariado para o sul do Estado, para Araranguá, em que todos os setores estavam reunidos, e o Secretário Cobalchini junto com o Paulo Meller conheceram todas as estradas importantes daquela região. Contou que na ligação entre Balneário e Passo de Torres o tapa-buraco acaba num dia de chuva, mas lembrou que, apesar desse percalço, há uma obra que é fundamental dentro da região. Informou que a marcha dos Prefeitos a Brasília será depois do dia 14. Disse que a Serra do Faxinal ficará na ligação da obra mais antiga, que é entre Praia Grande e Jacinto Machado, e é uma obra de viabilidade econômica sem limite, por causa do plantio na região, salientando que essa obra tem que ser incluída no BID VI, visto que os carros que vão descer pela Serra do Faxinal não podem todos ir parar na BR-101, até para não canalizar um movimento muito grande na rodovia. Informou que no BID V, que é um programa praticamente de projetos, constam as obras de Pedras Grandes, Orleans e a conclusão da obra na Serra do Faxinal; e o BID VI é um programa de conclusão das obras. Afirmou acreditar na capacidade do Secretário Valdir Cobalchini e do engenheiro Paulo Meller para que possam lutar pelas obras fundamentais no sul do Estado. Informou que, a partir desta semana, começará o movimento pela realização das obras na Interpraias, e, nesse sentido, avaliou que o norte, o oeste, a região serrana, enfim, todas as regiões também irão cobrar pela conclusão das suas obras. Oportunamente, lembrou que oanel viário também não pode ficar fora desse contexto. Concluindo, disse esperar que a Comissão pudesse contribuir com o andamento das obras e que nos momentos de dificuldades estará ali para amenizar os problemas. A seguir, fazendo uso da palavra, o engenheiro Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, inicialmente cumprimentou todos e comunicou que, como o Secretário já havia explanado os projetos, iria fazer uma rápida apresentação sobre o que existe de obras hoje. A seguir, passou a apresentar *slides* explicando que o Deinfra é um órgão do governo do Estado, que foi criado em 2003, através da fusão do antigo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina, DER, com o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas, DEOH. Mostrou que atualmente há na estrutura do Deinfra: 2.202 funcionários, sendo 1.008 funcionários ativos e 1.194 funcionários inativos; com folha bruta mensal (funcionários ativos e inativos) de R\$ 7.304.308,90; com 103 terceirizados; e com folha bruta mensal (funcionários mais terceirizados) de R\$ 7.546.004,70. Em seguida, apresentou a estrutura organizacional do Deinfra: o Conselho Administrativo é composto de cinco diretores, e assim sucessivamente. Mostrou um mapa com a área de abrangência das oito Superintendências Regionais do Deinfra. Com relação à malha rodoviária catarinense, disse que há 1.643,10 quilômetros de rodovias estaduais não pavimentadas e 4.712,41 quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas, ou seja, 75% da malha estadual são pavimentadas, sendo esse um dos maiores índices no Brasil, perdendo apenas para o Distrito Federal, e acrescentou que nenhum outro Estado tem o percentual de malha pavimentada que tem o Estado de Santa Catarina. Deu ciência que hoje há, aproximadamente, 640 quilômetros de rodovias em pavimentação; 51 quilômetros em restauração ou ampliação da capacidade; 260 quilômetros em projetos de pavimentação; 206 quilômetros em projetos de reabilitação; mais 100 quilômetros que estão em negociação com a CAF, e também 20 quilômetros de reabilitação que também estão sendo negociados com a CAF. A seguir, apresentou as obras e os serviços futuros: acesso ao novo terminal do aeroporto Hercílio Luz; a via rápida de Criciúma; a 4ª ponte em Florianópolis; o Projeto Votorantim, que é para atender o Município Vidal Ramos, onde há a nova fábrica da Votorantim, que está praticamente pronta e será um investimento de R\$ 54,9 milhões. No tocante à conservação da malha rodoviária, mostrou os investimentos aportados pelo Estado para a manutenção dos 4.700 quilômetros de rodovias pavimentadas e outros investimentos para rodovias não pavimentadas, perfazendo um total de R\$ 30 milhões/ano. Prosseguindo, disse que há 52 lombadas eletrônicas do Deinfra, e haverá mais 100 novas lombadas eletrônicas que serão instaladas, e explicou que elas não servirão apenas para inibir e medir a velocidade, mas também para a contagem de tráfego, o que permitirá saber *on-line* qual será o fluxo de veículos, que foi dividido em seis categorias, que estará passando pelas rodovias do Deinfra, informando que das 100 lombadas, 30 já estão instaladas. Dessa forma, isso permitirá que se faça um planejamento da malha rodoviária do Estado. Continuando, falou que também haverá nove balanças móveis e duas balanças fixas, que estão em fase de instalação. Em seguida, manifestou que o *site* do Deinfra é supermoderno, inclusive servindo de balizamento para os outros DRs do Brasil, e que era o segundo *site* de órgão público mais visitado no Estado, sendo o primeiro *site* do governo do Estado.

Informou que tudo é feito pelo *site* do Deinfra, que qualquer cidadão que tenha Internet pode acessar o *site* que vai encontrar, por exemplo, as condições de tráfego de uma rodovia. Disse que hoje pode se instalar no carro o GPS, mas lembrou que quem não tem esse equipamento pode acessar o *site* e descobrir se houve caimento na rodovia, se ela está interditada ou não, e se ela estiver interditada há orientação do melhor caminho para se deslocar de um Município a outro. Também há ícones onde podem ser consultadas as multas de trânsito, a situação de obras rodoviárias, o valor do contrato, o relatório de fotos, o estágio da obra, enfim, é um *site* muito transparente. A seguir, destacou que esse é o primeiro *site* que tem acesso para as pessoas portadoras de deficiência visual, explicando que a pessoa vai clicando na tela com o *mouse*, e quando passar por cima de uma janela ocorre a leitura sonora do que está escrito. Também há disponível no *site* a ocorrência de qualquer acidente de trânsito. Desde 2002, o Deinfra sabe exatamente quantos acidentes ocorreram, o ponto onde ocorreu o acidente, qual o lugar em que mais ocorreu acidente, de que forma aconteceu, se foi por ultrapassagem indevida, se foi por causa de chuva, por escorregamento, por excesso de velocidade, ou seja, os 127 pontos críticos citados pelo Secretário foram retirados do *site*. Dessa forma, avaliou que há ferramentas para melhorar o planejamento da malha rodoviária e, em seguida, passou o endereço do *site*: . Prosseguiu, informou que o *site* é tão bom que, por exemplo, quando um engenheiro tem que fazer uma medição de uma rodovia, ele tem que ter, no mínimo, um número *x* de fotos cadastradas para que a parte contábil tenha continuidade. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Contou que dezesseis DERs adotaram o modelo do *site* do Deinfra, e informou que estão *on-line* com o Tribunal de Contas (TC) e que as informações são atualizadas instantaneamente. Disse ainda que está no Deinfra desde o dia 1º de janeiro e que recebeu o órgão sem nenhuma dívida, permanecendo assim. O senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, agradeceu as colocações feitas pelo orador, registrou a presença do Deputado Estadual Elizeu Mattos, líder do governo, e da senhora Maria Natel Scheffer Lorenz, representante do Deputado Estadual José Milton Sheffer, e passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, que saudou os presentes e parabenizou o Secretário Valdir Cobalchini pela apresentação do programa. Para esclarecer dúvidas e clarificar a forma como será desenvolvido o trabalho, colocou que a consulta pública ao BNDES, que engloba diversos programas, está na casa de R\$ 370 milhões, e questionou se todos os programas serão contemplados por esses R\$ 370 milhões ou esse valor faz parte de uma etapa da execução desses programas. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, respondeu que darão prioridade absoluta ao programa de revitalização e restauração de rodovias, programa de maior dispêndio de recursos, que também contempla o programa rodovia segura. Em relação às obras restauradas que se encontram em cidades com perfil turístico, afirmou que as obras atenderão esse perfil turístico. Informou que programas como pavimentação urbana e pavimentação rural, embora estejam dentro do programa do BNDES, também constituíram o PPA da Secretaria e do Deinfra, o que proporcionará à Secretaria uma diretriz e motivará a busca por recursos no governo federal. Acrescentou que farão programas para construção de pontes no interior do Estado, na área agrícola, e antecipou que licitarão uma grande quantidade de pontes, onde o Estado entrará com a superestrutura e os Municípios com as cabeceiras, diminuindo cerca de 60% o valor da ponte. Disse que estão prevendo, de forma emergencial, a recuperação das rodovias e que, ao longo dos anos, aportarão recursos do próprio orçamento para esses programas, além da parceria com o governo federal e com instituições financeiras. O senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, interpretou que os R\$ 370 milhões são um complemento daquilo que o Estado põe e revelou que achou o valor baixo dado o número significativo de projetos que estarão em execução. Mencionou que, como Prefeito, nunca teve a oportunidade de levar pavimentação urbana com aporte de recursos do governo do Estado para o interior do Estado, e questionou se a pavimentação rural estará vinculada ao BID ou correrá em paralelo com outros aportes de recursos. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, respondeu que incluirá rodovias no BID que tenham as características de acordo com a reformulação do projeto e que essas rodovias serão atendidas pelo orçamento da Secretaria, e comentou que será feito um pacote de orçamentos para otimizar esses recursos. Salientou que o orçamento do Estado, da Secretaria e do Deinfra chega a quatrocentos milhões, e com os recursos do governo federal chega a oitocentos milhões, sem contar os recursos do BNDES, do BID e de instituições internacionais. Frisou que com essas parcerias é possível realizar as obras. O senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal, disse que esse tipo de investimento encontra-se em Municípios onde o recurso financeiro é suficiente para atender a demanda de escoamento da produção e ofertar conforto para a região, e que as regiões que têm essa condição são as que fazem uso dos *royalties*, como a região de

Foz de Iguaçu - são raros os Municípios nessa condição. Dito isso, parabenizou a continuidade desse projeto importante para a região. Comentou quanto à conserva das rodovias estaduais, e sugeriu que se faça uma análise para atendimento imediato de ocorrências e manutenção das rodovias, conveniando um repasse mensal, ou anual, nos Municípios por quilômetro de execução de serviço. Parabenizou novamente a Secretaria pelos programas e adicionou que o Parlamento catarinense está à disposição para colaborar com a eficácia desses programas. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, que cumprimentou todos e externou seu contentamento pela forma objetiva e positiva com que foram relatados os programas que norteiam a infraestrutura das rodovias. Salientou que será um desafio grande tendo em vista que são mais de 2 mil quilômetros de estradas que se propõe revitalizar em quatro anos. Enalteceu que o fato de a Secretaria atender o apelo da Comissão, socializando a situação das rodovias, está muito bem pontuado. Pediu que a Secretaria disponibilizasse os programas à Comissão. Parabenizou a Secretaria pelos programas e colocou a Comissão à disposição no que for pertinente para eficiente execução desse projeto. O senhor Presidente perguntou, quanto à monta de R\$ 250 milhões do BID, se a contrapartida é um por um. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, respondeu que a contrapartida é de 30% do Estado. O senhor Presidente, sobre os 1,8 mil quilômetros de revitalização e 200 quilômetros de recuperação, perguntou qual a distinção entre eles. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, esclareceu que quando se trata de um eixo rodoviário e há necessidade de ampliar a capacidade de terceiras faixas, com travessia urbana, rótulas, estrutura do pavimento, condiz a uma restauração; e quando é um procedimento mais simplificado, não inclui a terceira faixa, mas melhora as condições da rodovia, mexe no pavimento mas não na estrutura do pavimento, condiz a uma revitalização, consequentemente a obra é mais barata. O engenheiro Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, adicionou que restauração é quando se frisa a capa asfáltica, colocando uma nova capa; e revitalização é quando se frisa aproximadamente 10% da capa asfáltica. Em termos de custo, disse que a restauração está orçada entre R\$ 500 mil e R\$ 800 mil o quilômetro; e a revitalização entre R\$ 120 mil e R\$ 200 mil o quilômetro. Frisou que a restauração pede um projeto de engenharia porque é aportado um recurso considerável e comentou que um asfalto novo varia de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2,5 milhões o quilômetro. O senhor Presidente registrou a presença de Libero Gonçalves Machado, representando a Deputada Estadual Angela Albino, e pediu maiores esclarecimentos sobre o anel de contorno viário de Criciúma, sobre o acesso de Treviso a Lauro Muller e sobre o projeto da rodovia Serramar. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, falou que essas obras estão contempladas no programa e desculpou-se por apresentá-las rapidamente. Disse que a via rápida é o acesso Criciúma - Içara a BR-101, maior acesso hoje à BR-101, a terceira rodovia mais movimentada no Estado, com 23 mil veículos por dia. Comentou que o anel de contorno a Criciúma está em obras; que o asfalto Laguna - Camacho terá a ordem de serviço lançada pelo governo do Estado durante o mês de maio; que a Ilha está com obras de duplicação na SC-401 e na SC-405; que na rodovia SC-401 passam 42 mil veículos por dia; que nas pontes Pedro Ivo e Colombo Salles passam 178 mil veículos por dia, e frisou que essas pontes foram projetadas para a passagem de 40 mil veículos por dia para cada uma, ou seja, oitenta mil veículos; que o trecho Treviso - Lauro Muller está em obras, mas suprimiram o trecho de Treviso, na comunidade de Forquilha, em função da construção da Usina Usitesc, por solicitação do departamento jurídico do Deinfra. O senhor Presidente questionou quantos mil quilômetros de rodovias não estão pavimentados e o senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, respondeu em torno de 1,6 mil quilômetros e adiantou que essa pavimentação entrará na manutenção. Citou as vertentes da manutenção, a saber: convênio Secretaria com Prefeituras; Secretaria com a Secretaria Regional; e Secretaria com o Deinfra. [Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz.] O senhor Presidente citou a Rodovia SC-445, que liga Siderópolis a Urussanga, saindo até a BR-101, comentando que essa rodovia está intransitável e a situação está preocupando os Prefeitos de Siderópolis e de Urussanga. Convidou os Prefeitos de Siderópolis e de Pedras Grandes para fazerem parte da mesa. O senhor Deputado Estadual Manoel Mota falou ao Secretário que como as estradas foram feitas há muito tempo não possui estrutura para resistir o trânsito de caminhões que carregam 40 toneladas e a cada dia as cargas se tornam mais pesadas, por isso, é necessário a recuperação na estrutura que vai receber o asfalto. Explanou que se preocupa com a questão do transporte, porém tem coisas que não concorda, como a circulação do rodo trem com 80 toneladas nas estradas estaduais. O senhor Presidente falou que trem é para andar em ferrovia e não em rodovias. Destacou que o objetivo da audiência é sobre o transporte rodoviário no Estado, mas aproveitando

a presença do presidente e do secretário do Deinfra, concederá a palavra ao senhor Douglas Gleen Warmling, Prefeito do Município de Siderópolis, que desejava boa-noite a todos. Esclareceu que está ali devido à rodovia SC-445, em relação à construção de uma terceira pista, de Siderópolis a Criciúma, contando que na quinta-feira a pista foi fechada de ambos os lados e os Municípios ficaram sem qualquer comunicação, por isso entende que essa conversa deveria ser realizada para que os transtornos fossem amenizados, salientando que no momento o único caminho que liga Criciúma a Siderópolis é por Treviso e está um verdadeiro caos. Dito isso, relatou que devido a esse problema os médicos plantonistas, o Programa de Saúde da Família (PSFs), os médicos que trabalham no Município não conseguem chegar ou chegam muito atrasados, até já comunicaram que enquanto a SC estiver fechada não vão mais, e os jovens que moram em Siderópolis e estudam em Criciúma estão chegando ao seu destino com atraso de duas ou três horas. Solicitou a participação na solução dos problemas porque estão usando duas vias municipais e rurais. Ressaltou que foi um fato ocasionado, nem conversaram com os órgãos competentes dos Municípios para, talvez, prepararem a rodovia em conjunto, a qual não acredita ser a solução. Afirmou que pretende sair dali com uma solução. Relatou que a empresa executora (Confer) está resistindo em relação à conversação, e sugeriu reabrir a discussão. Agradeceu a todos. O senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, confessou que está tomando conhecimento hoje dos problemas momentâneos, muito embora cause enorme problema para a população a obra não pode ocasionar transtorno total como o fechamento de uma rodovia. Explanou que vai dar toda a atenção para o caso. Pediu desculpas e afirmou que o objetivo é de melhorar as condições e que a solução definida vai acontecer, mas no momento vai procurar soluções para amenizar os problemas. O engenheiro Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, comunicou que a obra foi iniciada no ano passado e houve muitas dificuldades em relação à questão ambiental, expondo que a mais recente dificuldade foi a abertura de uma fenda no morro, mas que o geólogo está indo até o local para avaliar e se for preciso vão parar um pouco as obras e liberar a rodovia para diminuir o caos. Informou ainda que na quinta-feira os engenheiros vão ao local para tentar achar uma solução para os problemas com a Prefeitura e o Deinfra. O senhor Presidente agradeceu ao Paulo e passou a palavra ao senhor Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, que cumprimentou os presentes e fez agradecimentos às autoridades e àqueles que estão na audiência. Fez um breve histórico sobre a colonização no Município de Pedras Grandes, comentando que apesar de não haver estradas à época os italianos se instalaram e criaram suas famílias, por isso se orgulha de ser italiano. Comentou que o BID V está reivindicando a construção de uma rodovia, a Serramar, que ligará Laguna a Tubarão e de Tubarão vai até Lages, avaliando que essa estrada é muito importante devido ao escoamento da produção de aviários, de pêssego, de ameixa, de uva, de vinhos e outros produtos, sem contar o grande potencial turístico rural de Urussanga e Azambuja. Expôs ainda que o terreno a ser pavimentado é bom e são apenas 22 quilômetros de estradas. Pediu ao Secretário para analisar com carinho a reivindicação da rodovia que ligará várias comunidades como: Urussanga, Pedras Grandes, Azambuja e a comunidade Rancho dos Bugres. O senhor Presidente comunicou que a pedida é exatamente pela execução do projeto. O senhor Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, relatou que solicitou ao Secretário, em Pedras Grandes, um quilômetro de pavimentação urbana em Azambuja porque muitas pessoas moram ali e a falta de calçamento faz muita poeira. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário de Estado da Infraestrutura, que respondeu ao Prefeito Antônio Felipe que em homenagem à colônia italiana vão atender ao pedido. O senhor Presidente comunicou que um quilômetro da pavimentação da estrada está garantido, e em seguida concedeu a palavra ao engenheiro Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, que corroborou com a fala do Prefeito, Antônio Felipe Sobrinho, de Pedras Grandes, dizendo que realmente está em processo de licitação a pavimentação da rodovia de Orleans a Pedras Grandes. Esclareceu que a rodovia foi inserida no programa rodoviário do Deinfra e assim que sair o nome da empresa vencedora será feita a ordem de serviço. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, que relatou que com as fortes chuvas que ocorreram na região as pontes de madeira não resistiram, então solicitou a angariação de recursos para construir pontes de concreto. O engenheiro Paulo Roberto Meller, presidente do Deinfra, explanou que o volume de estragos causados pelas chuvas em rodovias estaduais foi próximo a R\$ 80 milhões. O senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Manoel Mota, que narrou que a região foi a que mais sofreu com as chuvas, que o pleito dos Prefeitos é viável, mas é preciso buscar parcerias. Agradeceu a todos. O senhor Presidente aclarou que cabe aos Parlamentares aperfeiçoar a legislação, as demandas e as necessidades e cobrar. Agradeceu a todos e encerrou a audiência Pública. [Taquígrafa-revisora: Jacqueline de O.V Bitencourt]

DEPUTADO VALMIR COMIN

PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 13ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 07 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas do dia sete de junho do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Elizeu Mattos, Luiz Eduardo Cherem, Joares Ponticelli, Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 12ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0015./2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0163.8/2011 e 0360.0/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0114.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei Complementar de nº 0017.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0126.3/2011 e 0036.2/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0164.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0071.5/2009, exarou parecer contrário à emenda, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Luiz Eduardo Cherem. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0115.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou os Projetos de Lei de nº 0116.1/2011 e 0173.0/2011 exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0146.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 0120.8/2009, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0315.6/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; o Projeto de Lei de nº 0009.0/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução de nº 007.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0124.1/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0030.7/2011 e 0154.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 0018.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Luiz Eduardo Cherem** relatou o Projeto de Lei de nº 0070.4/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0161.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei Ascari e os Projetos de Lei de nº 0168.2/2011 e 0166.0/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou os Projetos de Lei de nºs 0156.9/2011 e 0157.0/2011 exarou pareceres favoráveis, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei de nº 0173.0/2011, exarou parecer pela

diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0183.1/2011, 0144.5/2011, 0194.4/2011, 0358.6/2010 e 0188.6/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 0019.7/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global e subemenda aditiva, supressiva e modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MESSAGEM Nº 122

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a realizar, gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria-Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER: PAR 0140/11

PROCESSO: PPG 00002443/2011

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: ANÁLISE DO AUTOGRAFO APROVADO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR GRATUITAMENTE, CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA DE SEQUELAS EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "AMPLIAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. CRIAÇÃO DE DESPESAS. INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DO PROJETO DE LEI.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Diretor de Assuntos Legislativos, da Secretaria de Estado da Casa Civil, solicitou a Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação a respeito da matéria tratada no autógrafo, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências."

O Projeto de Lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa e encaminhado ao Senhor Governador do Estado para atender ao disposto no art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, *verbis*:

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo

de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto."

O Autógrafo do Projeto de Lei nº 029/2011, em exame, autoriza o Poder Executivo a realizar gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência sexual ou doméstica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Para isso, o Poder Executivo deverá arcar com os custos totais das cirurgias, bem como com toda a medicação, exames e tratamentos necessários antes e após os procedimentos cirúrgicos, correndo à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Saúde, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário (art. 3º). Ainda, na forma do disposto no art. 2º, o referido benefício será concedido por violência configurada por constrangimento registrado em boletim de ocorrências e laudo do exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal que constatou a violência sofrida e laudo médico que determine a reparação da área a ser submetida à cirurgia plástica.

Conforme o art. 4º, do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, no prazo de noventa dias da data da publicação da Lei, o Poder Executivo deverá regulamentar a lei.

Ao estabelecer prazo e atribuições ao Poder Executivo estadual, o Poder Legislativo está, na realidade, interferindo nas atribuições privativas do Governador do Estado.

Não obstante a relevância da matéria, fundamental consignar que para a execução da lei será necessário que a Administração Pública estadual, ou melhor, o Poder Executivo organize equipe técnica especializada em elaborar laudo médico que determine a cirurgia plástica, bem como em realizar a cirurgia plástica, atividades previstas no texto normativo, o que significa criar novas funções e cargos públicos, nomear pessoal, além de exigir a destinação de recursos financeiros para cumprimento material da norma.

Em assunto semelhante, foi emitido nesta PGE o Parecer nº 412/07, nos autos do Processo PPG 6765/076, da lavra do Procurador, Dr. Silvio Varela Júnior, o que peço vênha para transcrever, aproveitando para adotá-lo como razões de meu entendimento:

"O que caracteriza um órgão público da Administração Direta é a existência de agentes públicos e de certas competências administrativas a serem exercidas.

Nesse sentido é a definição de Hely Lopes Meirelles. Para ele os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª ed., ano 2000, pág. 62/63).

O órgão público é tanto a parcela mais abrangente da administração, que são as Secretarias de Estado, quanto os seus segmentos menos expressivos, tais como as diretorias, gerências, setores e serviços.

Então, quando se cria um serviço, que é a menor parcela de um órgão, este procedimento equivale ao processo de criação de órgão público, cuja iniciativa de lei é da competência exclusiva do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da CF).

As atribuições que decorrem do Autógrafo do Projeto de Lei nº 067/07 representa a criação de parte de um serviço, que irá se incorporar ao órgão existente, de sorte que essa ampliação tem por consequência o surgimento de nova unidade de ação do órgão.

Nesse contexto, a medida legislativa ora aprovada, por ter criado uma parte das atribuições de órgão público, deveria ter observado a regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, que reproduz as disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

"Art 61 -

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente as leis que:

..... II - disponham sobre:

..... "

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art. 84, inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
 VI- dispor, mediante decreto, sobre:

.....
 a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação de órgãos públicos;"
 A matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rei. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rei. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rei. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

Ademais, a medida legislativa proposta implica na modificação da estrutura de funcionamento do órgão e na mobilização de servidores para a realização das novas atividades, que exige a destinação de recursos financeiros, gerando aumento de despesa pública, o que constitui afronta ao art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Constituição Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais.

Nesse aspecto, os recursos do orçamento já possuem uma destinação específica, sendo que a criação de novas despesas estaria na dependência de uma suplementação da dotação do orçamento do Poder Executivo, o que não afasta o defeito de inconstitucionalidade, porquanto haverá despesas que superam os atuais créditos orçamentários.

Em suma, O projeto contém vício de inconstitucionalidade pelo simples fato de criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária, afrontando as disposições do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e art. 123, inciso III, da Carta Estadual.

Portanto, além da instituição de despesa, a proposição também incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que a iniciativa para propor leis que discorram sobre a criação de órgãos públicos ou parcela de suas atribuições está afeta exclusivamente ao Governador do Estado, conforme se depreende do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Magna, e no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Por menor e mais simples que seja tarefa criada pela lei, não há se negar a ocorrência de ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), porquanto houve a criação de um encargo novo, cuja execução foi incumbida aos órgãos do Poder Executivo por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Em que pesem a relevância da matéria, aliado aos bons propósitos do autor da proposição, a mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleçam conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de afastar tal vício de inconstitucionalidade, que compromete a eficácia da norma legal."

De outra parte, vale acrescentar que ainda que a norma consignada no art. I, do Projeto de Lei seja meramente autorizativa, essa condição não afasta o vício de inconstitucionalidade, levando-se em conta que a opção pelo cumprimento ou não da lei tornaria tal norma inócua ou decorativa, o que é incompatível com o princípio da legalidade.

Aliás, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já enfrentou essa questão relativa às leis meramente autorizativas, oportunidade em que reconheceu a inconstitucionalidade dessas normas, nos termos da ementa da Adin nº 596.114.090:

"LEI AUTORIZATIVA. PADECE DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. POR VICIO DE ORIGEM, A LEI QUE, A PRETEXTO DE SIMPLEMENTE AUTORIZAR O EXECUTIVO A DETERMINADO AGIR, VERSA MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE".

Por fim, cumpre registrar que o Estado de Santa Catarina participa do Sistema Único de Saúde (SUS), um modelo de gestão nacional que conta com a transferência intergovernamental de recursos financeiros para as ações e serviços públicos da saúde, todos previstos e regulamentados por normas, portarias, convênios e outros, incluindo-se a previsão de cirurgias reparadoras de seqüelas, ora em estudo. Assim, frise-se: a proposição originária do Poder Legislativo tem previsão no SUS, tornando-se, também por isso, inócua ou decorativa.

Diante do exposto, face às inconstitucionalidades suscitadas, recomenda-se o veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 029/2011, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Essas são as razões jurídicas que coloco à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 27 de maio de 2011.

Ana Claudia Allet Aguiar

Procuradora do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO : PPG 244312011.

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Análise do autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "autoriza o Poder Executivo a realizar gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência adota outras providências". Ampliação das atribuições da Administração Pública Estadual. Criação de despesas. Iniciativa do chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade formal do projeto de lei.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com o Parecer da Procuradora do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar às fis. 27 a 32.

À vossa consideração.

Florianópolis, 27 de maio de 2011.

Loreno Weissheimer

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PGE nº 2443/2011

Assunto: Análise de autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "autoriza o Poder Executivo a realizar gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências". Ampliação das atribuições da Administração Pública Estadual. Criação de despesas. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade formal do projeto de lei.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer nº 0140/11** de fls. 27/32, da lavra da Procuradora do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Loreno Weissheimer às fls. 33.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil. Após, arquite-se.

Florianópolis, 30 de maio de 2011.

NELSON ANTÔNIO SERPA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 029/2011

Autoriza o Poder Executivo a realizar, gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar, gratuitamente, cirurgias plásticas reparadoras de sequelas em mulheres vítimas de violência sexual ou doméstica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, o Poder Executivo arcará com os custos totais das cirurgias, bem como com toda a medicação, exames e tratamentos necessários antes e após os procedimentos cirúrgicos.

Art. 2º O benefício será concedido por violência configurada por constrangimento registrado em boletim de ocorrência e laudo do exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal que constatou a violência sofrida, e laudo médico que determine a reparação da área a ser submetida à cirurgia plástica.

Art. 3º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Saúde, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas, se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de maio de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4ª Secretária

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 123

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria-Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer nº PAR 0141/11

Processo nº. PGE 2372/2011

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo. Projeto de Iniciativa parlamentar. Instituição de encargo para empresas de concessionárias de serviço de telecomunicação - art. 21, inc. XI, da CF/88. Competência privativa da União - art. 22, inc. IV, da CF/88. Ofensa ao princípio da livre iniciativa - art. 170, da CF/88. Violação de preceitos Constitucionais. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo a solicitação contida no Ofício nº 241/SCC-DIAL-GEMAT, de 16 de maio de 2011, a Secretaria de Estado da Casa Civil, por meio da Diretoria de Assuntos Legislativos, pede a manifestação desta Procuradoria sobre a matéria tratada no Autógrafo do Projeto de Lei nº 194/09, de iniciativa parlamentar, que "**Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina**".

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "*verbis*":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - *Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembléia os motivos do veto*".

A medida legislativa ora em exame impõe a execução de encargo pelas emissoras de televisão e empresas jornalísticas, qual seja: a divulgação de fotos de crianças desaparecidas.

Em que pese a relevância da matéria, o Estado não tem competência para obrigar as empresas jornalísticas que procedam a divulgação gratuita de fotografias, sendo que, se ainda assim o fizer, estará ofendendo ao princípio da livre iniciativa insculpido no art. 170, da Constituição Federal.

Os mesmos fundamentos que impedem o Estado de interferir na atividade econômica, também constituem empecilho para que assim o faça em relação às empresas jornalísticas, principalmente pelo fato de que a imposição de ônus ao setor privado, decorrente da realização de serviço de publicação diária de fotografias, não está inserido na faculdade discricionária do Estado.

"*Mutatis mutandis*", é o que se infere da decisão proferida pelo STF:

"*A intervenção estatal na economia, mediante regulamentação e regulação de setores econômicos, faz-se com respeito aos princípios e fundamentos da Ordem Econômica. CF, art. 170. O princípio da livre iniciativa é fundamento da República e da Ordem econômica: CF, art. 1º, IV; art. 170. Fixação de preços em valores abaixo da realidade e em desconformidade com a legislação aplicável ao setor: empecilho ao livre exercício da atividade econômica, com desrespeito ao princípio da livre iniciativa.*" (RE 422.941, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 5-12-2005, Segunda Turma, DJ de 24-3-2006. No mesmo sentido: AI 683.098-AgrR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 1º-6-2010, Segunda Turma, DJ de 25-6-2010).

Além disso, a imposição dessa medida as empresas jornalísticas importa em responsabilidade objetiva do Estado de indenizar a pessoa jurídica de direito privado. Nesse aspecto, o Autógrafo do Projeto de Lei nº 194/09 tem a sua validade comprometida diante das disposições do art. 167, inciso I, da Constituição Federal, pois tal norma não estabeleceu a fonte de custeio, nem indica qual órgão será responsável pela sua execução.

Assim sendo, essa medida de caráter impositivo é incompatível com o princípio da livre iniciativa, que rege as atividades econômicas, tal como se caracterizam as empresas jornalísticas, pois também são objeto de especulação lucrativa.

No tocante as emissoras de televisão, tratam-se de empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicação e radiofusão, cujo Poder concedente é a União, nos termos do art. 21, inciso XI, da Constituição Federal.

"Art. 21. Compete à União:

.....
 XI - *explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;*

.....
 Sob outra ótica, verifica-se que somente a União pode legislar sobre telecomunicação e radiofusão, consoante dispõe o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
 IV - *águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;*

.....
 Daí é fácil deduzir que o Estado não tem competência para legislar sobre a matéria, nem criar obrigação não prevista nos respectivos contratos de concessão do serviço público de telecomunicação e radiofusão.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou reiteradas vezes no sentido de declarar inconstitucional a lei estadual

que vier impor obrigações às empresas concessionárias de serviços afetas a União, conforme consta da ementa das seguintes decisões:

"Por reputar usurpada a competência legislativa privativa da União (CF, arts. 21, XI; 22, IV; e 175), o Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação direta proposta pelo governador do Distrito Federal para declarar a inconstitucionalidade da Lei distrital 3.426/2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias, prestadoras de serviços de telefonia fixa, individualizarem, nas faturas, as informações que especificam, sob pena de multa, e dá outras providências (...). Reiteraram-se os fundamentos expendidos quando do julgamento da medida cautelar." (ADI 3.322, Rei. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 2-12-2010, Plenário, Informativo 611. No mesmo sentido: ADI 3.846, Rei. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 25-11-2010, Plenário, Informativo 610).

"A Lei distrital 4.116/2008 proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet. O art. 21, XI, da Constituição da República estabelece que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, enquanto o art. 22, IV, da Constituição da República dispõe ser da competência privativa da União legislar sobre telecomunicações. Ainda que ao argumento de defesa do consumidor, não pode lei distrital impor a uma concessionária federal novas obrigações não antes previstas no contrato por ela firmado com a União." (ADI 4.083, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 25-11-2010, Plenário, DJE de 14-12-2010).

"A Lei distrital 3.596 é inconstitucional, visto que dispõe sobre matéria de competência da União, criando obrigação não prevista nos respectivos contratos de concessão do serviço público, a serem cumpridas pelas concessionárias de telefonia fixa - art. 22, IV, da Constituição do Brasil." (ADI 3.533, Rei. Min. Eros Grau, julgamento em 2-8-2006, Plenário, DJ de 6-10-2006.)

Em caso semelhante, o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar para suspender a eficácia da Lei Estadual nº 11.908/2001, nos seguintes termos:

"CONSTITUCIONAL. PROJETO DE LEI ESTADUAL DE ORIGEM PARLAMENTAR. VETO TOTAL. PROMULGAÇÃO DA LEI PELA ASSEMBLÉIA. NORMA QUE DISCIPLINA FORMA E CONDIÇÕES DE COBRANÇA PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES. MATÉRIA PRIVATIVA DA UNIÃO. OFENSA AO ART. 21, XI, DA CF. LIMINAR DEFERIDA". (ADI 2615 MC/SC-SANTA CATARINA).

Em suma, o Autógrafo do Projeto de Lei nº 194/09, ao instituir "a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina", incorreu em violação as disposições do art. 21, inc. XI, art. 22, inc. IV e art. 170, todos da Constituição Federal.

A mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleça conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de retirá-lo do ordenamento jurídico, porque há vício de inconstitucionalidade que compromete a sua eficácia, impondo, assim, a recomendação de veto governamental.

É importante registrar que o poder de veto não está sujeito ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou se revela contrária ao interesse público.

O poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Em síntese, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricionariedade ou ao juízo político do Governador do Estado, devendo prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Isto posto, a medida legislativa aprovada viola o disposto nos arts. 21, inc. XI, 22, Inc. IV e 170 da Constituição Federal, razão pela qual recomendamos a aposição de veto total às disposições do Autógrafo do Projeto de Lei nº 194/09.

Este é o parecer que submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 24 de maio de 2011.

Silvio Varela Júnior
Procurador Administrativo

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA**

PROCESSO: PGE 2372/2011

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo. Projeto de iniciativa parlamentar. Instituição de encargo para empresas concessionárias de serviço de telecomunicação - art. 21, inc. XI, da CF/88. Competência privativa da União - art. 22, inc. IV, da CF/88. Ofensa ao princípio da livre iniciativa - art. 170, da CF/88. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral do Estado

De acordo com o parecer do Procurador Administrativo Silvio Varela Junior às fis. 34 a 39.

À vossa consideração.

Florianópolis, 25 maio de 2011.

Loreno Weissheimer

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PGE nº 2372/2011**

Assunto: Autógrafo. Projeto de iniciativa parlamentar. Instituição de encargo para empresas de concessionárias de serviço de telecomunicação. Competência privativa da União. Ofensa ao princípio da livre iniciativa. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

DESPACHO

01. Acolho o Parecer nº 0141/11 de fis. 34/39, da lavra do Procurador Administrativo Silvio Varela Junior, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Loreno Weissheimer às fis. 40.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil. Após, archive-se.

Florianópolis, 30 de maio de 2011.

NELSON ANTONIO SERPA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 194/09

Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Parágrafo único. Na imagem deverá constar o nome da criança e o Disque Denúncia 100.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA -VERDE, em Florianópolis, 11 de maio de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 254/11

BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ-83.506.030/0001-00

Concórdia, SC - 01 de junho de 2011

Ao:

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezados Senhores,

Em função desta Entidade, possuir o Título de Utilidade Pública Estadual e de acordo com a Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando a prestação de contas, referente ao exercício de 2009, da Beneficência Camiliana do Sul, composta da seguinte documentação:

I. Relatório de atividades do exercício anterior;

II. Atestado de funcionamento atualizado

III. Certidão Atualizada do registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV. Balancete contábil

Atenciosamente

Carlos Alberto Robini

Diretor Regional

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 255/11**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE PERITIBA**

CNPJ-78.478.559/0001-19

Peritiba, SC - 01 de junho de 2011

Ao:

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Prezados Senhores,

Em função desta Entidade, possuir o Título de Utilidade Pública Estadual e de acordo com a Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando a prestação de contas, referente ao exercício de 2009, da Associação Beneficente Hospitalar de Peritiba, composta da seguinte documentação:

I. Relatório de atividades do exercício anterior;

II. Atestado de funcionamento atualizado

III. Certidão Atualizada do registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV. Balancete contábil

Atenciosamente

Tiago A. Cesco

Administrador

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 256/11**Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**

Ofício CBVJ - Adm. 038/2011

Joinville, 1º de Junho de 2011.

Ilmo. Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga-Verde - R. Doutor Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Assunto: Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual

Excelentíssimo Sr.

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos anexo a este ofício os documentos necessários da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, manifestamos nossos votos de estima e apreço e despedimo-nos mui

Atenciosamente

Luiz Carlos da Silva Leite

Diretor Executivo

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 257/11**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE FLORIANÓPOLIS**

Ofício nº 026/2011

Florianópolis (SC), 27 de Maio de 2011.

Ilmo. Sr. Deputado

JAILSON LIMA

Primeiro Secretário da ALESC

Palácio Barriga-Verde - R. Doutor Jorge Luz Fontes, 310

Nesta

Senhor Deputado,

Conforme todos os anos, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis vem apresentar o Relatório de Atividades Anual, referente ao ano de 2010.

Na certeza de contarmos com sua atenção e colaboração, apresentamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente

MÁRCIA HELENA BLINI BARBOSA

Presidente da RFCC - Florianópolis

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 258/11**INSTITUTO DE REABILITAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO - IRPH**

CNPJ Nº 00.695.563/0001-41

Joinville, 25 de maio de 2011.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

O Instituto de Reabilitação do Potencial Humano vem solicitar junto a essa Assembleia a análise da documentação enviada para a renovação da Utilidade Pública Estadual para 2011.

Atenciosamente

Ana Destéfani Duffeck

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 259/11**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

FONE/FAX: (**49) 3664-1261

Rua Presidente Jucelino, 215 - CEP 89.874-000 MARAVILHA - Santa Catarina

Ofício nº 49/02011

Maravilha, 03 de junho de 2011.

Ilmo Sr

Presidente da Assembleia Legislativa

Deputado Gelson Merísio

Palácio Barriga Verde

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Estamos enviando em anexo a este os documentos abaixo relacionados da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha, referente à prestação de contas/2010 da Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 15.125:

- Relatório Anual de Atividades - 2010;

- Atestado de Funcionamento da APAE;

- Certidão Atualizada de registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

- Balancete Contábil/2010.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Cordialmente,

Doraci Folisick

Presidente da APAE

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 260/11**AMAPEC****SÃO MIGUEL DO ESTE - SANTA ACATARINA****Associação Migueloestina de Apoio às Pessoas Carentes - AMAPEC.****Fundada em: 10/04/1985 - CGC: 78.483.468/0001-71****Registro CNAS nº 28995.000948/94-91**

São Miguel do Oeste (SC), 27 de maio de 2011.

EXMO Sr.

DEPUTADO

Primeiro Secretário

Senhor Deputado.

Remeto a Vossa Senhoria o relatório de atividades referentes ao ano de 2010, em cumprimento à Lei nº 15.125.

Sendo que se apresenta no momento, externamos aqui protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FRANCISCO SEDEI OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 261/11**ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CURITIBANOS**

ABCC Of. Nº 005/2011.

Curitibanos, 26 de maio de 2011.

Excelentíssimo Sr.

GELSON MERÍSIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Sr.

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, solicito que seja alterada a Lei Estadual de nº 11.321 de 28 de dezembro de 1999 a qual declara esta entidade como de utilidade pública. Tal alteração refere-se a mudança da denominação "Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Curitibanos", CNPJ 03.481.229/0001-83, com endereço para correspondência na Rua Altino Gonçalves de Farias, 1500, São Francisco - Curitibanos.

Seguem em anexo: a cópia da ata e da alteração do estatuto registradas em cartório, a lei de utilidade pública municipal e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, atualizada.

Pede deferimento,

ULYSSES GABOARDI FILHO

Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Curitibanos

*Lido no Expediente**Sessão de 08/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 262/11
ASSOCIAÇÃO OPÇÃO DE VIDA

Ofício nr. 067/2011 Joinville, 12 de abril de 2011.
Coordenadoria de Expediente
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Com nossos cumprimentos, a **Associação Opção de Vida**, vem encaminhar prestação de contas para manutenção da Utilidade Pública Estadual - Lei nr. 12.182, de 2007.

Relação de documentos:

1. Balanço Social/DRE ano 2010;
2. Relatório de Atividades 2010;
3. Estatuto social, atas de eleição da diretoria
4. Antecedentes criminais dos Diretores

Atenciosamente,
Vilma Ocker de Castro
Presidente - APRAT

Lido no Expediente
Sessão de 08/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 263/11
LBV

Florianópolis, 06 de junho de 2011.
Excelentíssimo Senhor
Gelson Merísio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Prezado Senhor,
Encaminhamos por meio deste a documentação do exercício 2010 exigida através da lei nº 15.125 de 19/01/2010, cujo objetivo, manter a inscrição de utilidade pública estadual em dia nesta casa.

Sergio Antenor Morello
Gerente Administrativo da LBV
(48) 3271-4300

Lido no Expediente
Sessão de 09/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 264/11
AHT - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS

Ofício nº 21/2011 Tunápolis, 25 de maio de 2011.
Exmo
GELSON MERÍSIO
DD. Presidente da Assembleia Legislativa SC
Conforme Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, a Associação Hospitalar de Tunápolis vem por meio desta apresentar:

- I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - Atestado de funcionamento;
 - III - Certidão atualizada do registro da Entidade em Cartório de Pessoa Jurídica;
- Certos em termos atendido o disposto no art. 3º desta lei, solicitamos o envio da Certidão de Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,
Alcides Luís Hofer
Presidente A.H.T.
Lido no Expediente
Sessão de 09/06/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2209, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE**, matrícula nº 6125, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2210, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVANDRO ZANELLA, matrícula nº 6354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2211, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA DENISE LO BOSCO GIACOMAZZI**, matrícula nº 5569, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 8 de junho de 2011 (Gab Dep Gelson Merísio).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2212, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RICARDO DE MARCO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merísio).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2213, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARLI FRONZA ZLUHAN**, matrícula nº 6769, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2214, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEANDRO DE ABREU RAFAELI**, matrícula nº 6251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2215, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEANDRO DE ABREU RAFAELI, matrícula nº 6251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2216, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GREICI SOUZA**, matrícula nº 4295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2217, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GREICI SOUZA, matrícula nº 4295, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2218, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MILENE LOPES MACIEL**, matrícula nº 6719, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2219, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCOS FERREIRA**, matrícula nº 6583, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2220, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RUI BUSSOLO**, matrícula nº 3441, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2221, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RUI BUSSOLO, matrícula nº 3441, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2222, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **IRACEMA VERGINIA MARTINS**, matrícula nº 1463, na Gerência de Protocolo. DA - Coordenadoria de Serviços Gerais..

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2223, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSE AGRICIO GONÇALVES**, matrícula nº 1564, na Coordenadoria das Comissões.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2224, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0812/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **GUILHERME MONDARDO JUNIOR**, matrícula nº 4835, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 23 de maio de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2225, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ZENIR MARIA FIGUEIREDO**, matrícula nº 6080, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de junho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2226, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZENIR MARIA FIGUEIREDO, matrícula nº 6080, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de junho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2227, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROGERIO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2228, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SABRINA PRUNER CRESPI BORJA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2229, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2230, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VENDELIN BOSIO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2231, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUIZ FANTINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2232, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MILTON DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2233, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PAULINA COELHO HARLE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2234, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IVAN TORRESANI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2235, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA SALETE ULLER, matrícula nº 3128, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2236, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VILSON BOHN, matrícula nº 3551, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2237, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAURO CESAR PORTALETE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2238, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PAULO MARTINS**, matrícula nº 4523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de junho de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2239, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO MARTINS, matrícula nº 4523, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de junho de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2240, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANELIA MARIA MARTINS**, matrícula nº 6244, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2241, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, matrícula nº 6244, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2242, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **OLAVO TURCATO**, matrícula nº 3579, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2243, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OLAVO TURCATO, matrícula nº 3579, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2244, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DARCI KLUMB, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2245, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2154	ADRIANO RIBEIRO CARGNIN	16/05/06	15/05/11	814/2011
1394	VANOIR GUAREZI ZACARN	18/05/06	17/05/11	815/2011
1608	CLÁUDIA REGINA DO NASCIMENTO	03/05/04	24/05/11	817/2011
619	ROSÂNGELA BITTENCOURT	24/05/06	23/05/11	818/2011

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2246, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **OSMAR DOS SANTOS**, matrícula nº 6081, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2247, de 09 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JÂNIO MENDONÇA**, matrícula nº 1258, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, no Gabinete do Deputado Aldo Schneider.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 202/11

Declara de Utilidade Pública a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST, com sede no Município de Tunápolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

JUSTIFICATIVA

Tomou a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 203/11

Altera a Lei nº 11.881, de 6 de setembro de 2001, que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Balneário Barra do Sul.

Art. 1º A Lei nº 11.881, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário Barra do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário Barra do Sul, com sede no município de Balneário Barra do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º -A. A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 11.881, de 6 de setembro de 2001, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 204/11

Declara de utilidade pública a Associação Itajaiense de Kung-Fu, de Itajaí..

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Itajaiense de Kung-Fu, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a utilidade pública a Associação Itajaiense de Kung-Fu, com sede no município de Itajaí.

A referida entidade tem por finalidade dirigir, desenvolver, orientar e difundir o estilo FEI-HÓK-PHAI no município de Itajaí, por meio da organização, direção e fiscalização de campeonatos e torneios, de acordo com as regras reconhecidas pela AIKF, entre outras.

Assim diante dos propósitos em que se pauta a Associação, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 205/11

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa, Esportiva Futsamba, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa, Esportiva Futsamba, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Recreativa, Esportiva Futsamba, com sede no município de São José.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade a congregação entre o futebol, o samba e o desenvolvimento de seus associados, compreendendo o caráter esportivo, cultural, social, beneficente e de lazer naquele Município, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 206/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 125

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Descanso".

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 100/11

Florianópolis, 28 de abril de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Descanso, o imóvel com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 11.515 no Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste e cadastrado sob nº 4292 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade a instalação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, por parte do Município.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0206.5/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Descanso.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Descanso o imóvel com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 11.515 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel d'Oeste e cadastrado sob o nº 4292 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS por parte do Município de Descanso.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 207/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 126

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Gravatal".

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 37/11

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação do Sr. Ronaldo Corrêa lung e da Sra. Rozinete Crescêncio lung, no Município de Gravatal, o imóvel com área de 875,00 m² (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 542 no Registro de Imóveis da Comarca de Armazém.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a construção e instalação da Companhia de Polícia Militar, no Município de Gravatal.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0207.3/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Gravatal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Sr. Ronaldo Corrêa lung e da Sra. Rozinete Crescêncio lung, o imóvel com área de 875,00 m² (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitoria, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 542 no Ofício Registro de Imóveis e Hipotecas e Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a construção e instalação da Companhia de Polícia Militar no Município de Gravatal.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 208/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 127

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Apiúna".

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
 GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 93/11

Florianópolis, 25 de abril de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Apiúna, uma área de terras contendo 38.000,00 m² (trinta e oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob os nºs 2.668, 2.714, 2.713, 2.665, 2.664 e 2.669 no Registro de Imóveis da Comarca de Indaial e cadastrada sob nº 03452 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estrado da Administração.

A presente doação tem por finalidade a instalação de um espaço esportivo de lazer e entretenimento para a comunidade local, por parte do Município de Apiúna.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0208.4/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Apiúna.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, autorizado a desafetar e doar ao Município de Apiúna uma área de terras contendo 38.000,00 m² (trinta e oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob os nºs 2.663, 2.664, 2.665, 2.668, 2.669, 2.713 e 2.714 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial e cadastrada sob o nº 03452 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação de um espaço esportivo, de lazer e entretenimento para a comunidade local por parte do Município de Apiúna.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº 14.614, de 07 de janeiro de 2009.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 209/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 128

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
 GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 25/11

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a conceder o uso oneroso e a exploração remunerada do imóvel constituído, por uma área com 43.738,00 m² (quarenta e três mil, setecentos e trinta e oito metros quadrados), no Município de Florianópolis, parte do imóvel onde se encontra instalado o Parque do Rio Vermelho, matriculado sob o nºs 36.126 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, e cadastrada sob nº 02833 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estrado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo criar condições para exploração de serviços de camping, restaurantes e mercearia no Camping do Rio Vermelho.

O Parque Estadual do Rio Vermelho é uma unidade de conservação de proteção integral, na qual é possível o desenvolvimento de atividades de recreação e turismo ecológico, sendo que a visitação pública está sujeita a normas estabelecidas pelo órgão responsável pela sua administração.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0209.5/2011

Autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado autorizado a conceder o uso oneroso e a exploração remunerada do imóvel constituído por uma área com 43.738,00 m² (quarenta e três mil, setecentos e trinta e oito metros quadrados), no Município de Florianópolis, que é parte integrante do imóvel onde se encontra instalado o Parque do Rio Vermelho, matriculado sob o nº 36.126 no 2º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 02833 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A concessão de uso será efetuada após a realização do procedimento licitatório, a ser deflagrado pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo criar condições para a exploração de serviços de camping, restaurante e mercearia no Camping do Rio Vermelho.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, a mesma será revogada total ou parcialmente, conforme a necessidade.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou o término do prazo da concessão de uso, o imóvel e as benfeitorias passam ao domínio do Estado.

Parágrafo único. O direito de indenização ao concessionário será estabelecido no contrato e ocorrerá somente nos casos de reversão antecipada por interesse exclusivo do Estado.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão, sem direito a indenização e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Após realizado o procedimento licitatório, será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º Os recursos gerados pela concessão de uso de que trata esta Lei deverão constituir o Fundo Patrimonial, geridos e aplicados conforme suas diretrizes.

Art. 10. O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 210/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 128

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóveis no Município de Chapecó".

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 03/11

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Chapecó, os seguintes imóveis:

I - um imóvel, onde se encontram instalada a unidade sanitária Cristo Rei, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), contendo benfeitorias de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), matriculado sob nº 40.401 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00636 no Sistema de Gestão Patrimonial de Estado da Administração.

II - um imóvel, onde se encontra instalada a unidade sanitária Norte, com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), contendo benfeitorias de 668,35 m² (seiscentos e sessenta e oito metros e trinta e cinco decímetros quadrados), matriculado sob nº 1.368 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob nº 00637 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

III - um imóvel, onde se encontra instalada a unidade sanitária Santo Antônio, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), contendo benfeitorias de 149,70 m² (cento e quarenta e nove metros e setenta decímetros quadrados), matriculado sob nº 42.882 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob nº 01380 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação, tendo em vista que os serviços da área da saúde foram municipalizados.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0210.9/2011

Autoriza a doação de imóveis no Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Chapecó os seguintes imóveis:

I - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Cristo Rei, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), contendo benfeitoria de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), matriculado sob o nº 40.401 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00636 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

II - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Norte, com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), contendo benfeitoria de 668,35 m² (seiscentos e sessenta e oito metros e trinta e cinco decímetros quadrados), matriculado sob o nº 1.368 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00637 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; e

III - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Santo Antônio, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), contendo benfeitoria de 149,70 m² (cento e quarenta e nove metros e setenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 42.882 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 01380 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação, tendo em vista que os serviços da área da saúde foram municipalizados.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 211/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 130

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que "Altera o art. 2º da Lei nº 15.042, de 30 de dezembro de 2009, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itapiranga.

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 12/2011

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei nº 15.042, de 2009, que autoriza a doação de imóvel para o Município de Itapiranga.

A presente doação tem por finalidade possibilitar a implantação do Centro de Referência de Assistência Social, por parte do Município de Itapiranga.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0211.0/2011

Altera o art. 2º da Lei nº 15.042, de 30 de dezembro de 2009, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itapiranga.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 15.042, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade possibilitar a implantação do Centro de Referência de Assistência Social por parte do Município de Itapiranga.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 212/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 131

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Administração, o projeto de lei que “Altera dispositivos da Lei nº 14.093, de 17 de setembro de 2007, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Canoinhas.

Florianópolis, 31 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 107/2011

Florianópolis, 11 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei nº 14.093, de 2007, que autoriza a cessão de uso de imóvel para o Município de Canoinhas.

A presente alteração tem por finalidade a ampliação do espaço destinado à instalação do pólo de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0212.0/2011

Altera dispositivos da Lei nº 14.093, de 17 de setembro de 2007, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Canoinhas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.093, de 17 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Canoinhas, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso gratuito de 6 (seis) salas de aula, 2 (dois) banheiros, uma cozinha, (1) um laboratório químico e o compartilhamento do salão nobre, onde se encontra instalada a EEB. Santa Cruz, matriculado sob o nº 38.929 no Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas e cadastrado sob o nº 03317 na Secretaria de Estado da Administração”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 213/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 132

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que “Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Água Doce”.

Florianópolis, 31 de maio de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 111/11

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação, do Município de Água Doce, o imóvel com área de 442,00 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.192 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como objetivo viabilizar a construção do Quartel da Polícia Militar de Água Doce.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0213.1/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Água Doce.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Água Doce, o imóvel com área de 442 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados), sem benfeitoria, matriculado sob o nº 13.192 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção do Quartel da Polícia Militar de Água Doce, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.826, de 10 de novembro de 2009.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 214/11**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 133**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Carlos".

Florianópolis, 31 de maio de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 112/11 Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação, do Município de São Carlos, o imóvel com área de 2.508,64 m² (dois mil, quinhentos e oito metros e sessenta quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 12.331 no Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como objetivo a construção e instalação do Pelotão da Polícia Militar do Município de São Carlos.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0214.2/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Carlos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São Carlos, o imóvel com área de 2.508,64 m² (dois mil, quinhentos e oito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 12.331 no Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção do Pelotão da Polícia Militar de São Carlos, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.633, de 04 de abril de 2011.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 215/11**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 134**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Porto União".

Florianópolis, 31 de maio de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 120/11**

Florianópolis, 20 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Porto União, pelo prazo de quatro anos, o uso gratuito de uma sala de aula no período noturno, parte do imóvel onde se encontra instalada a EEB. Clementino Brito registrado sob nº 11.953 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 3558 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente cessão de uso tem por finalidade atender os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA, por parte do Município de Porto União.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0215.3/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Porto União.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Porto União, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o uso gratuito de uma sala de aula durante o período noturno no imóvel onde se encontra instalada a EEB Clementino Brito, registrado sob o nº 11.953 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 3558 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade atender os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA por parte do Município de Porto União.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 216/11**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 135**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Pomerode".

Florianópolis, 31 de maio de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 113/11

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a conceder à Rede Feminina de Combate ao Câncer do Município de Pomerode, o uso pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área de 3.121,00 m², (três mil, cento e vinte um metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob nº 1.412 no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode e cadastrado sob o nº 02192 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão tem por objetivo propiciar um local para a entidade desenvolver suas atividades.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0216.4/2011

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Pomerode.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Rede Feminina de Combate ao Câncer do Município de Pomerode, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de uma área com 3.121,00 m², (três mil, cento e vinte e um metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 1.412 no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode e cadastrado sob o nº 02192 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 1.609, de 06 de novembro de 2001.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo propiciar um local para a entidade desenvolver suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 217/11

Torna obrigatória a informação da quantidade de cloreto de sódio e seu percentual, em relação à dose diária para o consumo humano, nos rótulos e nas embalagens de gêneros alimentícios e dá outras providências."

Art. 1º Os rótulos e as embalagens dos gêneros alimentícios destinados ao consumo humano, a serem comercializados no âmbito do território catarinense, deverão conter informações sobre a quantidade de cloreto de sódio existente no respectivo produto e o percentual deste em relação à quantidade diária de ingestão recomendada pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º São solidariamente responsáveis pelo cumprimento do disposto no artigo anterior as empresas produtoras de gêneros alimentícios e as distribuidoras.

Art. 3º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência, mediante notificação, para que promova a regularização da pendência no prazo de trinta dias úteis;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a sua regularização, após a terceira reincidência.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único Os estabelecimentos previstos no art.2º terão um prazo de noventa dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 08/06/11

JUSTIFICATIVA

A hipertensão arterial constitui hoje uma das principais doenças no que tange à morbi- mortalidade do homem no mundo todo. Estima-se que cerca de um bilhão e meio de pessoas enfrentam tal moléstia, que mata mais de sete milhões de pessoas anualmente. Nas Américas, entre 1/5 e 1/3 de todos os adultos têm hipertensão e quando se alcança 80 anos de idade, pode-se esperar que mais de 90% sejam hipertensos. Nesse contexto, a hipertensão arterial sistêmica pode ser considerada um dos principais fatores de risco para a vida do indivíduo. Entre as principais complicações da hipertensão arterial sistêmica, podemos destacar as seguintes:

1. Doença cardiovascular hipertensiva - hipertrofia ventricular, insuficiência cardíaca congestiva, disfunção diastólica ventricular esquerda, arritmias ventriculares, isquemia miocárdica, morte súbita, doença cerebrovascular hipertensiva - acidente vascular encefálico isquêmico e hemorrágico;

2. Doença renal hipertensiva - nefro esclerose, insuficiência renal, hipertensão acelerada ou maligna.

A hipertensão primária é consequência de uma interação entre fatores genéticos, nutricionais - sódio, obesidade, alcoolismo, potássio, cálcio - e psicossociais - tensão emocional, estresse, sedentarismo. Um dos marcadores mais importantes para essa patologia, além da história familiar, é o consumo de sódio elevado, ou seja, o uso abusivo do sal na dieta. Na medida em que há o aumento do consumo de sal, também há aumento da pressão arterial.

A recomendação de consumo de sal é menos de 5g/dia/pessoa. Nas Américas, o consumo pode chegar ao dobro do nível recomendado. A adição do sal de cozinha aos alimentos no momento da refeição não é o único problema. Na maioria das

populações, a maior quantidade de sal na dieta provém de pratos preparados e pré-cozidos, incluindo pão, carnes processadas, embutidos, além dos cereais matinais. Medidas preventivas, como a adoção de hábitos alimentares saudáveis e nutricionalmente balanceados, a prática de exercícios físicos rotineiros, entre outros, são as mais interessantes para a população e para o sistema coletivo de saúde. **A redução do consumo de sal pela população pode ser vista como uma das medidas que apresenta o melhor custo benefício para a saúde individual e coletiva.**

Essa medida simples pode ser muito eficaz no combate não só da hipertensão, mas de diversas outras doenças que surgem em decorrência da maior resistência vascular periférica. Espera-se, assim, uma redução, a médio e longo prazos, na morbidade e mortalidade causada pela pressão sanguínea elevada e doenças associadas.

Muitas pessoas procuram adotar uma dieta restritiva no que tange ao sal de cozinha. Todavia, diversos produtos alimentícios industrializados camuflam seu alto teor de sódio por meio de outros aditivos e temperos. As pessoas acabam consumindo muito sal sem sequer saberem, pois os alimentos não mostram quaisquer advertências nesse sentido.

Acrescente-se, ainda, que a definição de sal para consumo humano, segundo a Anvisa (2008), refere-se ao “cloreto de sódio cristalizado extraído de fontes naturais, adicionado obrigatoriamente de iodo”. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais brancos, com granulação uniforme, ser inodoro e ter sabor salino-salgado próprio. Além disso, não pode apresentar sujidades, micro-organismos patogênicos ou outras impurezas. Podem ser adicionados ao sal aditivos como minerais (antiumectantes), desde que nos limites estabelecidos pela legislação. A designação “sal de mesa” vale para o sal refinado e o sal refinado extra nos quais foram adicionados antiumectantes.

O sal está inserido no processo histórico da humanidade, mostrando-se relevante na culinária. As vantagens do sal consistem: conservação dos alimentos, no sentido de não permitir o desenvolvimento precoce de micro-organismos indesejáveis; maior aceitação dos alimentos; o aroma e a cor dos alimentos; controla a consistência dos queijos e a textura das carnes processadas; regula a fermentação na panificação. Alguns indivíduos têm a concepção de que o alimento torna-se sem sabor e “enfraquece” o organismo quando há redução do sal. Isso é resultado de questões sociais e principalmente culturais (SILVA, 2009). Porém, o uso do sal de cozinha e do sódio vem sendo sistematicamente combatido pela medicina e pelos nutricionistas que propugnam sua utilização parcimoniosa (HOCHMAN, 2010).

Estudos epidemiológicos têm mostrado a íntima relação entre a ingestão de sódio e hipertensão arterial sistêmica (MAGNONI, 2007). Além disso, uma elevada ingestão de sal também tem sido implicada na lesão de órgãos alvo pela hipertensão, incluindo danos renais e cardiovasculares (MAHAN E ESCOTT-STUMP, 2010).

A composição do sal consiste em 60% de cloreto e 40% de sódio. O consumo de sal da população hoje é em média de 10 a 12g/dia. Esse consumo é referente ao sódio intrínseco e extrínseco, sendo importante frisar que um grande número de alimentos processados apresentam adição de sódio. O consumo total de sódio pode ser considerado proveniente de 3 fontes: 75% de alimentos processados, 10% de sódio intrínseco e 15% de sal de adição (CUPPARI, 2006).

Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial prescrevem a ingestão de até 6g/dia de sal (2 colheres de chá rasas ou 4g, além das 2g de sal já presentes nos alimentos naturais). Os especialistas recomendam ainda que se dê preferência a temperos naturais como limão, ervas, alho, cebola, salsa e cebolinha, em vez de industrializados.

Conforme a Revista Isto É de fevereiro de 2010, recentemente pesquisadores da Califórnia, Stanford e Colúmbia divulgaram um estudo afirmando que tirar 3g de sal da alimentação (em média 1 colher de chá cheia) diária, pode promover redução de 13% ao ano no número de ataques cardíacos e evitar em média 92 mil mortes.

É extremamente importante que as pessoas tendo ou não hipertensão, reduzam a quantidade de sal na elaboração de refeições e retirem o saleiro da mesa. Isso porque, no corpo humano, o sal age como uma esponja retendo água nos tecidos, permitindo uma elevação da pressão arterial. O sódio é encontrado naturalmente em quase todos os alimentos que ingerimos, mesmo que sem a adição de sal na preparação e ainda que não tenha sabor salgado. Essa pequena quantidade de sal é capaz de suprir as necessidades diárias do organismo.

Segundo Magnoni, 2007, a restrição do sal na alimentação apresenta vários benefícios como: menor prevalência de complicações cardiovasculares; redução dos níveis de pressão arterial; menor incremento da pressão arterial com o envelhecimento; possibilidade de prevenção da elevação da pressão arterial.

Uma vez que a maior parte do sal da alimentação é proveniente de alimentos processados e das refeições feitas fora de casa, mudanças a preparação e no processamento dos alimentos podem ajudar os indivíduos a atingir a meta do sódio. Estudos mostram que o processamento industrial pode desenvolver e revisar receitas, utilizando menores concentrações de sódio e reduzir o sódio adicional sem afetar a aceitabilidade do consumidor (MAHAN E ESCOTT-STUMP, 2010).

O teor de sal dos alimentos produzidos no Brasil será reduzido. A indústria alimentícia e o Ministério da Saúde firmaram, em abril de 2011, um termo de compromisso de redução gradual na quantidade de sódio de 16 tipos de alimentos. As primeiras reduções vão ocorrer com massas instantâneas, pães e biscoitos, a partir de 2012. Massas instantâneas deverão ser produzidas a partir do ano que vem com teor de sódio 30% menor do que o atualmente apresentado. Pães e biscoitos virão com redução de 10%. O cronograma prevê diminuição do uso do sódio até 2020 (Jornal O Estadão, 2011)

Ademais, algumas ações e programas públicos foram sugeridos como forma de ensinar a população sobre os malefícios do consumo exagerado de sal. Foram propostas ações governamentais que visem ao esclarecimento de todos acerca das doenças que podem surgir com o consumo abusivo do sódio, das formas para evitar tais doenças, da importância da dieta saudável, entre outros aspectos

O objetivo do presente projeto é garantir o consumo informado e esclarecido, por meio da exteriorização de dados de relevante interesse aos consumidores. A partir do alerta a ser inserido nos rótulos e embalagens dos alimentos, as pessoas poderão optar por alternativas mais saudáveis para sua dieta. Tal postura deverá induzir os produtores a primarem pela qualidade nutricional de seus produtos e a evitar as composições deletérias à saúde humana.

Diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos meus Pares nesta Casa Legislativa no sentido do acolhimento do presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 218/11

Acrescenta § 3º ao art. 11 da Lei nº 5.684, de 09 de maio de 1980, dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 11 da Lei nº 5.684, de 09 de maio de 1980, com a seguinte redação:

“Art. 11.....

§ 3º O aluno que estiver nas mesmas condições do parágrafo anterior, mas que necessitar residir em outro município, terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor do transporte para retorno ao domicílio familiar durante o período escolar.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposição busca atender não somente a uma reivindicação da comunidade estudantil, mas tem amplo alcance social por abranger milhares de famílias catarinenses situadas nos mais diversos municípios do estado.

A defesa desta proposição deve-se ao fato essencial de que grande parte dos estudantes - e aqui centralizamos aqueles que cursam o ensino superior - em função do afastamento de sua entidade familiar, reduz seu rendimento escolar. É importante destacar também que o acadêmico, em sua maioria, é desprovido de verbas para pagamento do transporte da localidade provisória até seu ambiente familiar.

As universidades congregam não apenas estudantes do município sede, mas de localidades de seu entorno e de cidades ainda mais distantes, todas no estado catarinense.

Com efeito, trata-se de uma justa reivindicação dos estudantes e na realidade, um anseio igualmente de suas respectivas famílias: nas condições atuais, muitas famílias ficam impossibilitadas de ter estes estudantes em seu convívio tão somente por falta de recursos financeiros para a passagem.

Por isso, a proposta em questão, se atendida, reveste-se de repercussão bem mais ampla do que o pressuposto em sua ementa. Por ser matéria de interesse dos estudantes catarinenses e de suas famílias, este Parlamento espera contar com o apoio dos senhores deputados que integram este poder para sua aprovação.

*** X X X ***